



Relatório Anual 2008

- 3 Mensagem do Presidente
 - Conselho de Administração
 - Diretoria Executiva
- 5 Principais Números
- 7 Perfil do Grupo
- 9 Mapa de Atuação
- 11 Governança Corporativa
- 12 Composição da Administração
- 13 Contexto do Setor Elétrico
- 15 Gestão dos Negócios
 - Distribuição
 - Geração e Transmissão
 - Comercialização
- 29 Desempenho Econômico-Financeiro
- 31 Gestão Socioambiental
 - Gestão de Pessoas
 - Investimentos Sociais
 - Meio Ambiente
- 43 Empresas Controladas
 - Coelba
 - Celpe
 - Cosern
 - NC Energia
 - Itapebi
 - Termope
 - Afluyente
 - Baguari I
 - Geração CIII
 - Rio PCH I
 - Goiás Sul
 - Águas da Pedra
 - Bahia PCH I
- 69 Novos Negócios
- 73 Demonstrações Financeiras

Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Em 2008 foi registrado um lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão, cerca de 10% acima do realizado em 2007, tendo o EBITDA (a geração operacional de caixa), se mantido no nível de R\$ 2,6 bilhões. A Neoenergia encerrou 2008 com R\$ 2,6 bilhões de dívida líquida. As vendas das três distribuidoras do grupo, Coelba, Celpe e Cosern, foram de 27.296 GWh, apresentando um crescimento de 18,85% em relação ao ano anterior. A receita operacional bruta alcançou R\$ 9,5 bilhões e registrou incremento de 5,2% em relação a 2007.

No plano operacional, vale ressaltar a boa performance do Índice de Perdas das distribuidoras e o excelente desempenho da arrecadação, que evoluiu positivamente em decorrência do sucesso das diversas ações de cobrança implementadas pelas distribuidoras.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R\$ 1,1 bilhão de investimentos, com a participação dos Governos Federal e Estaduais no montante de R\$ 217,6 milhões. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição, construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores. Em 2008, as distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN acumularam 436.273 novas ligações dentro do Programa Luz para Todos, reafirmando o comprometimento do Grupo com a inclusão social.

Em termos de investimentos em geração de energia elétrica, a Neoenergia adquiriu a autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu, localizada no Rio Iguaçu, no Estado do Paraná. Orçada em R\$ 1,4 bilhão, a usina terá capacidade de 350 MW, estando 70% de sua energia assegurada comercializada no âmbito do ACR e sua entrada em operação está prevista para 2012. Em transmissão, a Neoenergia adquiriu a autorização da Subestação Narandiba, localizada em Salvador, com investimento de R\$ 51 milhões.

Também destacou-se em 2008 a obtenção de linhas de crédito do BNDES para as obras de construção de três UHE's – Baguari em Minas Gerais, Dardanelos no Mato Grosso e Corumbá III em Goiás e de cinco PCHs – Goiandira e Nova Aurora em Goiás, Pedra do Garrafão e Pirapetinga entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e Sítio Grande na Bahia.

A Neoenergia deliberou a distribuição de R\$ 486,4 milhões em dividendos a seus acionistas, tendo desembolsado o total de R\$ 366 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio durante o ano de 2008. São por estes resultados que a Neoenergia, mais uma vez, reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e Governos Municipais, Estadual e Federal.

Joilson Rodrigues Ferreira

Presidente do Conselho de Administração

Diretoria Executiva

É com renovada satisfação que apresentamos os resultados de 2008 do Grupo Neoenergia, quando alcançamos um lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão, que consolida o trabalho realizado pelas nossas empresas na direção da excelência e da sustentabilidade do negócio.

Somos hoje um Grupo respeitado no mercado, com atuação em toda a cadeia de produção da energia elétrica e competitividade para o crescimento.

Nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental está confirmado na adesão das empresas do Grupo aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas (ONU).

O reconhecimento dos nossos investimentos sociais recebe o apoio de importantes parceiros nacionais e internacionais, destacando-se entre estes a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Todos esses acontecimentos são provas de que o Grupo está no caminho certo e nos motivam a seguir investindo na melhoria dos nossos serviços, no desenvolvimento de nossos colaboradores e no desenvolvimento do País.

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
Presidente do Grupo Neoenergia

Lucro Líquido
R\$ 1,47 bilhão

EBITDA
R\$ 2,6 bilhões

Clientes
8,4 milhões

Receita Operacional Bruta
R\$ 9,5 bilhões

Consumo faturado
27.296 GWh

Investimentos
R\$ 1,47 bilhão





O Grupo Neoenergia é um dos maiores players do setor elétrico do País, com investimento acumulado de R\$ 15 bilhões em seus 11 anos de existência. Norteado pelo compromisso de transformar energia em riqueza e crescimento sustentável, destaca-se pela obtenção de expressivos resultados financeiros, que se superam a cada ano e são lastro para sua política consistente de investimentos.

Em 2008, o lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão foi o maior da história do Grupo, representando uma expansão de 10,1% sobre o do exercício anterior. A conquista desse resultado recorde consolida as condições favoráveis à continuidade do programa de expansão que ampliará a sua capacidade instalada dos atuais 1.100 mil MW para 1.822 MW.

Para dar este salto, o Grupo realiza um dos maiores programas de construção de novas usinas do País. Atualmente, está construindo, diretamente ou em consórcios, nove novas usinas e pequenas centrais hidrelétricas em seis estados brasileiros – Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

Maior do Brasil no segmento de distribuição e líder na Região Nordeste, o Grupo encerrou o ano de 2008 com 8,4 milhões de clientes atendidos nos estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. O consumo total faturado, de 27.296 GWh, foi 18,85% maior do que o registrado em 2007.

O Grupo Neoenergia mantém a mesma estrutura societária de quando foi constituído, tendo como acionistas a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (49%), o Grupo Iberdrola (39%) e o Banco do Brasil Investimentos – BBI (12%).







O exercício da transparência norteia o comportamento empresarial do Grupo Neoenergia. Sua política de Governança Corporativa é baseada nas diretrizes do Acordo de Acionistas firmado em 2005 e preza a manutenção de relações éticas e o diálogo.

A adoção de boas práticas de governança, com visão no longo prazo, tem o objetivo de promover a perpetuação do negócio, fortalecendo a reputação do Grupo junto ao mercado e seus valores perante os públicos de relacionamento.

O principal componente do sistema de governança, o Conselho de Administração, é subsidiado em suas decisões por três comitês responsáveis por áreas estratégicas e que atuam como fóruns de discussão.

A estrutura de governança tem como principal característica o modelo de gestão matricial, com a presença de Diretores Executivos nas diretorias das empresas controladas e do Diretor Presidente nos Conselhos de Administração das empresas controladas. Esse modelo permitiu ao Grupo o alinhamento das estratégias, a unificação dos processos e a obtenção de ganhos de escala.

Conselho de Administração - Órgão de deliberação colegiado que deve fornecer o direcionamento estratégico, fixar as políticas, atuar de forma a proteger o patrimônio da Companhia, assegurar o cumprimento do objeto social e orientar a Diretoria a maximizar o valor da empresa. É a instância máxima da administração do Grupo, composto por 10 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas para mandato de 1 ano.

Diretoria Executiva - Representa a Companhia e deverá atuar de forma a prover os demais órgãos com informações completas, fidedignas, bem fundamentadas e tempestivas, sempre com o objetivo de atender aos legítimos interesses da Companhia, tendo metas anuais a cumprir, determinadas pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal - Sua atuação auxilia a governabilidade da Companhia e seu funcionamento ocorrerá nos exercícios sociais em que for instalado. Garante o exercício do direito dos acionistas de fiscalizar a gestão dos negócios e sua função fiscalizadora independente é reforçada pela atuação individual dos conselheiros prevista em lei. Composto por 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas para mandato de 1 ano.

Comitês - Auditoria, Financeiro e de Remuneração. Cada um dentro de seu escopo é responsável pelas grandes decisões administrativas do dia-a-dia da empresa, pelo planejamento e acompanhamento de ações estratégicas. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração.

Auditoria Independente - Cabe a ela verificar e julgar as informações e auditar as demonstrações financeiras da Companhia, apresentar à diretoria cartas de recomendações, avaliações de implicações de fraudes e erros relevantes, sempre com cópia para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além de destinar ao Conselho de Administração cópia de qualquer material enviado à Companhia.

Conselho de Administração

JOILSON RODRIGUES FERREIRA – Presidente
FERNANDO BECKER ZUAZUA
GONZALO PÉREZ FERNÁNDEZ
LUCIANA FREITAS RODRIGUES
LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
EDIMAR RODRIGUES ABREU
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
FRANCISCO CLÁUDIO DUDA
PAULO ASSUNÇÃO
JOAQUIM AUGUSTO NUNES DE PINA MOURA

Conselho Fiscal

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO – Presidente
LUIZ GUSTAVO BRAZ LAGE
CARLOS MAGNO JOBIM

Diretoria Executiva

MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Diretor-Presidente
PAULO ROBERTO DUTRA - Diretor de Planejamento e Controle
ERIK DA COSTA BREYER - Diretor Financeiro e de Rel.c/Investidores
CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI - Diretor de Geração
ROSELI SCHILAGI – Diretora de Gestão de Pessoas
GONZALO GÓMEZ ALCÂNTARA - Diretor de Distribuição
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO - Diretora de Regulação

Consumo de energia no Brasil cresceu 3,8% em 2008

Apesar da retração econômica ocorrida no Brasil no segundo semestre de 2008 devido à crise financeira internacional, o consumo acumulado de energia elétrica em todo o ano cresceu 3,8% relativamente a 2007, atingindo 392,8 TWh, segundo Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica produzida pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A crise foi sentida com mais ênfase em dezembro do ano passado, quando o consumo nacional registrou queda de 1,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior, primeiro resultado negativo desde o racionamento de 2001.

Na repartição regional, o consumo de energia elétrica registrou crescimento do consumo em todas as regiões e em todas as classes de clientes. Os destaques positivos em 2008 foram o consumo nos setores comercial e residencial, que cresceram, respectivamente 6,0% e 5,3% em relação a 2007.

No primeiro caso, os fatores de crescimento foram, nos primeiros nove meses do ano, a atividade do comércio em geral, com destaque para a ligação de novos pontos comerciais no Nordeste, o turismo de estrangeiros e o movimento de portos e aeroportos. No último trimestre, o câmbio mais alto tendeu a favorecer o turismo doméstico.

O consumo de energia pelas famílias refletiu dois aspectos: crescimento sustentado do consumo médio em cada residência, que atingiu 148 kWh por mês (+1,3% sobre 2007) como consequência de maior posse de eletrodomésticos em razão do aumento da renda, e aumento expressivo no número de consumidores. Em 2008, foram ligados à rede mais de 2 milhões de novos consumidores, quase a metade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, repercutindo o Programa Luz Para Todos.

No segmento industrial, o consumo de energia ao longo de 2008 cresceu 2,4%, embora tenha registrado expressiva queda no mês de dezembro, com redução de 8,8% em relação a dezembro de 2007.

Em termos absolutos, o crescimento do consumo em 2008 foi de 14,4 TWh, equivalente a 3 vezes o consumo anual do Distrito Federal ou à geração de uma usina hidrelétrica com 2.800 MW de capacidade instalada. Do consumo total, 74% corresponderam ao mercado cativo das concessionárias de distribuição (ambiente de contratação regulada de energia) e 26% ao mercado livre.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Interligado Nacional (ONS), as perdas totais do sistema em 2008 foram estimadas em 15,6%.

Fonte: Resenha mensal do mercado de energia elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



Distribuição

Ambiente Regulatório

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, responsável pela regulamentação do setor elétrico brasileiro, fixou o índice médio de revisão tarifária -12,12% e -6,45%, para as controladas distribuidoras de energia elétrica COELBA e COSERN respectivamente. A CELPE teve índice de reajuste de 15,09%.

A Revisão Tarifária resulta na fixação de estrutura tarifária e na determinação do “Fator X”, que objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, a ser aplicado nos reajustes tarifários anuais até a próxima revisão periódica. Os resultados das revisões tarifárias da Coelba e Cosern foram homologados em caráter provisório devido à metodologia do Segundo Ciclo de Revisão ter sido concluída através da Audiência Pública 052/2007 e publicação em 25 de novembro de 2008, da Resolução nº 338/2008.

O índice médio de reposicionamento tarifário da COSERN, publicado através da Resolução no 637, de 17 de abril de 2008, foi de -6,45%. O índice médio de reposicionamento tarifário da COELBA publicado através da Resolução no 638, de 17 de abril de 2008, foi de -12,12%.

O índice médio de reajuste tarifário da controlada CELPE foi definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 15,09%, em média, com vigência a partir de 29 de abril de 2008. Por decisão da reguladora, o reajuste de 15,09% foi diferido, tendo sido aplicado, em 2008, o índice de 7,48%, sendo a diferença a ser aplicado em 2009.

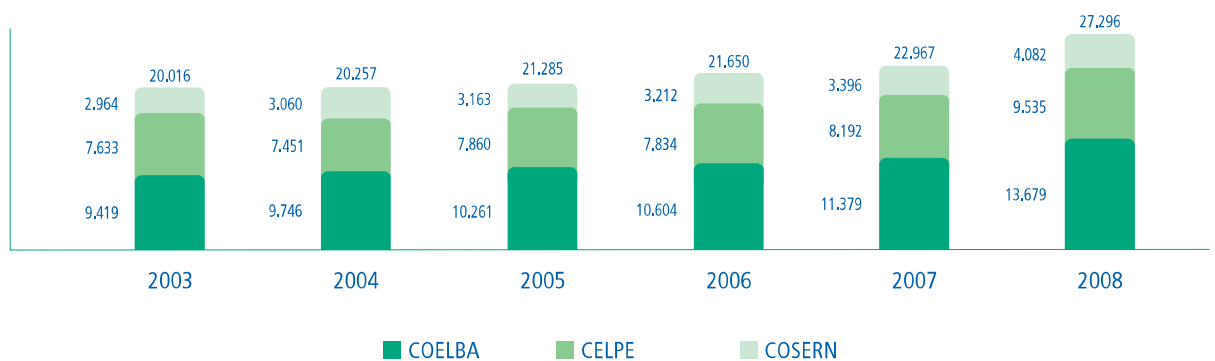




Desempenho de Mercado e Operacional

O Grupo Neoenergia, por meio das suas três distribuidoras de energia elétrica - Coelba, Celpe e Cosern – distribuiu 27.296 GWh em 2008, o que representou um crescimento 18,85% em relação à energia vendida no ano anterior. O crescimento da energia distribuída no mercado do Grupo Neoenergia foi de 6,8% em 2008, incluindo clientes cativos e livres. As vendas exclusivamente do mercado cativo de suas distribuidoras aumentou 18,9%.

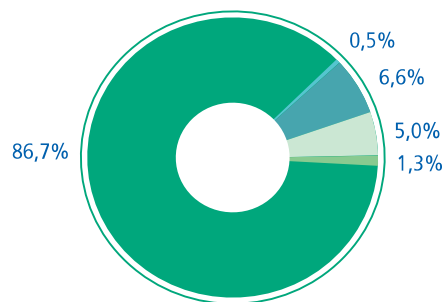
Evolução das Vendas (Gwh)



Clientes

As distribuidoras atenderam, em 2008, a um total de 8,4 milhões de clientes, que correspondeu a um crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior. Isso representou um incremento de 402.864 novos consumidores. A classe de consumo residencial foi equivalente a 86,7% do total de consumidores do Grupo. O acréscimo de clientes na classe rural foi fomentado pelo Programa Luz para Todos, que em 2008 somou, no Grupo, 436 mil novas ligações desde 2004.

Participação por Classe de Consumo 2008



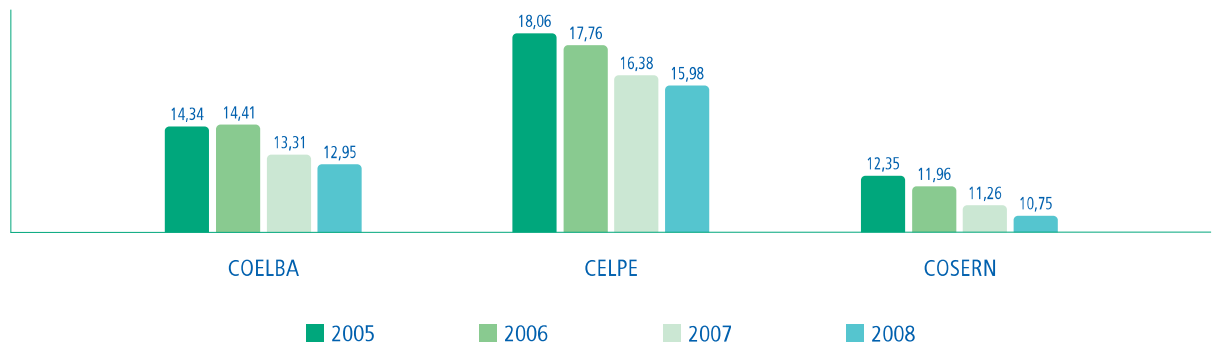
● Residencial
 ● Industrial
 ● Comercial
 ● Rural
 ● Outras Classes

Perdas

Vale ressaltar a boa performance do Índice de Perdas das distribuidoras e o excelente desempenho da arrecadação, que evoluiu positivamente em decorrência do sucesso das diversas ações de cobrança implementadas.

Para combate às perdas em 2008, foram adotadas iniciativas como: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, ligações de clandestinos e ação conjunta com a Secretaria de Segurança Pública, através do Grupo Especial de Repressão aos Crimes Contra Administração e Serviço Público do Estado.

Evolução do Índice de Perdas (%)



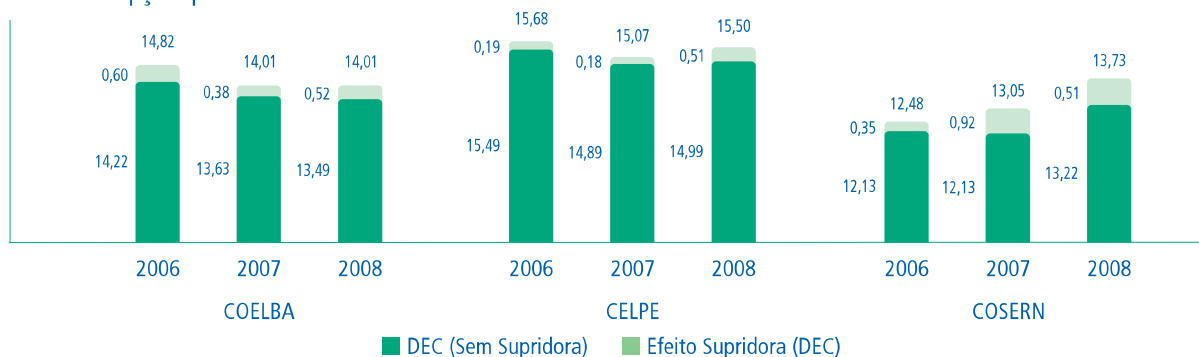
uma empresa com responsabilidade social.



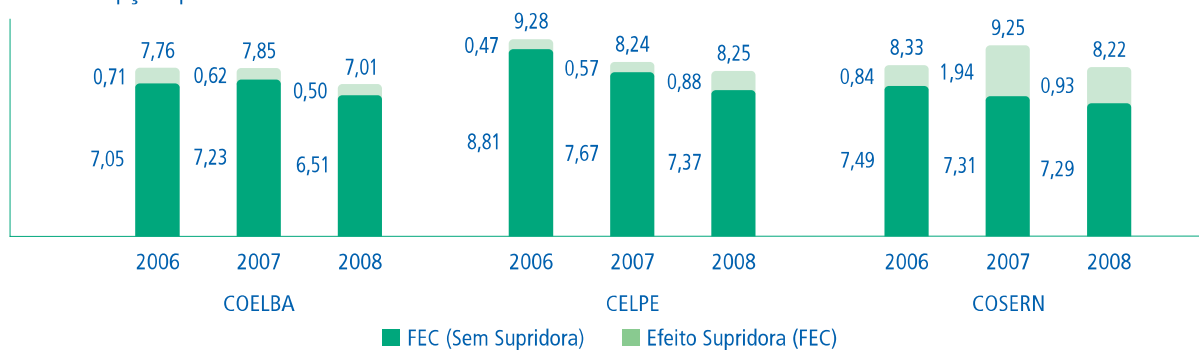
Qualidade do fornecimento

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente)
Duração média das interrupções por cliente/ano - Horas



FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)
Número médio de interrupções por cliente/ano - Vezes





Investimentos na Distribuição

Em 2008, o Grupo Neoenergia investiu R\$ 1,13 bilhão no segmento da distribuição, por meio de suas controladas Coelba, Celpe e Cosern. As três distribuidoras destinaram esses recursos à ampliação de sua rede de distribuição de energia elétrica e à melhoria na confiabilidade do sistema e da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Programa Luz para Todos

Em 2008, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 116.008 novas ligações no âmbito do Programa Luz para Todos, e receberam R\$ 217,6 milhões de subvenção do governo para aplicação nesse Programa.

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
<u>Ligações Previstas pelo Programa</u>	493.485	348.852	98.781	45.852
Ligações executadas até 2007	320.265	218.147	67.847	34.271
Ligações executadas em 2008	116.008	81.864	25.943	8.201
Total de Executadas até Dezembro de 2008	<u>436.273</u>	<u>300.011</u>	<u>93.790</u>	<u>42.472</u>
Em Execução até 31 de Dezembro de 2008	<u>57.212</u>	<u>48.841</u>	<u>4.991</u>	<u>3.380</u>





Geração e Transmissão

O Grupo Neoenergia atua no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, por meio das empresas Itapebi, Termopernambuco e Afluenta, que operam a UHE Itapebi, na Bahia, a UTE Termopernambuco, em Pernambuco, as PCHs Alto Fêmeas e Correntina, na Bahia, e as subestações de Tomba, Funil, Brumado II e Ford, com aproximadamente 300 Km de linha de transmissão.

Em 2008, o Grupo investiu R\$ 348,5 milhões no segmento de geração para aumentar sua capacidade instalada de 1.100 megawatts (MW), com obras desenvolvidas sozinho ou com parceiros, para construção de nove novas usinas, que agregarão mais 722 MW.

Os empreendimentos vão demandar aproximadamente R\$ 3,5 bilhões para serem concluídos, dos quais R\$ 2,72 bilhões em recursos da Neoenergia, correspondente a sua participação nos projetos.

Os novos projetos são UHE Corumbá III (GO), UHE Baguari (MG), UHE Dardanelos (MT), PCHs Goiandira e Nova Aurora (GO); PCHs Pedra do Garrafão e Pirapetinga (RJ/ES); PCHs Sítio Grande (BA) e a UTE Termoaçu (RN), único empreendimento com participação minoritária.





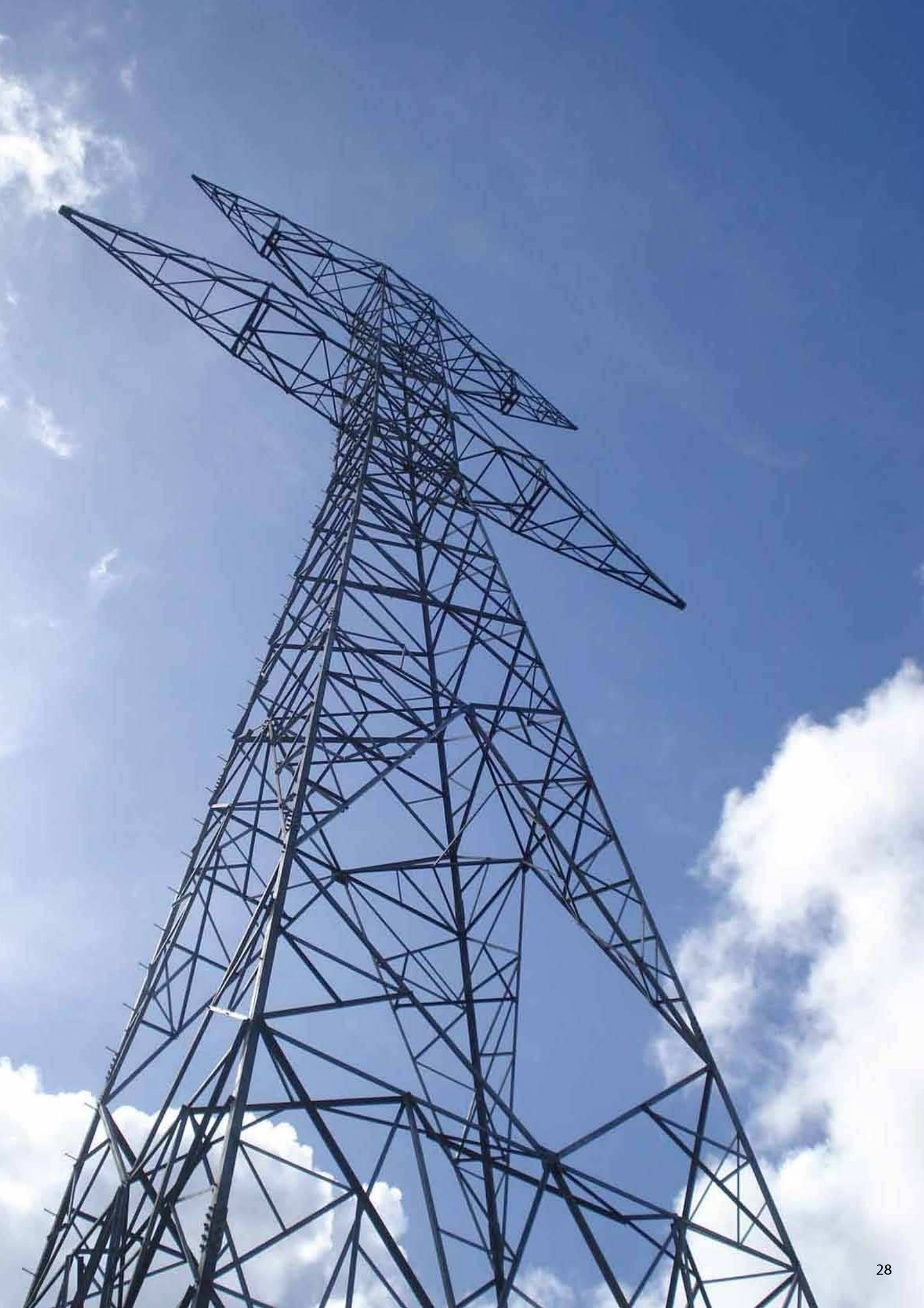
Comercialização

O Grupo Neoenergia atua no mercado livre de energia elétrica com a comercializadora NC Energia, atendendo a uma carteira de clientes formada por grandes consumidores, distribuidores, autoprodutores e geradores de energia.

A comercializadora também é responsável pela gestão dos portfólios de compra e venda de energia das empresas do próprio Grupo, mitigando riscos e melhorando sua performance. A empresa aumenta a sinergia do Grupo ao reter clientes que se tornam consumidores livres, especialmente aqueles que deixam a base cativa das suas distribuidoras.

Entre as atividades da NC Energia em 2008, destacaram-se o crescimento dos negócios envolvendo as Fontes Incentivadas de Energia, bem como a captação de novos clientes localizados em todo o território nacional.





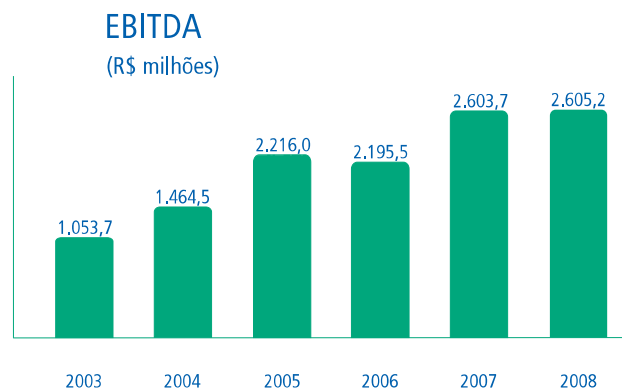
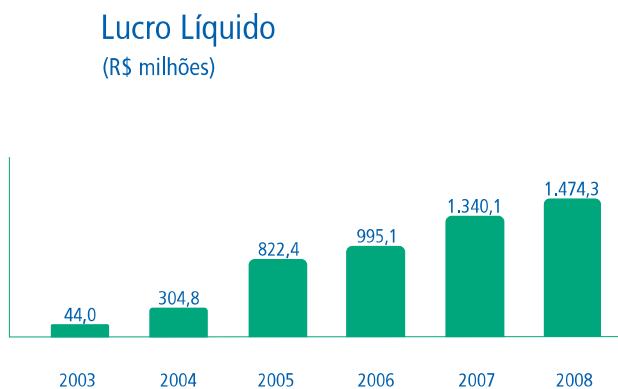
Resultados Recordes

O Grupo Neoenergia registrou lucro líquido de R\$ 1.474,3 milhões em 2008, o que representa um aumento de 10,1% sobre o resultado do exercício anterior, quando a companhia lucrou R\$ 1.340,1 milhões. Esse resultado é inédito e confirma a excelente gestão financeira do Grupo.

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) acumulado no exercício foi de R\$ 2.605,1 milhões (R\$ 2.603,6 milhões no exercício de 2007), representando aumento de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita operacional bruta acumulada no exercício de 2008 somou R\$ 9.498,7 milhões, 5,2% superior à receita operacional bruta apurada no exercício anterior, que foi de R\$ 9.025,3 milhões.

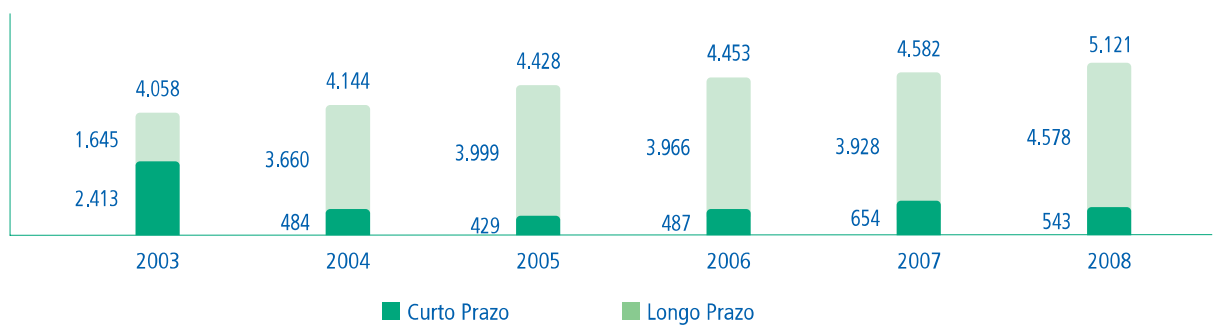
O crescimento da energia distribuída no mercado do Grupo Neoenergia em 2008, incluindo clientes cativos e livres foi de 6,8% e as vendas do mercado cativo de suas distribuidoras de 18,9%.



Endividamento

Em 2008, o Grupo acumulou 89% da dívida em operações de longo prazo, registrando a constante melhoria no perfil de endividamento.

Evolução do Endividamento Bruto Consolidado
(R\$ milhões)



Gestão sustentável

O Grupo Neoenergia baseia sua atuação no desenvolvimento sustentável dos seus negócios e na relação ética e socialmente responsável com todos os públicos com que se relaciona, interno, externo e o meio ambiente. Desde 2007, o Grupo integra a rede mundial de signatários do Pacto Global das Nações Unidas, com respeito a princípios nas áreas de Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção Ambiental e Combate à Corrupção.

O destaque do ano de 2008 foi a criação do Comitê de Responsabilidade Social do Grupo Neoenergia, iniciativa que representou um passo importante na evolução da gestão socialmente responsável das empresas do Grupo.

O Comitê será responsável por assegurar a estratégia e a padronização das ações de Responsabilidade Social no âmbito das empresas do Grupo, promovendo a uniformidade dos programas e otimização de recursos.

A criação do Comitê e seu Estatuto, prevista na Política de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade do Grupo, foi aprovados pela Diretoria Executiva da Neoenergia no dia 24 de novembro. O Comitê será formado por representantes das Distribuidoras, Geradoras e Holding e terá a atribuição de analisar temas como patrocínios culturais, adesão das empresas a códigos e princípios voluntários, levantamento de indicadores socioambientais e elaboração de banco de práticas das empresas, entre outros pontos.

A primeira tarefa do Comitê foi aprovar o modelo de Comunicação de Progresso (COP) da adesão das empresas do Grupo aos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, relacionados com os temas Direitos Humanos, Meio Ambiente, Trabalho e Corrupção. Os COPs serão enviados pelas empresas signatárias - Neoenergia, Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernamebuco – para serem publicadas no site internacional do Pacto.





Gestão de Pessoas

O Grupo Neoenergia encerrou o ano de 2008 com 5.193 trabalhadores próprios e 16.484 contratados por empresas prestadoras de serviços, somando um total de 21.677 colaboradores. Para gerir sua força de trabalho, alocada em 18 empresas controladas em diferentes estados do País, o Grupo adota uma política de gestão de pessoas que tem como orientação estratégica desenvolver competências e cultura orientadas para a excelência operacional e a maximização da geração de valor, focada na atração, no desenvolvimento e na retenção de talentos.

O Grupo investe em Segurança e Saúde para propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável. A política de remuneração e benefícios é compatível com empresas do mesmo porte, incluindo um Programa de Participação nos Resultados. As políticas de gestão de pessoas são alinhadas às premissas das diretrizes corporativas, definidas pelos conceitos de Missão, Visão e Valores, bem como ao Código de Ética.

O Código de Ética do Grupo Neoenergia foi lançado em novembro de 2006, por meio de campanha interna de divulgação para todos os colaboradores. A fim de torná-lo referência em conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, foi baseado em valores e princípios que sustentam a Missão e a Visão do Grupo.

Faz parte do Código um Guia Prático de Conduta Profissional que aborda situações de obediência às leis, conflitos de interesse, direito à privacidade, segurança e saúde no trabalho, favores e presentes, informação reservada e confidencial, recursos e meio do Grupo Neoenergia e princípio de respeito à diversidade. Para dar suporte à aplicação do Código, existe um Comitê de Ética em cada empresa do Grupo.

O ano de 2008 foi marcado pela consolidação das Políticas de Recursos Humanos em todo o Grupo, onde as ações estavam alinhadas à Estratégia do Negócio, com o objetivo de criar um ambiente organizacional produtivo, atrativo e com poder de retenção dos seus principais talentos.



cosern

Grupo Neoenergia



Gestão de Pessoas

Um tema relevante do ano foi a implementação do Plano de Sucessão, para acompanhamento do desempenho dos talentos com potencial para ocupar cargos estratégicos e/ou lideranças nas empresas do Grupo. A implementação do Plano garante a continuidade na identificação dos talentos potenciais, bem como a disponibilidade de formação dos futuros líderes, que sucederão os atuais ocupantes de cargos relevantes.

Em continuidade às ações de Desenvolvimento da Liderança, investiu-se no preparo dos executivos para o feedback através de um programa estruturado de Coaching. Esta ação também está listada no Plano de Ação Corporativo em resposta à pesquisa de clima realizada em 2007.

Outro destaque foi a busca do Alinhamento de Perfis dos Cargos nas Empresas onde, principalmente nas Distribuidoras, foi realizado uma uniformização das Competências exigidas em cada cargo dentro dos processos similares, nas quatro áreas de staff; Recursos Humanos, Finanças, Regulação e Planejamento e Controle.





Investimentos Sociais

Os investimentos sociais das empresas do Grupo em 2008 somaram R\$ 406.612 milhões, representando aumento de 6,8% em relação ao montante investido em 2007. Neste valor estão incluídos os recursos investidos em patrocínios culturais com incentivo fiscal (IPRJ, ICMS e ISS), projetos sociais com recursos próprios, contribuições a fundos estaduais de Cultura e de Desenvolvimento Social com dedução de ICMS, projetos de eficiência energética e os investimentos em universalização do serviço de distribuição de energia elétrica (Luz Para Todos).

Entre os investimentos realizados pelas Distribuidoras voltados para eficiência energética e sustentabilidade do consumo e seus mercados, o de maior relevância foi o lançamento do Projeto Nova Geladeira, de venda subsidiada de refrigeradores eletro-eficientes para clientes de comunidades populares com consumo superior a 80 MWh. O projeto corresponde à segunda etapa dos programas de eficiência energética de doação de geladeiras já iniciado em 2006/2007, que distribuiu em 2008 cerca de 20 mil novos refrigeradores, em troca dos recolhimentos dos equipamentos antigos.

Com a venda da sucata gerada pelas velhas geladeiras recolhidas, as Distribuidoras desenvolveram projetos de geração de renda em parceria com outras instituições. Algumas dessas parcerias, firmadas pela Coelba com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para apoio aos projetos Enter Jovem, Bagunçação, Instituto da Hospitalidade e Cooperativa de Biscoitos, foram apresentadas a secretária de Estado dos Estados Unidos Condoleezza Rice, em visita em março ao Centro de Eficiência Energética da empresa em Salvador.

Entre os projetos sociais realizados pelo Grupo com recursos próprios, também se destacou a renovação da parceria das suas Distribuidoras com o Instituto Ayrton Senna, no apoio ao projeto Educação pela Arte, que financia a educação complementar com atividades artísticas de 1.557 crianças e jovens nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A parceria foi firmada em 2006, sendo renovada pela terceira vez. O trabalho é executado por seis Organizações não Governamentais (ONGs) parceiras do Instituto nos estados, referendadas pelas distribuidoras, é já tem resultados positivos de aumento do desempenho escolar acima da média nacional e redução do índice de abandono





Investimentos Sociais

Com dedução fiscal, as empresas do Grupo patrocinaram aproximadamente R\$ 8,2 milhões em projetos culturais, beneficiados com o incentivo fiscal das Leis Rouanet e do Audiovisual (IRPJ), Câmara Cascudo e Faz Cultura (ICMS). No cinema, a Neoenergia destacou-se em 2008 como a quarta maior patrocinadora de filmes nacionais do País, com a concessão de R\$ 4,1 milhões, para os filmes "A morte e a morte de Quincas Berro D'Água", "A primeira vez", "Capão, a Onda da Comunidade", "Capitães de Areia", "Cordel Virtual", "Em nome do Condor", "Leporella", "O bem amado", "Pau Brasil" e "Professora Maluquinha".

Desde o início dos investimentos nesta área, a Neoenergia já patrocinou 26 filmes, tendo como contrapartida não só a divulgação da sua marca, mas também a participação de seus colaboradores e convidados nas pré-estréias e sessões especiais.

Nas empresas de Geração, foram implementados mais de cem programas sócio-ambientais de redução dos impactos em suas oito obras de construção de novas usinas hidrelétricas, estabelecidos pelas autoridades reguladoras no processo de licenciamento ambiental. Todos os projetos obtiveram as licenças ambientais necessárias para início das obras de construção, comprovando a correta iniciativa dos empreendedores no tratamento com o meio ambiente e população afetada.





Meio Ambiente

Outra iniciativa de destaque no ano de 2008 foi a aprovação de uma nova Política de Meio Ambiente do Grupo Neoenergia, estabelecendo a atuação das suas atividades no setor elétrico com a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis para minimizar seus impactos e conservar os recursos naturais.

A Política definiu como Princípios o cumprimento da Legislação, Normas, Políticas e Regulamentos Ambientais; a redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente, a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais; o respeito às comunidades; a Educação e Saúde como elementos de transformação social e compromissos a incluir no planejamento empresarial e diretrizes ambientais; aperfeiçoar o desempenho da gestão ambiental; utilizar em suas atividades métodos de trabalho e materiais compatíveis com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, visando à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e a preservação, redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente e comunidades; comunicar os fornecedores, funcionários e terceirizados a política ambiental e incentivá-los a adotar procedimentos compatíveis com o praticado pela empresa; estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento de inovações tecnológicas que resultem no uso eficiente dos recursos naturais; e, por fim, estabelecer e manter a comunicação de forma transparente entre as partes interessadas, internas e externas, das atividades ambientais do Grupo.





Coelba

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) encerrou o ano de 2008 com resultados significativos, denotando a eficácia das ações adotadas pela Administração na condução dos seus negócios, destacadamente na execução de seu plano de investimentos, na eficiência do atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus 4,5 milhões de consumidores.

O Lucro Líquido de R\$ 814,8 milhões foi maior em 25,9% em relação ao realizado em 2007 e o EBITDA (geração de caixa operacional) de R\$ 1,2 bilhão foi menor em 3,8 % em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pela redução das tarifas.

A companhia passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária, onde a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL fixou em -12,12% o índice de redução das tarifas, com vigência desde 22 de abril de 2008. O percentual percebido na conta dos consumidores em baixa tensão, que representam 99% do cliente, foi de -13,89%, em média.

A Receita Operacional Líquida de R\$ 3,1 bilhões foi superior em 7,6% à registrada em 2007. O consumo de energia cresceu 13,4% em relação a 2007, com destaque para o consumo registrado na classe industrial (+44,2%) com retorno significativo de consumidores livres para o mercado cativo, além do crescimento do número de clientes em 4,5%, principalmente em virtude do avanço do plano de universalização, onde se encontra inserido o Programa Luz para Todos.

Os investimentos realizados pela empresa em 2008 somaram R\$ 631 milhões, sendo destinados principalmente para a expansão do atendimento do serviço, com a realização de 202.009 novas ligações urbanas e 81.864 rurais, expansão da rede em 13.940 km, construção de uma subestação e ampliação de outras duas. Dentre os investimentos, R\$ 333,2 milhões foram aplicados na universalização do atendimento rural por meio do Programa Luz Para Todos, com recursos do Governo Federal, Estadual e da Coelba, onde já foram realizadas mais de 300 mil novas ligações desde 2004, sendo 82 mil em 2008.

No Programa Energia Para Crescer, o destaque do ano para a conquista obtida pela Coelba do reconhecimento do Guia Exame de Sustentabilidade, publicação do Grupo Abril, como uma das 20 empresas modelo em sustentabilidade no Brasil.





Celpe

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), encerrou o ano de 2008 com resultados bastante satisfatórios. O Lucro Líquido de R\$ 466,3 milhões foi 49,7% superior ao realizado no ano de 2007 e o EBITDA de R\$ 691,6 milhões representou um avanço de 18,4% em relação ao ano anterior.

A Receita Operacional Líquida somou em 2008 R\$ 2,2 bilhões, representando um aumento de 11,4% em relação à Receita de 2007. O mercado cativo de fornecimento registrou uma elevação de 11,1% em relação a 2007, havendo um crescimento da energia circulada no Estado em 4,5%. A base de clientes da companhia elevou-se para 2,9 milhões, com alta de 4,1% sobre o ano anterior.

Na gestão operacional, o destaque foi para a melhoria geral no desempenho dos indicadores da empresa. O Índice de Perdas teve uma redução de 16,38% para 15,98% e o Índice de Arrecadação se elevou de 99,01% para 100,54% das faturas emitidas no ano. Os indicadores globais de DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), permaneceram abaixo dos limites regulatórios da ANEEL.

Na mesma linha das boas práticas de governança corporativa, a CELPE foi premiada como a empresa do setor elétrico com a Melhor Divulgação das Informações Contábeis, categoria Empresa de Capital Aberto, concedido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor Elétrico (Abraconee).

O programa de Investimentos, onde a CELPE aportou R\$ 372,0 milhões em 2008, destinado a melhorias e ampliação da rede, com destaque para construção das subestações Dom Avelar, Passira e Riacho das Almas e das linhas de sub-transmissão Limoeiro-Passira e Rajada-Afrânio. O volume de investimentos realizado desde o ano 2000 classifica a CELPE como maior investidor privado no Estado de Pernambuco.





19

20

21

22

24

A & BARBOSA

Cosern

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) encerrou o ano de 2008 com lucro líquido de R\$ 212,3 milhões, com expressivo acréscimo de 25,56% em relação ao lucro obtido de 2007, como resultado de ações bem sucedidas para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

A Receita Operacional Bruta obtida em 2008, de R\$ 1.258,3 milhões, superou em 7,15% a registrada em 2007, como fruto das ações adotadas para a recuperação de créditos. O índice de arrecadação foi de 100,90% do faturamento registrado em 2008, contra 101,00% em 2007.

No que se refere aos investimentos aportados, foram aplicados, em 2008, R\$ 123,3 milhões destinados à melhoria dos padrões de qualidade operacional e a capacidade de fornecimento da energia elétrica aos seus clientes. Parte do investimento foi canalizada para a continuidade do Programa Luz para Todos, de eletrificação rural.

Como resultado desses investimentos, a Cosern continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência, se comparados a empresas não apenas da Região Nordeste, mas de todo o território nacional.

No ano de 2008 a companhia alcançou a marca histórica de 1.000.000 clientes, mostrando o importante papel desempenhado pela distribuidora no desenvolvimento do Rio Grande do Norte.





Nc Energia

A NC Energia obteve lucro líquido de R\$ 27,4 milhões em 2008, resultado 112,81% maior que o lucro líquido de 2007. O EBTIDA de R\$ 44,7 milhões em 2008 superou em 139% os R\$ 18,71 milhões alcançados em 2007.

Entre as atividades realizadas pela empresa no exercício de 2008 - compra e venda de energia, bem intermediação e representação comercial - destacaram-se o crescimento dos negócios envolvendo as Fontes Incentivadas de Energia, bem como a captação de novos clientes localizados em todo o território nacional.

A atuação com energias limpas e renováveis foi intensificada com trabalhos realizados junto a estas fontes, tendo avançado no mercado sucroalcooleiro, reforçando sua expertise na prestação de serviço de comercialização de energia oriunda da biomassa e de

A NC Energia também desempenhou com eficácia a gestão dos balanços energéticos das empresas do Grupo Neenergia, promovendo segurança e eficiência no seu contexto de atuação.

Em sua carteira de clientes atendida em 2008, manteve os mais importantes grupos econômicos do País. Ao longo do ano realizou 22 leilões de compra de energia, nos quais adquiriu mais de 44,78 MW médios em contratos.





Itapebi

A Itapebi Geração de Energia, que opera a Usina Hidrelétrica (UHE) Itapebi, registrou em 2008 um lucro líquido de R\$ 109 milhões, representando um acréscimo de R\$ 25 milhões (30,34%) em relação ao ano anterior.

Localizada no rio Jequitinhonha, com capacidade de 450 MW, a usina gerou em 2008 o montante de 1.222.353,72 MWh (em 2006, 1.499.328 MWh). A geradora efetuou 10.524 horas de operação resultando em uma taxa de utilização de aproximadamente 39,93%, e produzindo 139,16 MWh/médios.

O índice de disponibilidade acumulado da Usina até o final de 2008 (60 meses) foi de 94,39% e o registrado somente no ano de 2008 foi de 96,94%. Já a confiabilidade em 2007 foi de 99,88%. A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam todos os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos.





Termope

A Termopernambuco, que opera a Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco, registrou em 2008 um lucro líquido de R\$ 41 milhões, representando uma redução de R\$ 38 milhões (48,12%) em relação ao ano de 2007, devido principalmente ao aumento dos custos de energia elétrica, em virtude da falha no fornecimento de gás natural.

No ano de 2008 a Termopernambuco foi despachada por ordem de mérito de custo pelo ONS, de Janeiro a dezembro (exceto em maio), recebendo indisponibilidade pelo não atendimento dessa ordem. Isso não interferiu em sua capacidade de atender, em 2008, aos PPA's assinados com a CELPE e COELBA, em virtude da vigência do "Termo de Acordo de Recomposição de Lastro das Térmicas do PPT do Nordeste" assinado pela empresa com a Petrobras.

A UTE Termopernambuco operou por 63 dias com carga parcial em 2008, gerando um montante de energia igual a 303.960,28 MWh. Em 2008 a empresa realizou a construção da estação de tratamento de efluentes sanitários, sob a supervisão e coordenação da Iberdrola, operadora da térmica, atendendo a solicitação da Companhia de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco – CPRH.





Afluyente

A Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica registrou em 2008 um lucro líquido de R\$ 35 milhões, representando um acréscimo de aproximadamente R\$ 5 milhões (14,8%) em relação ao ano anterior.

A Afluyente é composta por duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), Correntina e Alto-Fêmeas, ambas localizadas no estado da Bahia na divisa com Goiás, que geram com cinco unidades geradoras com capacidade nominal de 17,9 MW. A empresa também possui ativos de transmissão em rede básica em 230 KV com potência instalada de 500 MVA nas subestações de Tomba, Funil, Brumado II e Ford com aproximadamente 300 Km de linha de transmissão.

Em 2008, Correntina e Alto-Fêmeas geraram um total de 113.360,53 MWh, que representa 76,12% da energia assegurada, com 16.656 e 23.164 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de tempo de 94,80 % e 87,90 %, respectivamente, e produzindo 12,90 MWh/médios, que dá uma taxa de utilização de potência instalada de 71,66%.





Baguari I

Em 2008, o Consórcio UHE Baguari, liderado pela Neoenergia, por meio da controlada Baguari I Geração de Energia (51%), em parceria com a Cemig (34%) e Furnas (15%), realizou o desvio do rio Doce, em Governador Valadares, Minas Gerais, iniciando a fase final de construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari. Com capacidade de 140 MW, essa usina vai gerar energia suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 450 mil habitantes.

O custo de implantação da obra é de aproximadamente R\$ 516 milhões, sendo 70% financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O reservatório da hidrelétrica terá 16 km², abrangendo áreas dos municípios de Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Periquito e Iapu, todos na região Leste do Estado de Minas Gerais. A usina é a fio d'água, minimizando o impacto ambiental em decorrência da pequena área de seu reservatório.





Geração CIII

A Geração CIII é a controlada da Neoenergia que participa do Consórcio Empreendedor Corumbá III, que constrói no Rio Corumbá a Usina Hidrelétrica (UHE) Corumbá III. As obras foram iniciadas em dezembro de 2006, após a aquisição, pelo Grupo Neoenergia de 60% do empreendimento, que pertencia à empresa Energética Corumbá III, formada pelas empresas Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia Energética de Goiás (CELG), Strata Construções e Concessionárias e Energy Power Ltda., que passou a deter 40% do negócio.

A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 93,6 megawatts (MW) e sua entrada em operação comercial está prevista para o mês de dezembro. Em julho de 2008, as comportas da hidrelétrica foram fechadas para concluir o enchimento do reservatório, que foi iniciado em abril.

O investimento no projeto é da ordem de R\$ 340 milhões. A produção da hidrelétrica já está contratada com a CEB, distribuidora de energia do distrito federal, com uma energia assegurada de 50,9 MW médios





Rio PCH I

A construção das PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão pela controlada Rio PCH I foi impulsionada em 2008 com a liberação em outubro, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da primeira parcela de R\$ 100 milhões do financiamento de R\$ 121 milhões para a construção das usinas e suas respectivas linhas de transmissão associadas.

As duas usinas têm potência instalada total de 39 MW. A PCH Pedra do Garrafão, no Rio Itabapoana divisa dos municípios de Bom Jesus de Itabapoana/RJ e São José do Calçado/ES, tem capacidade instalada de geração de 19 MW e a PCH Pirapetinga, entre Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, e Mimoso do Sul, no Espírito Santo, tem capacidade de geração de 20 MW.

A energia assegurada das PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão, respectivamente de 12,99 e 12,15 MW, será vendida no mercado cativo das distribuidoras em sistema de pool.





Goiás Sul

A Goiás Sul é uma controlada integral da Neoenergia, que constrói no Rio Veríssimo, em Goiás, as PCHs Goiandira e Nova Aurora, com capacidade instalada de 27 MW e Nova Aurora (21 MW).

As obras para implantação das PCHs foram iniciadas em julho de 2007 e deverão ser concluídas em 2009.

A energia assegurada total das usinas é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios de Goiandira e 12,37 MW de Nova Aurora, e já está vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).



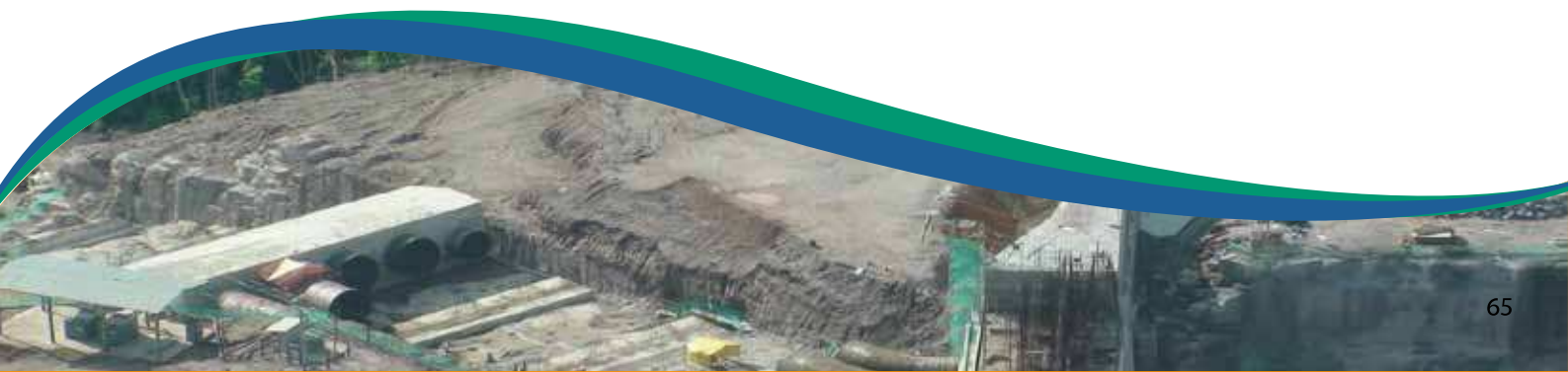


Águas da Pedra

A concessão da UHE Dardanelos foi adquirida pela Neoenergia e parceiros no Leilão de Energia Nova nº 004 de 2006. O empreendimento está sendo implantado pela sociedade de Propósito Específico (SPE) Águas da Pedra, constituída pelos três sócios, sendo a Neoenergia majoritária com 51% de participação e Eletronorte e Chesf com participações de 24,5% cada.

Em 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou financiamento no valor de R\$ 283 milhões para a Usina Hidrelétrica de Dardanelos, que está sendo construída no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso, pela empresa Energética Águas da Pedra, controlada pela Neoenergia, em parceria com a Eletronorte e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A geradora terá capacidade de 261 megawatts e energia assegurada de 154,9 MW, já contratada no mercado cativo de distribuidoras.

A usina é composta de cinco grupos geradores (quatro com 59 MW e um com 29 MW) será interligada ao Sistema Integrado Nacional - SIN através da linha de transmissão Aripuanã - Juina. O empreendimento, que terá a sua primeira unidade entrando em operação em janeiro de 2010 e estará totalmente concluída em agosto do mesmo ano.





Bahia PCH I

Subsidiária integral da Neoenergia, a Bahia PCH I é a Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, em construção no Rio das Fêmeas, no município de São Desidério, na Bahia.

A hidrelétrica terá potência instalada de 25 MW e energia assegurada de 19,6 MW . Em janeiro de 2008, a Bahia PCH I assinou um contrato de venda da totalidade de sua energia (19 MW médios) com a Vale do Rio Doce Energia S.A., por um período de 20 anos, tendo início em dezembro de 2009.

Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007 e as obras de construção tiveram início em março de 2008. A entrada em operação está prevista para novembro de 2009. O investimento no empreendimento é da ordem de R\$ 130 milhões, financiados em uma proporção de 70% para recursos de terceiros e 30% para recursos próprios.



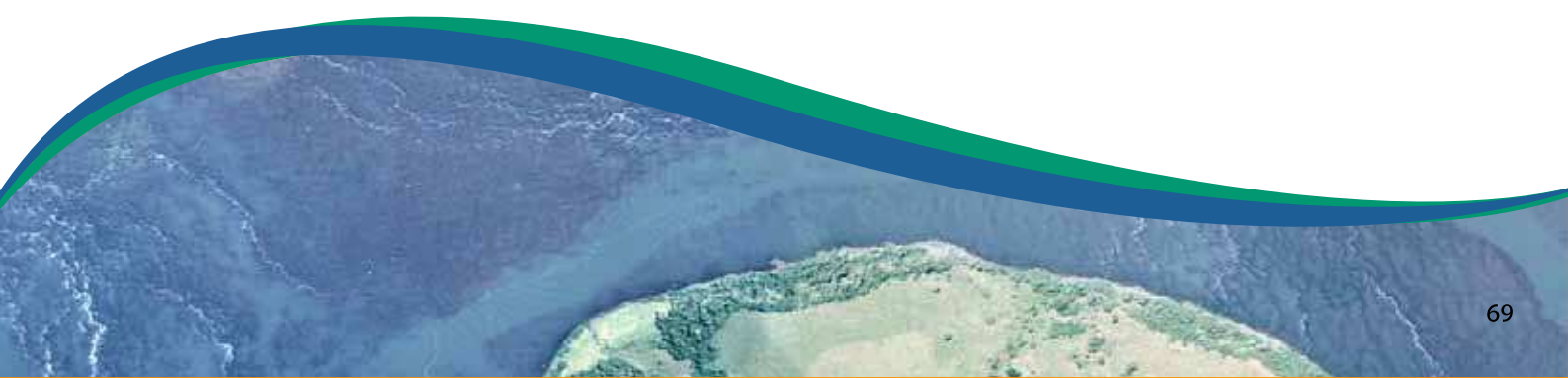


Hidrelétrica Baixo Iguaçu

Em setembro de 2008, a Neoenergia arrematou a concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica (UHE) Baixo Iguaçu no 7º Leilão de Energia Nova A-5 organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A usina será construída no Rioguaçu, no Paraná e terá capacidade instalada de 350 megawatts (MW), sendo 173 MWm de energia assegurada.

A UHE Baixo Iguaçu foi arrematada com um preço ofertado de R\$ 99,00 por MWh, que representou um deságio de 19,5% em relação ao preço de referência de R\$ 123,00 estipulado pela Aneel. A usina fornecerá 121 MWm no mercado regulado e 47 MWm ao mercado livre.

A Neoenergia terá 90% do empreendimento e a empresa Desenvix, do Grupo Engevix, 10% de participação.





Subestação Narandiba

Em outubro de 2008, o Grupo adquiriu, em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a concessão para construção da subestação Narandiba, de 230/69 kV. O empreendimento, localizado em Salvador, no estado da Bahia, entrará em operação em 2010.

O lance vencedor ofertado pela Neoenergia foi de uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 4,146 milhões, que representou um deságio de 60% sobre o valor máximo fixado pela Aneel, de R\$ 10,367 milhões.

A subestação será construída em forma de "turn key" e tem previsão de entrada em operação comercial em julho de 2010. Sua implementação visa reforçar o suprimento de energia para a região metropolitana de Salvador e reforça o compromisso da Neoenergia com o desenvolvimento do estado da Bahia.





Índice

73	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
74	BALANÇOS PATRIMONIAIS
75	BALANÇOS PATRIMONIAIS
76	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA
77	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
78	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
79	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
80	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
81	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
82	BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO
85	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
133	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
133	PARECER DO CONSELHO FISCAL
133	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
134	RELATÓRIO ANUAL 2008 GRUPO NEOENERGIA

NEOENERGIA S.A.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas,
Conselheiros e Diretores da
NEOENERGIA S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Neoenergia S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Neoenergia S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Neoenergia S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis na Neoenergia S.A. e as demonstrações contábeis consolidadas da Neoenergia S.A. e empresas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 17 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 4, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, exceto a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2009

 **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S.S.
CRC-2 SP 015199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC-1 RJ 061.469/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
CIRCULANTE					
Numerário disponível		58	3.804	204.142	453.533
Aplicações financeiras	(8)	1.586.726	874.964	2.217.384	1.536.179
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(9)	-	-	1.445.491	1.581.792
Títulos a receber	(10)	-	38	231.621	265.862
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(11)	-	-	(153.042)	(153.064)
Ativos regulatórios	(12)	-	-	327.333	647.990
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		679.754	872.037	-	-
Fundos vinculados	(16)	64.913	-	70.449	3.017
Serviços em curso		-	-	29.930	41.826
Títulos e valores mobiliários	(13)	-	-	79.002	53.957
Tributos e contribuições sociais	(14)	42.571	18.808	167.048	189.350
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	95.883	95.353
Benefício fiscal - ágio incorporado	(17)	-	-	56.293	56.694
Coligadas, controladas e controladoras		-	-	12.801	-
Estoques	(18)	-	-	13.636	14.360
Despesas pagas antecipadamente	(20)	-	-	17.499	24.275
Outros créditos	(21)	154	249	201.462	222.023
TOTAL DO CIRCULANTE		2.374.176	1.769.900	5.016.932	5.033.147
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(9)	-	-	448.501	287.456
Títulos a receber	(10)	-	-	309.942	280.676
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(11)	-	-	(11.512)	(7.743)
Ativos regulatórios	(12)	-	-	229.930	243.454
Fundos vinculados	(16)	-	-	64.032	66.134
Depósitos judiciais	(19)	19.387	14.348	96.010	75.974
Títulos e valores mobiliários	(13)	-	-	90.633	40.128
Tributos e contribuições sociais	(14)	-	-	76.536	100.111
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	104.634	151.662
Benefício fiscal - ágio incorporado	(17)	-	-	651.660	707.952
Coligadas, controladas e controladoras		205.528	97.464	52.175	49.820
Bens e direitos destinados a alienação		-	-	3.066	2.753
Despesas pagas antecipadamente	(20)	-	-	33.246	51.454
Outros créditos	(21)	15	15	22.190	32.995
Total do realizável a longo prazo		224.930	111.827	21.171.043	2.082.826
Investimentos					
Controladas	(22)	5.658.443	5.471.029	-	-
Outros		-	-	16.484	12.911
Total dos investimentos		5.658.443	5.471.029	16.484	12.911
Imobilizado	(23)				
Imobilizado - líquido		973	1.071	6.757.875	5.434.553
Total do imobilizado		973	1.071	6.757.875	5.434.553
Intangíveis	(24)				
Intangível - líquido		127	114	1.640.973	1.600.461
Total do intangível		127	114	1.640.973	1.600.461
Diferido	(25)				
Diferido - líquido		38.232	35.937	234.130	331.025
Total do diferido		38.232	35.937	234.130	331.025
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.922.705	5.619.978	10.820.506	9.461.776
ATIVO TOTAL		8.296.881	7.389.878	15.837.438	14.494.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	(26)	2.894	932	582.006	628.891
Empréstimos, financiamentos e encargos	(27)	-	-	407.815	537.122
Debêntures e encargos	(28)	-	-	122.499	107.128
Passivos regulatórios	(12)	-	-	97.007	115.831
Folha de pagamento		-	-	8.418	6.633
Taxas regulamentares	(29)	-	-	165.798	140.703
Entidade de previdência privada	(43)	-	-	12.692	12.302
Tributos e contribuições sociais	(14)	51.563	52.012	260.838	255.622
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	88.589	189.139
Parcelamento de tributos e contribuições		-	-	874	837
Dividendos e juros sobre capital próprio	(30)	165.975	220.695	273.393	326.710
Obrigações estimadas	(31)	37	10	76.689	166.071
Provisão para contingências	(32)	-	-	40.986	37.909
Coligadas, controladas e controladoras		1	5	(920)	5
Adiantamentos recebidos		-	-	19.601	17.506
Consumidores devolução baixa renda		-	-	1.419	1.458
Outras contas a pagar	(33)	10	4	107.884	132.320
TOTAL DO CIRCULANTE		220.480	273.658	2.266.508	2.676.187
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(26)	-	-	4.174	-
Empréstimos e financiamentos	(27)	-	-	2.516.297	1.840.549
Debêntures	(28)	-	-	1.874.024	1.941.047
Passivos regulatórios	(12)	-	-	53.128	47.095
Taxas regulamentares	(29)	-	-	38.819	25.966
Entidade de previdência privada	(43)	-	-	187.807	180.667
Tributos e contribuições sociais	(14)	-	-	29.160	27.792
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	50.164	37.449
Parcelamento de tributos e contribuições		-	-	3.132	3.832
Provisão para contingências	(32)	494	-	83.053	100.327
Coligadas, controladas e controladoras		-	3.641	15.730	-
Adiantamentos recebidos		-	-	-	300
Outras contas a pagar	(33)	167	168	47.398	33.993
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		661	3.809	4.902.886	4.239.017
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	592.304	467.308
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(34)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros		3.334.427	2.371.098	3.334.427	2.371.098
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.075.740	7.112.411	8.075.740	7.112.411
PASSIVO TOTAL		8.296.881	7.389.878	15.837.438	14.494.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Capital social realizado	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2007	4.739.025	2.288	107.163	1.369.452	-	6.217.928
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.340.049	1.340.049
Destinações:						
Reserva legal	-	-	67.002	-	(67.002)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(261.960)	(261.960)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(183.606)	(183.606)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	827.481	(827.481)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.739.025	2.288	174.165	2.196.933	-	7.112.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.474.274	1.474.274
Efeito ajustes Lei nº 11.638	-	-	-	(24.594)	-	(24.594)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	73.714	-	(73.714)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(366.009)	(366.009)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(120.342)	(120.342)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	914.209	(914.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	4.739.025	2.288	247.879	3.086.548	-	8.075.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007 <i>Reclassificada</i>
Fornecimento de energia elétrica	(35)	-	-	4.013.476	3.721.337
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	(36)	-	-	95.012	87.946
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		-	-	5.097.419	5.214.561
Subvenção à baixa renda (tarifa social)		-	-	443.773	406.229
Receita de ativo regulatório		-	-	(8.747)	(30.170)
Reversão da recomposição tarifária do racionamento		-	-	(36.696)	(211.950)
Reversão da energia livre racionamento		-	-	(35.933)	(35.971)
Receita (reversão) do reposicionamento tarifário		-	-	(211.390)	(195.613)
Parcela de ajuste Transmissão		-	-	11.844	(31.191)
Encargos CBEE		-	-	(164)	(204)
Outras receitas operacionais		-	-	130.086	100.321
Receita Bruta de Vendas e Serviços	(35)	-	-	9.498.680	9.025.295
ICMS		-	-	(1.871.859)	(1.856.490)
PIS		-	-	(169.686)	(156.867)
COFINS		-	-	(762.714)	(683.908)
ISS		-	-	(4.983)	(3.653)
Quota para reserva global de reversão - RGR		-	-	(69.432)	(66.779)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		-	-	(48.086)	(104.179)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC		-	-	(210.955)	(136.798)
Programa de Eficientização Energética - PEE		-	-	(30.418)	(33.401)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		-	-	(12.122)	(12.499)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		-	-	(6.061)	(6.255)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		-	-	(20.510)	(24.141)
Encargos do Consumidor - Proinfa		-	-	(1.082)	(2.535)
Encargos CBEE		-	-	161	48
Outros		-	-	-	(14)
Deduções da Receita operacional		-	-	(3.207.747)	(3.087.471)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-	6.290.933	5.937.824
Custo do serviço de energia elétrica		-	-	(3.459.471)	(3.028.976)
Custo com energia elétrica		-	-	(2.658.827)	(2.186.229)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(2.227.834)	(1.882.627)
Encargos de uso do sistema de transmissão		-	-	(430.993)	(303.602)
Custo de operação		-	-	(800.644)	(842.747)
Pessoal		-	-	(131.211)	(108.891)
Entidade de previdência privada		-	-	(5.567)	(6.561)
Material		-	-	(21.955)	(26.913)
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	(35.226)	(35.048)
Serviços de terceiros		-	-	(180.810)	(177.217)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		-	-	(12.320)	(9.287)
Compensação Financeira de Recursos Hídricos		-	-	(4.954)	(5.832)
Depreciação e amortização		-	-	(371.823)	(374.320)
Provisão para crédito liquidação duvidosa - PCLD		-	-	(9.950)	(51.004)
Provisão para perda da RTE		-	-	-	(9.386)
Provisão para perda da Energia Livre		-	-	-	(24.166)
Provisões para contingências		-	-	-	(1.553)
Provisão para perda da RTE		-	-	(22.023)	-
Provisão para perda da Energia Livre		-	-	8.988	-
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(4.428)	(4.448)
Tributos		-	-	(1.898)	(921)
Outros custos		-	-	(7.467)	(7.200)
Custo de Serviço Prestado a Terceiros		-	-	(42.051)	(38.939)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	2.789.411	2.869.909
Despesas operacionais		(12.919)	(11.654)	(606.397)	(694.218)
Despesas com vendas		-	-	(293.561)	(299.764)
Despesas gerais e administrativas		(12.919)	(11.654)	(312.836)	(394.454)
Resultado do serviço		(12.919)	(11.654)	2.183.014	2.175.691
Resultado de participações societárias		1.351.471	1.307.603	(112.056)	(125.545)
Equivalência patrimonial		1.463.527	1.433.148	-	-
Amortização de ágio - líquida		(112.056)	(125.545)	(112.056)	(125.545)
Resultado financeiro		(226.857)	(211.006)	(446.245)	(580.619)
Receita		163.058	79.193	807.470	725.291
Renda de aplicações financeiras		153.831	74.125	268.364	173.223
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		-	5.060	123.811	124.413
Remuneração financeira ativos regulatórios		-	-	91.269	248.177
Variação monetária		-	-	23.383	14.339
Variação cambial		-	-	75.882	91.678
Operações Swap		-	-	145.887	21.337
Outras receitas financeiras		9.228	8	78.874	52.124
Despesa		(389.915)	(290.199)	(1.253.716)	(1.305.910)
Encargos de dívida		-	-	(424.710)	(450.251)
Remuneração financeira passivos regulatórios		-	-	(24.658)	(214.992)
Variação monetária		-	-	(80.608)	(58.527)
Variação cambial		-	-	(151.370)	(24.911)
Operações Swap		-	-	(99.334)	(124.000)
Juros sobre capital próprio a pagar		(366.009)	(261.960)	(397.453)	(339.831)
Outras despesas financeiras		(23.906)	(28.239)	(75.583)	(93.398)
RESULTADO OPERACIONAL	(37)	1.111.695	1.084.943	1.624.713	1.469.527
Outras receitas		-	-	9.365	9.033
Outras despesas		(3.431)	(6.854)	(16.302)	(21.985)
OUTROS RESULTADOS	(38)	(3.431)	(6.854)	(6.935)	(12.952)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		1.108.265	1.078.089	1.617.778	1.456.575
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	(243.526)	(291.568)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	2.888	74.945
Amortização ágio e reversão PMPL		-	-	(51.788)	(52.276)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS E DA REVERSÃO DOS JUROS 1 SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		1.108.265	1.078.089	1.325.352	1.187.676
Reversão dos juros sobre capital próprio		366.009	261.960	397.453	339.831
Participações minoritárias		-	-	(248.530)	(187.458)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.474.274	1.340.049	1.474.274	1.340.049
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		0,25	0,23	0,25	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
RECEITAS				
Vendas de energia e serviços	-	-	9.498.680	9.025.285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(51.313)	(78.202)
Resultado não operacional	(3.431)	(6.854)	(6.934)	(12.952)
	(3.431)	(6.854)	9.440.433	8.934.131
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Matérias-primas consumidas	-	-	(2.263.057)	(1.917.675)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.778)	(6.295)	(998.645)	(932.013)
	(6.778)	(6.295)	(3.261.702)	(2.849.689)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(10.209)	(13.149)	6.178.731	6.084.442
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(5.056)	(5.042)	(422.217)	(431.357)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(15.265)	(18.191)	5.756.514	5.653.085
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO				
Receitas financeiras	163.058	79.193	807.469	725.291
Resultado de equivalência patrimonial	1.463.527	1.433.148	-	-
	1.626.585	1.512.341	807.469	725.291
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.611.320	1.494.150	6.563.983	6.378.376
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
. Pessoal				
Remunerações	13	-	195.681	188.796
Encargos sociais (exceto INSS)	21	29	89.570	21.930
Entidade de previdência privada	830	598	15.747	13.760
Auxílio alimentação	8	7	16.575	15.389
Convênio assistencial e outros benefícios	17	137	17.179	16.384
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	2.747	7.641
Provisão para férias e 13º salário	35	61	44.040	44.422
Plano de saúde	104	-	14.299	10.470
Contencioso trabalhista	-	-	8.059	11.753
Participação nos resultados	-	-	56.200	59.913
Administradores	3.634	3.078	7.943	10.456
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.962	-
Custos imobilizados	-	-	(113.978)	(98.524)
Subtotal	4.663	3.910	357.024	302.390
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	747	775	-	64.108
ICMS	-	-	1.871.859	1.856.490
PIS/COFINS sobre faturamento	-	-	932.400	837.056
Imposto de renda e contribuição social	-	-	292.425	268.900
Obrigações intra-setoriais	-	-	398.666	386.529
Outros	549	506	11.079	34.070
Subtotal	1.296	1.281	3.506.429	3.447.153
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	112.056	125.545	856.264	970.690
Aluguéis	5	5	9.477	9.705
Outros	19.027	23.360	360.515	308.389
Subtotal	131.088	148.910	1.226.256	1.288.784
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	366.009	261.960	366.009	261.960
Dividendos	120.342	183.606	120.342	183.606
Lucro retido (reserva legal)	73.714	67.002	73.714	67.002
Reserva de retenção de lucro	914.209	827.481	914.209	827.481
Subtotal	1.474.274	1.340.049	1.474.274	1.340.049
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.611.320	1.494.150	6.563.982	6.378.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Das Operações Sociais				
Lucro líquido do exercício	1.474.274	1.340.049	1.474.274	1.340.049
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.056	5.042	427.729	437.075
Equivalência patrimonial	(1.463.527)	(1.433.148)	-	-
Ativo regulatório	-	-	(91.269)	745.242
Passivo regulatório	-	-	24.658	(169.595)
Varição cambial Garter	-	-	-	(26)
Amortização de ágio, líquida	112.056	125.545	112.056	125.545
Variações monetárias e cambiais e juros de longo prazo, líquidas	-	-	272.581	-
Variações monetárias e cambiais e juros de curto prazo, líquidas	(31.014)	(4.528)	212.007	441.009
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	-	28.269	-
Valor residual do ativo permanente baixado	3.431	-	45.260	24.578
Perda na alienação de investimentos	-	-	-	(1.650)
Ganho na alienação de investimentos	-	-	-	(73.930)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(2.888)	(73.930)
Reserva de isenção - SUDENE	-	-	-	53.320
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(8.169)	3.156
Provisão (reversão) para ajuste ao valor de realização - RTE	-	-	6.000	47.533
Outras provisões	-	-	16.434	50.270
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(24.594)	-
Investimento descoberto (Investimento credor)	-	-	(42)	-
(Ganho) perda de bens do permanente	-	-	141	-
Realização de resultados de exercícios futuros	-	-	(1)	-
Participações minoritárias	-	-	248.530	187.457
	100.275	32.960	2.740.976	3.210.033
(Aumento) redução de ativos				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(24.744)	(224.082)
Títulos a receber	132	(5)	4.975	(183.989)
Ativos regulatórios	-	-	425.450	-
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	1.395.013	883.008	-	-
Repasse de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Fundos vinculados	-	-	(65.350)	48.411
Depósitos judiciais	(69.458)	(3.975)	(20.036)	(5.843)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(23.762)	(14.441)	13.611	(55.884)
Tributos e contribuições diferidos	-	-	(43.610)	(4.313)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(75.550)	(1.227)
Serviço em curso	-	-	11.895	(6.439)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(24.984)	(5.590)
Benefício fiscal - ágio incorp. controladora	-	-	-	-
Bens destinados à alienação	-	-	-	1.545
Coligadas, controladas e empresas ligadas	765	-	-	-
Estoques	-	846	724	455
Outros ativos	-	-	26.791	(143.459)
	1.302.688	865.433	229.173	(580.415)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Aumento (redução) de passivos	-	-	-	-
Fornecedores	1.968	223	46.885	272.673
Passivos regulatórios	-	-	(11.867)	-
Folha de pagamento	-	-	1.785	(1.883)
Encargos de dívidas e swap	-	-	(60.368)	(526.905)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(69.508)	-
Depósitos judiciais	-	-	39	67
Taxas regulamentares	-	-	37.948	(33.191)
Entidade de previdência privada	-	-	7.530	5.996
Programa recup. fiscal e outros parcelamentos	-	-	(858)	(766)
Tributos e contribuições sociais	(18.552)	(6.887)	6.584	11.451
Tributos e contribuições diferidos	-	-	(87.835)	-
Obrigações estimadas	27	(14)	(89.382)	104.286
Consumidores baixa renda - tarifa social a devolver	-	-	(39)	(198)
Coligadas, controladas e controladoras	-	-	-	(1)
Adiantamentos recebidos	-	-	1.795	(9.988)
Provisões para contingências	-	-	(14.197)	19
Participações dos empregados	-	-	399	-
Outras contas a pagar	(6)	3	(10.033)	(31.831)
	(16.562)	(6.675)	(241.123)	(210.271)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	1.386.401	891.718	2.729.026	2.419.347
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Redução de Capital	80.000	-	(80.060)	(26.100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.379)	(93.122)	-	74.541
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	1.017.338	626.381
Debêntures emitidas	-	-	6.013	1.100.356
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	-	-	(556.962)	(369.080)
Pagamentos de debêntures	-	-	(266.711)	(1.273.126)
Obrigações vinculadas	-	-	237.138	418.789
Empréstimos com partes relacionadas	-	9.544	-	-
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(366.009)	(345.375)	(366.009)	(498.510)
Dividendos	(156.959)	-	(157.077)	-
Coligadas e controladas	(68.521)	-	-	-
	(548.868)	(428.953)	(166.331)	53.251
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	837.534	462.765	2.562.696	2.472.598
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	-	-	-	18.434
Em investimentos	(118.821)	(139.021)	(123.198)	(83.172)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	-	-
No imobilizado	(91)	(524)	(1.972.099)	(1.478.315)
No diferido	(10.606)	(422)	(35.285)	(21.916)
Bens e direitos destinados a alienação	-	-	(300)	-
	(129.517)	(139.967)	(2.130.882)	(1.564.969)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	708.016	322.798	431.814	907.629
Caixa e equivalentes no início do exercício	878.768	555.970	1.989.712	1.082.083
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.586.784	878.768	2.421.526	1.989.712
	708.016	322.798	431.814	907.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 (Informação Adicional)

(R\$ mil)

1 - BASE DE CÁLCULO	2008			2007				
<i>(Reclassificado)</i>								
Receita Líquida (RL)			6.290.933			5.937.824		
Resultado Operacional (RO)			1.624.643			1.469.527		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			323.626			337.795		
Valor Adicionado Total (VAT)			6.565.544			6.378.376		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre			R\$ mil	% sobre		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Alimentação	16.713	5,16	0,27	0,25	15.781	4,67	0,27	0,25
Encargos sociais compulsórios	86.124	26,61	1,37	1,31	82.843	24,52	1,40	1,30
Previdência privada	14.560	4,50	0,23	0,22	12.709	3,76	0,21	0,20
Saúde	15.045	4,65	0,24	0,23	14.787	4,38	0,25	0,23
Segurança e saúde no trabalho	3.745	1,16	0,06	0,06	3.732	1,10	0,06	0,06
Educação	1.006	0,31	0,02	0,02	816	0,24	0,01	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.654	1,13	0,06	0,06	5.372	1,59	0,09	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.236	0,38	0,02	0,02	1.062	0,31	0,02	0,02
Esporte	512	0,16	0,01	0,01	232	0,07	0,00	0,00
Participação nos lucros ou resultados	56.206	17,37	0,89	0,86	59.875	17,73	1,01	0,94
Transporte	2.456	0,76	0,04	0,04	2.092	0,62	0,04	0,03
Outros	2.722	0,84	0,04	0,04	6.988	2,07	0,12	0,11
Total - Indicadores sociais internos	203.978	63,03	3,24	3,11	206.288	61,07	3,47	3,23
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (1)	R\$ mil	% sobre			R\$ mil	% sobre		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Educação	2.010	0,14	0,03	0,03	4.737	0,32	0,08	0,07
Projeto Jovem Cidadão	541	0,04	0,01	0,01	312	0,02	0,01	0,00
Projeto Energia Social - Treinamento Comunidade	699	0,05	0,01	0,01	2.874	0,20	0,05	0,05
Projeto ArteAção - Parceria Instituto Ayrton Senna	100	0,01	0,00	0,00	130	0,01	0,00	0,00
Outros	670	0,05	0,01	0,01	1.420	0,10	0,02	0,02
Cultura	46.079	3,14	0,78	0,72	38.013	2,59	0,64	0,60
Projeto Faz Cultura	869	0,06	0,01	0,01	187	0,01	0,00	0,00
Patrocínios Diretos	427	0,03	0,01	0,01	328	0,02	0,01	0,01
Lei Rouanet	1.344	0,09	0,02	0,02	2.400	0,16	0,04	0,04
Projetos Lei Audiovisual	4.150	0,28	0,07	0,07	4.200	0,29	0,07	0,07
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.906	0,13	0,03	0,03	1.406	0,10	0,02	0,02
Fundo de Cultura	18.000	1,22	0,29	0,28	15.000	1,02	0,25	0,24
Outros	19.383	1,32	0,31	0,30	14.492	0,99	0,24	0,23
Saúde e Saneamento	309	0,02	0,00	0,00	1.020	0,07	0,02	0,02
Esporte	405	0,03	0,01	0,01	312	0,02	0,01	0,00
Patrocínio Regata	-	0,00	0,00	0,00	3	0,00	0,00	0,00
Outros	405	0,03	0,01	0,01	309	0,02	0,01	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
Fundo de Desenvolvimento Social	341.737	23,25	5,76	5,36	331.141	22,53	5,58	5,19
Luz no Campo/ Luz para Todos	231.582	15,76	3,90	3,63	146.513	9,97	2,47	2,30
Doação Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	-	0,00	0,00	0,00	34	0,00	0,00	0,00
Programa TEMPO - Natal Voluntários	-	0,00	0,00	0,00	9	0,00	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	6	0,00	0,00	0,00	5	0,00	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	101	0,01	0,00	0,00	159	0,01	0,00	0,00
Universalização	110.045	7,49	1,85	1,73	166.133	11,31	2,80	2,60
Projeto ELOS	3	0,00	0,00	0,00	215	0,01	0,00	0,00
Outros	-	0,00	0,00	0,00	18.073	1,23	0,30	0,28
Comunidade	1.363	0,09	0,02	0,02	900	0,06	0,02	0,01
Projeto Coelba ao Seu Lado	60	0,00	0,00	0,00	37	0,00	0,00	0,00
Cine Coelba	70	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Doações e contribuições	1.234	0,08	0,02	0,02	862	0,06	0,01	0,01
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	14.709	1,00	0,25	0,23	19.592	1,33	0,33	0,31
Total das Contribuições para a Sociedade	406.612	27,67	6,85	6,37	395.715	26,93	6,66	6,20
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.588.874	108,12	26,76	24,91	3.170.133	215,72	53,39	49,70
Total - Indicadores sociais externos	1.995.486	135,79	33,61	31,29	3.565.848	242,65	60,05	55,91

4 - INDICADORES AMBIENTAIS (1)	R\$ mil	% sobre			R\$ mil	% sobre		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Desapropriação de terras	620	0,04	0,01	0,01	264	0,02	0,00	0,00
Manejo da vegetação	6.990	0,48	0,12	0,11	11.351	0,77	0,19	0,18
Conservação de energia	4.205	0,29	0,07	0,07	5.856	0,40	0,10	0,09
Substituição de equipamentos	932	0,06	0,02	0,01	2.195	0,15	0,04	0,03
Reciclagem de óleo	376	0,03	0,01	0,01	397	0,03	0,01	0,01
Licenciamento ambiental	921	0,06	0,02	0,01	2.145	0,15	0,04	0,03
Rede compacta ou isolada	61.208	4,17	1,03	0,96	65.959	4,49	1,11	1,03
Passivos e Contingências Ambientais (Incineração de Ascarel)	-	0,00	0,00	0,00	1.093	0,07	0,02	0,02
Educação ambiental	124	0,01	0,00	0,00	156	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaica	17.091	1,16	0,29	0,27	30.708	2,09	0,52	0,48
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	11.672	0,79	0,20	0,18	17.680	1,20	0,30	0,28
Sistema de Gestão Ambiental	64	0,00	0,00	0,00	73	0,00	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	10.419	0,85	0,18	0,16	470	0,35	0,01	0,01
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	114.624	7,80	1,93	1,80	138.083	9,40	2,33	2,16
Investimento em programas e/ou projetos externos	4.086	0,28	0,07	0,06	11.783	0,80	0,20	0,18
Pesquisa e Desenvolvimento	580	0,04	0,01	0,01	495	0,03	0,01	0,01
Projetos de educação ambiental em comunidades	3.506	0,24	0,06	0,05	11.282	0,77	0,19	0,18
Outros	-	0,00	0,00	0,00	6	0,00	0,00	0,00
Eficientização Energética	18.418	1,25	0,31	0,29	12.669	0,86	0,21	0,20
Doação de refrigeradores e lâmpadas	11.937	0,81	0,20	0,19	4.145	0,28	0,07	0,06
Agente Coelba	3.140	0,21	0,05	0,05	2.886	0,20	0,05	0,05
Outros projetos de efficientização energética	3.340	0,23	0,06	0,05	5.638	0,38	0,09	0,09
Educação ambiental para comunidade	913	0,06	0,02	0,01	765	0,05	0,01	0,01
Projeto SOS Energia - Corrente de Vida	740	0,05	0,01	0,01	711	0,05	0,01	0,01
Outros projetos educacionais	172	0,01	0,00	0,00	55	0,00	0,00	0,00
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	292	0,02	0,00	0,00	332	0,02	0,01	0,01
Outros	13	0,00	0,00	0,00	669	0,05	0,01	0,01
Total dos investimento em programas e/ou projetos externos	20.216	1,38	0,34	0,32	14.931	1,02	0,25	0,23
Total dos investimentos em meio ambiente	134.839	9,18	2,27	2,11	153.014	10,41	2,58	2,40
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				85				129
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente				130				212
Passivos e contingências ambientais.				14				101
Quanto ao estabelecimento de meta anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:								
				() Não possui Metas,				() Não possui Metas,
				() Cumpre de 0 a 50%,				() Cumpre de 0 a 50%,
				() Cumpre de 51 a 75%,				() Cumpre de 51 a 75%,
				(x) Cumpre de 76 a 100%				(x) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				2008				2007
Nº de empregados(as) ao final do período				5.193				5.332
Nº de admissões durante o período				266				342
Nº de desligamentos durante o período				299				273
Nº de empregados(as) terceirizados (1)				16.484				19.489
Nº de estagiários(as) (1)				279				277
Nº de empregados acima de 45 anos				2.442				2.643
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos				3				8
de 18 a 35 anos				1.465				1.443
de 36 a 60 anos				3.684				3.762
acima de 60 anos				41				13
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:								
analfabetos				0				0
com ensino fundamental				379				679
com ensino médio				1.331				1.732
com ensino técnico				1.607				1.138
com ensino superior				1.529				1.390
pós- graduados				348				289
Nº de empregados por sexo:								
homens				4.033				4.072
mulheres				1.159				1.157
% de cargos de chefia por sexo:								
homens				46%				82%
mulheres				12%				18%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				3.125				1.290
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				23%				14%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)				163				160
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados				251.665				259.061
Administradores				5.480				5.528

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL (1)

	2008			2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			93			-
Nº total de acidentes de trabalho			175			197
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	()	(X)	()	()	(X)	()
	pela	direção e	todos os	pela	direção e	todos os
	direção	gerências	empregados	direção	gerências	empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	()	(X)	()	()	(X)	()
	pela	direção e	todos os	pela	direção e	todos os
	direção	gerências	empregados	direção	gerências	empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	()	(X)	()	()	(X)	()
	não se	segue as	incentiva	não se	segue as	incentiva
	envolve	normas da	e segue a	envolve	normas da	e segue a
		OIT	OIT		OIT	OIT
A previdência privada contempla:	()	()	(X)	()	()	(X)
	pela	direção e	todos os	pela	direção e	todos os
	direção	gerências	empregados	direção	gerências	empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	()	()	(X)	()	()	(X)
	pela	direção e	todos os	pela	direção e	todos os
	direção	gerências	empregados	direção	gerências	empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	()	()	(X)	()	()	(X)
	não são	são	são	não são	são	são
	considerados	sugeridos	exigidos	considerados	sugeridos	exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	()	(X)	()	()	(X)	()
	não se	apóia	organiza e	não se	apóia	organiza e
	envolve		incentiva	envolve		incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as) na empresa			1.462			417.113
no procon			19.852			2.541
na justiça			-			22.898
% das reclamações e críticas solucionadas:						
na empresa			42%			0%
no procon			42%			0%
na justiça			28%			0%
			2008			2007
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça			5.550			7.352
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:						
- Revisar e divulgar procedimentos, reforçando o cumprimento das Resoluções ANEEL.						
- Treinamento de atendentes de Agências e Call Center, a fim de evitar que os clientes saiam da agência sem resolver o problema.						
Contingências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade			649			686
julgados procedentes			144			183
julgados improcedentes			112			60
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça				4.577		
649						
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)			Em 2008: 6.292.210			Em 2007: 6.014.967
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			9,4% Colaboradores/			5,28% Colaboradores/
			55,5% Governo/			53,62% Governo/
			12,1% Terceiros/			23,23% Terceiros/
			18,8% Acionistas/			17,87% Acionistas
			4,2% Retidos			

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Neoenergia S.A. CNPJ: 01.083.200/0001-18

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

(1) Informações não auditada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

Empresas Controladas	Ref.	Percentual de Participação (%)			
		31/12/2008		31/12/2007	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE	(a)	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I	(b)	99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I	(b)	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(b)	51,00	-	46,00	-
GERAÇÃO CIII	(b)	99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL	(b)	99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
RIO PCH I	(b)	75,00	-	75,00	-
TERMOAÇU	(c)	25,20	-	27,90	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERV (Antiga TERMO NC)	(d)	1,00	99,00	1,00	99,00
GERAÇÃO CÉU AZUL	(b)	99,99	0,01	-	-
SE NARANDIBA	(b)	99,99	0,01	-	-
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")					
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
GARTER PROPERTIES INC.		100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa		100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento		100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao		100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI		100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife		100,00	-	100,00	-

(a) Empresa constituída a partir da desverticalização dos ativos de geração e transmissão da COELBA.

(b) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(c) O Acordo de Acionistas, assinado em 18 de abril de 2005, ratificou a transferência da gestão do projeto TERMOAÇU para a PETROBRAS, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na NEOENERGIA proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da NEOENERGIA na TERMOAÇU continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(d) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 22.

2 CONCESSÕES

DISTRIBUIÇÃO	Número de Municípios *	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027
COMERCIALIZAÇÃO	Localidade	Data de Autorização		
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000		

<u>Geração em Operação</u>	<u>Tipo de Usina</u>	<u>Localidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW) *</u>	<u>Energia Assegurada (MWmed)*</u>	<u>Energia Contratada (Mwmed)</u>	<u>Data da Concessão/Autorização</u>	<u>Data de Vencimento</u>
<u>COELBA</u> Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/8/2005	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	8/8/1997	7/8/2027
<u>AFLUENTE</u> Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10 MW	9,5 MW	9,5 MW	8/8/1997	7/8/2027
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	8/8/1997	7/8/2027
<u>ITAPEBI</u>	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/5/1999	27/5/2034
<u>TERMOPERNAMBUCO</u>	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	637,5 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/2000	18/12/2030
<u>CELPE</u> Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW	-	1,6 MW	21/12/1989	21/12/2019
<u>TERMOAÇU</u> GOIAS SUL	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	9/7/2001	8/7/2031
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/2/2004	16/2/2034
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/2002	16/12/2032
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80,2 MW	77 MW	15/8/2006	15/8/2041
<u>GERAÇÃO CIII</u> Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	7/11/2001	6/11/2036
RIO PCH Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	15,7 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/2002	16/12/2032
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	16,5 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/2002	16/12/2032
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	2007	2042
SÍTIO GRANDE	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	18,6 MW	1999	2029
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	126 MW	2008	2043

3 ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A controlada COELBA possui bens originários do ativo imobilizado, classificados como outros investimentos, ainda que de valor de pequena relevância, utilizados na obtenção de renda.

4 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Por se tratar de uma empresa preponderantemente de participação em outras sociedades, as notas explicativas refletem, basicamente, as práticas contábeis e detalhamentos de contas de suas controladas e controlada em conjunto.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia e suas controladas estão adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conseqüentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, suas controladas passaram a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora das contas de empréstimos e financiamentos, e amortizá-los com base na mesma curva de amortização do empréstimo. Até 31 de dezembro de 2007, tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizadas em linha reta pelo prazo do empréstimo.
- Em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei nº 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda, e posteriormente transferido para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao incentivo SUDENE era creditado diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido.
- Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 14, os derivativos das controladas foram considerados "instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge" e as dívidas em moeda estrangeira foram consideradas "itens objeto de hedge", e estão contabilizados pelos seus valores justos (vide nota explicativa nº 40). Até 31 de dezembro de 2007, os derivativos das controladas estavam contabilizados de acordo com as condições contratuais. O efeito líquido da marcação a mercado dos derivativos e das respectivas dívidas em moeda estrangeira ("hedge accounting") não gerou diferenças relevantes.
- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 12, as controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de ICMS sobre ativo permanente (CIAP). Até 31 de dezembro de 2007, os saldos de CIAP estavam registrados aos seus valores nominais.
- Consoante item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Demonstrações Financeiras 2008

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, estão demonstrados a seguir:

	<u>Lucro Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	1.462.711	8.088.770
Efeitos da Lei nº 11.638:		
Incentivo SUDENE	(300.685)	-
Custos de captação de recursos	(2.926)	-
Aplicação do "hedge accounting"	(10.950)	7.720
Ajuste a valor presente dos saldos do CIAP	(2.214)	7.111
Saldos anteriores à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	1.145.936	8.103.601

Adicionalmente, as demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2007</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Balço Patrimonial		
Ativo Circulante	5.031.841	5.033.147
Tributos e contribuições sociais	188.0454	189.350
Ativo Não Circulante	9.421.320	9.461.777
Depósitos judiciais	37.930	75.974
Tributos e contribuições sociais	97.698	100.111
Intangível	150.358	1.600.461
Diferido	1.780.949	331.026
Passivo Circulante	2.672.467	2.676.184
Outras contas a pagar	128.543	132.260
Passivo Não Circulante	4.200.975	4.239.018
Provisões para contingências	62.283	100.327
Adiantamentos recebidos	301	300

	<u>31/12/2007</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Demonstração de Resultado		
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.025.285	9.025.295
Fornecimento de energia elétrica	4.980.160	3.721.337
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.955.738	5.214.561
Encargos CBEE	(214)	(204)
Outras	89.601	89.601
Deduções da Receita Bruta	(3.083.743)	(3.087.471)
PIS	(156.204)	(156.867)
COFINS	(680.852)	(683.908)
Encargos CBEE	56	48
Outros	(2.246.743)	(2.246.744)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.941.542	5.937.824
Custos e Despesas Operacionais	(3.765.852)	(3.762.134)
Custo de operação	(3.030.843)	(3.067.916)
Com vendas	(340.555)	(299.764)
Gerais e administrativas	(394.454)	(394.454)
Resultado Financeiro	(580.618)	(580.618)
Resultado de participações societárias	(125.545)	(125.545)
Resultado Operacional	1.469.527	1.469.527
Resultado Não Operacional	(12.952)	(12.952)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(268.900)	(268.900)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	339.831	339.831
Participações minoritárias	(187.457)	(187.457)
Lucro do Exercício	1.340.049	1.340.049

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.775, da SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 19 de janeiro de 2009.

5 | SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Práticas Contábeis Gerais

Aplicações financeiras

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pro rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Títulos e valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995 (inclusive juros e demais encargos financeiros vinculados ao projeto ou construção), deduzido da depreciação acumulada.

O valor contábil líquido do ativo imobilizado, assim como dos outros ativos de longa duração, não excedem ao seu valor recuperável.

Intangível

Registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 10 anos. A Companhia reclassificou o saldo de ágio, cujo fundamento econômico é a expectativa de rentabilidade futura, para o grupo de ativo intangível, inclusive de forma retroativa.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 14, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Derivativos

As controladas COELBA e CELPE firmam contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais. De acordo com o preconizado no CPC 14, esses derivativos foram contabilizados como instrumentos financeiros destinados a hedge (hedge accounting).

As controladas não têm contratos derivativos com fins comerciais e especulativos. (vide nota explicativa nº 40).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO, têm direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 34).

Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão e os relacionados ao plano de assistência médica das controladas COELBA, CELPE e COSERN são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Neoenergia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, utilização da rede de distribuição não faturada, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

5.2. Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de contas

As controladas e sua controladora adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nºs 473 de 06 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos nºs 657, de 30 de março de 2006, 3.033 de 21 de dezembro de 2006, 3.073 de 28 de dezembro de 2006 e 4.815 de 26 de dezembro de 2008.

Ativos e passivos regulatórios

Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão das controladas, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão (vide nota explicativa nº 12).

O contrato prevê que "As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis."

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Ativo imobilizado em serviço - AIS (controladas)

- Reserva técnica imobilizada

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação, que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.

- Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e nº 473, de 06 de março de 2006 para COELBA, CELPE e TERMOPERNAMBUCO e revogada pela Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006 para COSERN.

Ativo imobilizado em curso - AIC (Controladas)

- Bens e instalações em formação ou construção

Rateio de Administração Geral (RAG)

As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

- Encargos Financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as concessionárias, amortizados a mesma taxa média de depreciação dos ativos. (vide nota explicativa nº 23).

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Taxas regulamentares

- Reserva Global de Reversão (RGR)

É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- Conta Consumo de Combustível (CCC)

É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: 1) pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas

para garantir as incertezas hidrológicas e; 2) subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

- Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

- Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração das controladas, quando essas informações não estão disponíveis.

7 PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996 da CVM e incluem a Neoenergia e suas controladas. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto TERMOAÇU, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos foi reclassificado para o ativo intangível (vide nota explicativa nº 24).

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 da controlada em conjunto TERMOAÇU, estão assim compostos, de forma condensada:

	Balancos Patrimoniais	
	TERMOAÇU	
	31/12/08	31/12/07
Ativo	201.716	199.902
Circulante	20.278	9.057
Não Circulante	181.438	190.845
Passivo	201.716	199.902
Circulante	24.289	5.153
Não Circulante	17.168	17.320
Patrimônio Líquido	160.259	177.429
		Demonstrações
		do Resultado
		TERMOAÇU
		31/12/08
Receita operacional líquida		S25.675
Custo de bens e serviços vendidos		(23.334)
Resultado bruto		2.341
Receitas (despesas) operacionais		(1.157)
Resultado do serviço		1.184
Receita (despesas) financeiras		(133)
Resultado da equivalência patrimonial		-
Resultado operacional		1.051
Resultado não operacional		-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.051
Imposto de renda e contribuição social		(363)
Reversão Juros sobre Capital Próprio		-
Lucro líquido do exercício		688

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Controladora		Consolidado	
				31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Banco do Brasil (1)	Fundo de Investimento	(*)	100% CDI	157.488	174.564	421.763	445.519
Banco do Brasil	CDB	(*)	Diversas	105.860	-	106.161	-
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	101% CDI	-	-	27.354	-
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	Renda variável	-	-	5.747	-
Banco do Brasil	Fundo de Renda Fixa	(*)	CDI	-	-	146.026	168.808
Banco do Brasil	CDB	Diversos	Diversos	-	-	52.756	28.903
Bradesco	CDB	(*)	100% CDI	-	-	7.064	81.368
Bradesco (1)	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	746.038	479.676	796.171	479.676
Bradesco	Título de Capitalização	fev/08	Diversas	-	-	153	153
Banco Itaú (1)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	204.466	-	204.492	34.532
Banco Itaú	Fundo de renda fixa	(*)	CDI	-	-	553	530
Citibank	Fundo de renda fixa	Disponível	50,0% CDI	-	-	-	2.140
Banco Votorantim (1)	Fundo de Renda Fixa	(*)	Diversas	102.401	220.724	102.401	220.724
BNP Paribas	Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	-	19	37
Unibanco (1)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	216.284	-	267.855	66.058
Banco do Nordeste	Cart de Clientes/CDI	(*)	97% CDI	-	-	13.889	7.731
Banco do Nordeste	CDB	ago/10	99,5% CDI	-	-	10.791	-
Caixa Econômica Federal	CDB	mai/09	101% CDI	54.189	-	54.189	-
Total				1.586.726	874.964	2.217.384	1.536.179

(1) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Neoenergia, tendo a Companhia como participante. Sua carteira procura seguir a variação do CDI e é composta principalmente de LFTs – Letras Financeiras do Tesouro, CDBs – Certificado de Depósito Bancário e LTNs – Letras do Tesouro Nacional swapadas para CDI.

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

9 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado						
	Saldo	Saldos vencidos		Total	PCLD		
		vincendos	Até 90 dias		Mais de 90 dias	31/12/08	31/12/07
31/12/07							
Setor Privado							
Residencial	476.655	121.536	89.060	687.251	631.783	(28.497)	(39.232)
Industrial	148.426	21.167	72.844	242.437	214.102	(41.956)	(29.517)
Comercial, serviços e outras	203.644	46.125	43.344	293.114	296.846	(20.205)	(19.518)
Rural	46.299	16.695	36.875	99.869	95.831	(15.893)	(12.814)
	875.024	205.524	242.123	1.322.671	1.238.562	(106.551)	(101.081)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	8.742	605	2.177	11.524	12.354	(1.833)	(535)
Estadual	16.660	1.066	2.479	20.205	25.535	(2.058)	(2.136)
Municipal	16.258	11.568	5.419	33.246	39.590	(1.241)	(5.160)
	41.661	13.239	10.074	64.974	77.479	(5.132)	(7.831)
Iluminação pública	28.135	10.525	10.894	49.554	58.861	(3.524)	(6.155)
Serviço público	35.243	17.103	7.199	59.545	53.045	(8.222)	(7.756)
Fornecimento não faturado	76.147	-	-	76.147	221.955	-	-
Subtotal - Consumidores	1.056.210	246.391	270.291	1.572.891	1.649.902	(123.429)	(122.823)
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE	27.110	-	65.376	92.486	87.164	-	-
Contratos Bilaterais	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos moratórios	15.279	14.250	22.325	51.854	44.060	(1.300)	-
Serviços prestados a terceiros	3.388	1.621	4.569	9.578	13.331	-	-
Disponibilização do sistema de Transmissão e Distribuição	10.018	783	2.215	13.016	31.967	-	-
Suprimento	184	-	-	184	196	-	-
Outros créditos	121.741	2.278	29.963	153.982	42.628	(725)	(8.316)
Total	1.233.930	265.323	394.739	1.893.991	1.869.248	(125.454)	(131.139)
Ativo Circulante	-	-	-	1.445.491	1.581.792	(125.245)	(130.925)
Ativo Não Circulante	-	-	-	448.501	287.456	(209)	(214)

As contas a receber de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e parcelamentos com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa.

Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadista de Energia - MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após essa data, geraram um direito de crédito para as Controladas COELBA, CELPE, COSERN e NC ENERGIA, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/08</u>	<u>31/12/07</u>
Valores a Receber - setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio judicial	51,418	48,796
Valores negociados com os agentes	1,886	2,802
Valores não negociados	14,186	14,079
Valores a receber do período	27,110	21,487
Total	94.600	87.164
Ativo Circulante	29,224	23,856
Ativo Não Circulante	65,376	63,308

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª. e 2ª. Instâncias. As controladas não são partes processuais, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figuram como assistentes processuais.

As controladas não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados aos litígios por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

10 TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso, de órgãos públicos e débitos diversos (agentes arrecadores, alugueis, custas processuais, etc.).

	Consolidado						
	Vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Setor público	369,013	3,288	9,635	381,936	396,638	(21,407)	(15,524)
Setor privado	120,273	33,659	5,695	159,627	149,900	(15,241)	(13,344)
Total	489.286	36.947	15.330	541.563	546.538	(36.648)	(28.868)
Ativo Circulante				231,621	265,862	(25,351)	(20,179)
Ativo Não Circulante				309,942	280,676	(11,297)	(8,689)

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração das controladas.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 155.765 (R\$ 143.849 em 31 de dezembro de 2007), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004, 2033/CME/2005 e CD 0066/2007.

11 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração das Controladas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado	
	<u>31/12/08</u>	<u>31/12/07</u>
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(125,454)	(127,675)
Títulos a receber	(36,648)	(28,868)
Outros créditos	(2,452)	(4,264)
Total	(164.554)	(160.807)
Ativo Circulante	(153,042)	(153,064)
Ativo Não Circulante	(11,512)	(7,743)

A mutação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldo 31/12/07	Adições	Reversões	Baixados Reserva	Saldo 31/12/08
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(127.675)	(387.467)	387.048	2.640	(125.454)
Títulos a receber	(28,868)	(70,659)	62,879	-	(36,648)
Outros créditos	(4,264)	(28,642)	30,454	-	(2,452)
Total	(160.807)	(486.768)	480.381	2.640	(164.554)
Ativo Circulante	(153,064)	-	-	-	(153,042)
Ativo Não Circulante	(7,743)	-	-	-	(11,512)

12 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ref.	Consolidado			
		Ativo			
		31/12/08		31/12/07	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Acordo geral do setor elétrico	(a)				
Recomposição tarifária extraordinária - RTE		40.708	33.856	65.935	64.955
Energia livre-acionamento		9.831	835	24.890	9.146
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - racionamento		150	23.394	118.298	20.895
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - CVA	(b)	88.266	101.643	29.966	123.568
Reposicionamento Tarifário	(c)	131.439	47.444	290.618	3.268
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	(d)	12.210	3.999	9.767	256
Subsídio a Irrigantes e Aqüicultores		2.311	3.393	15.149	60
Compra de Energia		33.175	11.058	40.656	8.889
Parcela de Ajuste Conexão		868	2.386	2.171	1.904
Parcela de Ajuste Rede Básica		1.850	-	14.790	5.546
Outros		6.525	1.922	35.750	4.967
Total		327.333	229.930	647.990	243.454

	Ref.	Consolidado			
		Passivo			
		31/12/08		31/12/07	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Acordo geral do setor elétrico	(a)				
Energia livre-acionamento		31.482	581	37.662	8.088
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - racionamento		2.636	5.804	2.681	3.151
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - CVA	(b)	40.529	34.418	43.916	17.245
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	(d)	8.776	3.262	11.669	7.147
Subsídio a Irrigantes e Aqüicultores		433	-	-	-
Exposição financeira		7.158	7.346	-	-
Parcela de Ajuste Conexão		436	1.084	2.171	1.904
Parcela de Ajuste Rede Básica		1.328	-	17.554	9.560
Outros		4.229	633	178	-
Total		97.007	53.128	115.831	47.095

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram em 2001, o "Acordo Geral do Setor Elétrico", definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que ocorreu através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE

A Resolução ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, definiu o prazo máximo de permanência do adicional tarifário para a RTE nas tarifas de fornecimento para 74 meses para a COELBA e CELPE a partir de dezembro de 2001 e 102 meses para a COSERN, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A", relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Nas controladas COELBA e CELPE esse prazo demonstrou ser insuficiente para a recuperação integral desse ativo e ao final do prazo as controladas procederam a baixa da RTE nos montantes, respectivamente, de R\$ 89.266 e 2.573. A COSERN avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 37.143 (R\$ 31.143 em 2007).

	Consolidado
Recomposição tarifária extraordinária (homologado)	629.758
Remuneração financeira	608.813
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(123.755)
(-) Reversão acumulada	(983.926)
Total em 31 de Dezembro de 2007	130.890
Remuneração financeira	16.961
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(3.375)
(-) Reversão acumulada	(47.480)
(-) Reversão Provisão para ajuste ao valor de realização	90.039
(-) Amortização no trimestre	(20.632)
(-) Baixa do ativo (perda de receita)	(91.839)
Total em 31 de Dezembro de 2008	74.564
Ativo Circulante	40.708
Ativo Não Circulante	33.856

- Energia Livre - Racionamento

A Energia Livre é a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do CCEE, realizadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração e de distribuição até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes.

Para as controladas COELBA e CELPE o prazo de permanência da RTE (Energia Livre) nas tarifas de fornecimento de energia elétrica extinguiu-se em fevereiro de 2008 e demonstrou ser insuficiente para a recuperação total desse ativo. Diante disso, a Administração das controladas procedeu à baixa do ativo no montante, respectivamente, de R\$ 59.935 e R\$ 32.860, e do passivo de energia livre no montante, respectivamente, de R\$ 66.395 e R\$ 32.860.

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	69.817	176.964	67.021	179.760
Encargos	12.356	8.731	(504)	-
Transferências	332.498	(342.197)	340.914	(339.099)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(111.878)	(23.444)	(111.878)	(23.444)
(-) Reversão Acumulada	(293.611)	-	(283.963)	-
Remuneração financeira	20.097	189.092	20.097	190.871
Ajuste	(4.389)	-	5.975	-
Total em 31 de Dezembro de 2007	24.890	9.146	37.662	8.088
Encargos	(1.310)	142	504	-
Transferências	42.914	(9.994)	42.584	(9.784)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(865)	(3.063)	(865)	(3.063)
(-) Reversão Provisão para ajuste ao valor de realização	61.615	-	59.353	-
(-) Amortização no trimestre	(14.192)	-	(11.147)	-
Baixa do ativo/passivo (reconhecimento da perda)	(92.795)	-	(99.255)	-
Remuneração financeira	(8.585)	4.604	2.646	5.340
Ajuste	(1.841)	-	-	-
Total em 31 de Dezembro de 2008	9.831	835	31.482	581

Detalhamento do saldo passivo de energia livre:

	Consolidado	
	31/12/08	31/12/07
AES Tietê S.A.	7.534	8.547
Centrais Elétricas Cahoeira Dourada S.A. - CDSA	2.845	3.176
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	3.258	3.848
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	2.785	3.106
Companhia Energética de São Paulo - CESP	23.295	26.350
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	32.518	36.444
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	34.823	38.989
Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL-G	1.207	1.434
Duke Energy Internacional -Geração Paranapanema S.A. - DUKE	6.453	7.224
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	10.233	11.448
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	2.579	2.899
Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	25.067	28.319
Rio Grande Energia - RGE	185	216
Tractebel Energia S.A. - TRACTEBEL	1.210	1.344
Outros	3.484	4.831
Subtotal	157.476	178.175
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(59.367)	(131.923)
Baixa do passivo (reconhecimento da perda)	(66.046)	(502)
Total	32.063	45.750
Passivo Circulante	31.482	37.662
Passivo Não Circulante	581	8.088

Valores Tarifários não Gerenciáveis a compensar da "Parcela A" - Racionamento

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária.

Valores tarifários não gerenciáveis de parcela "A" - racionamento (homologado)

Remuneração financeira

Total em 31 de Dezembro de 2007

Remuneração financeira

(-) Amortização no Trimestre

(-) Transferências

Total em 31 de Dezembro de 2008

Ativo Circulante

Ativo Não Circulante

Consolidado	
Ativo	Passivo
49.357	2.250
89.836	3.582
139.193	5.832
10.800	3.279
(124.173)	(2.947)
(2.276)	2.276
23.544	8.440
150	2.636
23.394	5.804

Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC

Reserva global de reversão - RGR

Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE

Encargos de conexão no sistema de transmissão

Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST

Energia comprada para revenda

Total em 31 de Dezembro de 2008

Total em 31 de Dezembro de 2007

(b) Valores Tarifários não Gerenciáveis a Compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Consolidado				Saldo em
	ATIVO				
	Saldo em 31/12/07	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldo em
CVA 31/12/08					
CCC	20.030	2.568	53.017	(21.493)	54.122
CDE	1.168	82	220	(1.066)	404
ESS	42	6.470	83.180	(1.332)	88.360
TFSEE	-	450	10.257	(7.755)	2.952
TRANSPORTE	12.709	1.139	14.390	(4.673)	23.565
CONEXÃO	-	202	111.658	(209.328)	(97.468)
ENERGIA COMPRADA	117.729	39	2.023	(3.089)	116.702
PROINFA	1.856	285	3.338	(4.207)	1.272
	153.534	11.235	278.083	(252.943)	189.909

	Consolidado				Saldo em
	PASSIVO				
	Saldo em 31/12/07	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldo em
CVA 31/12/08					
CCC	21.677	74	6.016	(21.839)	5.928
CDE	28	10	-	(27)	11
ESS	1	(1)	544	(1)	543
TRANSPORTE	9.496	119	4.140	(13.726)	29
ENERGIA COMPRADA	29.955	1.454	55.398	(18.818)	67.989
PROINFA	4	135	1.613	(1.305)	447
	61.161	1.791	67.711	(55.716)	74.947

(c) Reposicionamento Tarifário

• COELBA E CELPE

A ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nº 104, de 18 de abril de 2005 e 326, de 28 de abril de 2006, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da COELBA e CELPE, respectivamente, fixando o reposicionamento tarifário em 38,78% e 23,57%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão.

Na COELBA o prazo de recuperação desse ativo regulatório, decorrente da receita diferida encerrou-se em abril de 2008, com uma perda financeira para a controlada no montante de R\$ 52.707.

Na CELPE não foi incluída no reajuste de abril de 2008 a última parcela do reposicionamento tarifário, à qual foi postergada para abril de 2009, data da próxima Revisão Tarifária.

• AFLUENTE

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 670, de 24 de junho de 2008, homologou na Parcela de Ajuste (PA) da Afluente o montante de R\$ 8.902, relacionado à remuneração da base de ativos da Transmissora, sendo R\$ 6.162 referente ao PA da rede básica e R\$ 2.740 referente ao PA da fronteira. O referido montante foi calculado para o período de novembro de 2005 a junho de 2006.

	Consolidado
Constituição	1.195.946
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(61.979)
Remuneração	142.089
(-) Amortização	(982.170)
Total em 31 de Dezembro de 2007	293.886
Constituição	337.198
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(6.072)
Remuneração	47.111
(-) Amortização	(440.533)
(-) Baixa do ativo	(52.707)
Total em 31 de Dezembro de 2008	178.883
Ativo Circulante	131.439
Ativo Não Circulante	47.444

(d) Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Total em 31 de Dezembro de 2007	10.023	18.816
Constituição	16.066	28.946
Remuneração	486	831
Amortização	(10.366)	(36.555)
Total em 31 de Dezembro de 2008	16.209	12.038
Circulante	12.210	8.776
Não Circulante	3.999	3.262

13 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Consolidado					
Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	31/12/08	31/12/07
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	Diversos	Variável	8.731	13.338
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Diversos	99% CDI	65.600	36.770
Banco Nordeste do Brasil	CDB	jul/16	96% CDI	20.589	-
Bradesco	CDB	Diversos	100,5% CDI	136	704
Bradesco	CDB	few/10	100,7% CDI	-	555
Bradesco	CDB	set/13	98,7% CDI	1.799	742
Bradesco	CDB	Diversos	98,8% CDI	4.250	2.409
Bradesco	Fundo Recife	(*)	CDI	4.040	-
Bradesco	Fundo de Investimento	(*)	CDI	3.708	-
Santander	CDB	jan/09	100,5% CDI	1.672	1.499
Santander	CDB/CDI	jan/10	100,7% CDI	11.168	-
Santander	CDB	ago/10	101% CDI	5.085	4.608
Santander	CDB	jan/08	100,7% CDI	-	16.939
Banco do Brasil	CDB	Diversos	Diversos	-	11.533
Banco do Brasil	CDB	jan/08	99% CDI	-	4.988
Banco do Brasil	Fundos de Investimentos	jul/10	CDI	42.113	-
Banco do Brasil	Títulos Públicos	mar/09	99% CDI	744	-
Total				169.635	94.085
Ativo Circulante				79.002	53.957
Ativo Não Circulante				90.633	40.128

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

14 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ref.	Controladora				Consolidado			
		Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
		31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Imposto de Renda - IR	(1)	38.356	15.115	5.013	24.213	52.069	53.877	34.453	47.456
Contribuição Social - CSLL	(1)	444	210	10	-	6.732	49.340	8.330	1.630
ICMS	(2)	-	-	-	-	144.248	162.977	131.408	129.990
PIS	(3)	19	18	8.212	4.213	4.541	727	18.988	14.384
COFINS	(3)	630	630	37.916	22.829	24.778	7.456	77.079	70.628
INSS		-	-	101	22	2.073	2.629	7.960	7.294
FGTS		-	-	6	2	-	-	1.933	1.701
IOF		3.097	2.810	296	18	3.099	2.811	296	40
ISS		-	-	9	-	11	-	1.227	-
REFIS	(4)	-	-	-	-	2.413	3.719	-	-
Outros		25	25	-	714	3.621	5.925	8.324	10.291
Total		42.571	18.808	51.563	52.012	243.584	289.461	289.998	283.414
Circulante		42.571	18.808	51.563	52.012	167.048	189.350	260.838	255.622
Não Circulante		-	-	-	-	76.536	100.111	29.160	27.792

(1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores e folha de pagamento, e nas controladas COELBA e COSERN incluem ainda o IRRF sobre os Juros sobre Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 19.

(2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ativo está composto da seguinte forma:

ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

ICMS a recuperar na compra de geladeiras para o Projeto de Eficientização Energética e ICMS antecipado referente à diferença de alíquota nas compras interestaduais.

(3) O ativo de PIS e COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, da apuração mensal e das antecipações de órgãos públicos.

15 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, TERMOPE, ITAPEBI e AFLUENTE registraram os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre, compra de energia, ativo regulatório, reposicionamento tarifário e diferencial de alíquota do ICMS incidente na compra de ativo fixo, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização.

O imposto de renda nas empresas é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída a alíquota de 9%, o PIS constituído a alíquota de 1,65% e a COFINS constituída a alíquota de 7,6%.

Na AFLUENTE o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 0,65% e 3,0%.

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	31/12/08		31/12/07		31/12/08		31/12/07	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos Fiscais	25.718	6.430	169.377	42.344	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	564.128	141.008	557.212	139.279	326.975	81.719	523.323	130.054
	589.846	147.438	726.589	181.623	326.975	81.719	523.323	130.054
Contribuição Social								
Base Negativa	25.718	2.315	169.377	15.244	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	564.128	50.762	557.212	50.148	326.975	29.428	505.062	45.197
	589.846	53.077	726.589	65.392	326.975	29.428	505.062	45.197
PIS								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	298.446	4.924	555.899	9.140
	-	-	-	-	298.446	4.924	555.899	9.140
COFINS								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	298.446	22.682	557.196	42.197
	-	-	-	-	298.446	22.682	557.196	42.197
Total		200.516		247.015		138.753		226.588
Circulante		95.883		95.353		88.589		189.139
Não Circulante		104.634		151.662		50.164		37.449

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado							
	31/12/08				31/12/07			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.856	69.856	-	-	88.027	88.027	-	-
Provisão para contingências	163.220	163.220	-	-	168.567	168.567	-	-
Provisão para passivo atuarial	197.941	197.941	-	-	189.926	189.926	-	-
Provisão para demissão voluntária	533	533	-	-	9.723	9.723	-	-
Pis/Cofins diferidos	6.618	6.618	-	-	137.048	137.048	101.854	101.843
Recomposição tarifária extraordinária	74.564	74.564	71.546	71.546	31.895	12.472	31.895	31.895
Reposicionamento tarifário	174.432	174.432	174.432	174.432	289.579	289.579	289.579	289.579
Redução das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	-	6.856	6.856	6.856	6.856
Subsídio a irrigantes	-	-	-	-	9.051	9.051	9.051	9.051
Exposição Financeira	-	-	-	-	159	159	159	159
Compra de energia	44.233	44.233	44.233	44.233	49.545	49.545	62.541	62.541
Energia livre	-	-	6.153	6.153	1.417	1.417	32.500	33.808
Provisão Agente Arrecadador	2.098	2.098	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões Fiscais	1.433	1.433	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para Todos	-	-	-	-	15.955	15.955	15.955	15.955
Desconto Autoprodutor de Energia	-	-	-	-	4.307	4.307	4.307	4.307
Provisão PLR	14.993	14.993	-	-	-	-	-	-
Precatório Finsocial	11.718	11.718	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	9.358	9.358	-	-	9.358	9.358	-	-
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	3.588	3.588	-	-	-	-	-	-
Efeitos na Lei 11.638/07	62.363	62.363	-	-	-	-	-	-
Provisão Desvalorização Banco Santos	5.000	5.000	-	-	-	-	-	-
Outros	49.155	49.155	2.082	2.082	69.122	70.284	1.202	1.202
Total	891.103	891.103	298.446	298.446	1.080.535	1.062.274	555.899	557.196
Ativo	564.128	564.128	-	-	557.212	557.212	-	-
Passivo	326.975	326.975	298.446	298.446	523.323	505.062	555.899	557.196

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal das Controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de Realização	Consolidado						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014-2017	Total
Imposto de Renda	70.489	51.324	7.515	7.382	3.847	6.881	147.438
Contribuição Social	25.394	18.471	2.703	2.655	1.382	2.474	53.079
	95.883	69.795	10.218	10.037	5.229	9.355	200.517

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda da Controlada divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 2008 e 2007.

	Controladora			
	31/12/08		31/12/07	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.108.265	1.108.265	1.078.089	1.078.089
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	277.066	99.744	269.522	97.028
Ajustes ao Lucro Líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Ágio Participação Societária	27.990	10.085	31.386	11.299
Perda de Equivalência Patrimonial	4.827	1.746	-	-
JSCP	50.261	18.103	53.381	19.217
Despesas indedutíveis (inclui provisões)	1.469	537	1.778	640
Outras Adições	4.577	1.656	-	-
Subtotal Adições	89.124	32.127	86.545	31.156
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(367.818)	(132.423)	(358.287)	(128.983)
Outras Exclusões	-	-	-	-
Subtotal Exclusões	(367.818)	(132.423)	(358.287)	(128.983)
Imposto de renda e contribuição social no período	(1.628)	(552)	(2.220)	(799)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social compensado	-	-	(220)	(799)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(2.440)	(1.598)

16 FUNDOS VINCULADOS

	Ref.	Consolidado	
		31/12/08	31/12/07
BNDES	(1)	63.622	65.752
Cauções	(2)	64.913	-
Outros	(3)	5.946	3.399
Total		134.481	69.151
Ativo Circulante		70.449	3.017
Ativo Não Circulante		64.032	66.134

(1) BNDES
Na controlada ITAPEBI Refere-se a depósitos efetuados no Banco do Brasil S.A. a título de garantia outorgada do contrato de financiamento obtido junto ao BNDES, tendo por objetivo assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do referido contrato, a qual deverá ser mantida até a liquidação total da obrigação, e sua movimentação somente poderá acontecer por autorização do BNDES. Essa garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, seis meses de serviços da totalidade da dívida.

(2) Cauções
Na controlada TERMOPERNAMBUCO refere-se principalmente à "Conta de Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", de acordo com o item XVIII da Cláusula 16 do Aditivo nº 1 ao Contrato de Financiamento com o BNDES, a TERMOPERNAMBUCO deverá manter o saldo mínimo equivalente a seis vezes o valor da última parcela vencida de amortização e juros decorrentes deste Contrato durante o prazo de amortização.

(3) Outros

Depósitos efetuados no Banco Bradesco S.A. especificamente para realização da Custódia das Garantias e da Liquidação Financeira junto ao CCEE.

Depósitos efetuados no Banco Bradesco S.A. especificamente para realização da Custódia das Garantias e da Liquidação Financeira junto ao CCEE.

Depósitos efetuados no Banco Bradesco S.A. especificamente para realização da Custódia das Garantias e da Liquidação Financeira junto ao CCEE.

17 BENEFÍCIO FISCAL - ÁGIO INCORPORADO

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 707.953 (R\$ 764.646 em 2007), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante - realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Demonstrações Financeiras 2008

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	Consolidado	
	31/12/08	31/12/07
Ágio - incorporado	3.443,491	3.443,491
Provisão Constituída	(2.272.705)	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786	1.170.786
Amortização de ágio acumulada	(1.361.278)	(1.193.527)
Reversão da provisão acumulada	898.445	787.387
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	707.953	764.646
Ativo Circulante	56.293	56.694
Ativo Não Circulante	651.660	707.952

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para COELBA, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para CELPE, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para COSERN, maio de 2004, 248 parcelas mensais para TERMOPERNAMBUCO e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para ITAPEBI e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para COELBA, nº 192, de 31 de maio de 2001 para CELPE, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para COSERN.

O Despacho 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na COELBA.

As curvas de amortização dos ágios das controladas, autorizadas pela ANEEL, estão assim compostas:

Curvas de amortização de ágio

Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2009	0,05250	0,04118	0,04397	0,06640	5,743	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	527
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	5,188	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	453
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	4,658	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	389
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	4,156	2025	0,02680	0,02336	0,01773		334
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	3,562	2026	0,02540	0,02235	0,01690		287
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	3,179	2027		0,02138	0,01609		246
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	2,784	2028			0,01476		212
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	2,425	2029					182
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	1,539	2030					156
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	1,007	2031					134
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	833	2032					115
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	715	2033					99
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	614						

18 ESTOQUES

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.

	Consolidado	
	31/12/08	31/12/07
Estoque total	114.008	111.952
Imobilizado em curso	(100.372)	(97.592)
Total	13.636	14.360

19 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei, sem contingência passiva provisionada.

	Ref.	31/12/08	31/12/07
Trabalhistas		24,618	18,351
Cíveis		13,246	10,357
Fiscais:			
IRRF sobre Juros sobre capital próprio	(1)	22,196	18,942
Outros		35,950	28,324
Total		96.010	75.974
Ativo Circulante		-	-
Ativo Não Circulante		96,010	75,974

(1) As controladas COELBA e COSERN acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A, processo nº 2002.5101000216/4, na qual as Companhias foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte - IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio - JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas COELBA e COSERN, em favor da Neoenergia S.A, que deveriam ser recolhidos à Receita Federal.

A controlada TERMOPERNAMBUCO também mantém, depósito em juízo de R\$ 5.651 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A.

Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das provisões para contingências passivas a que se referem (vide nota explicativa nº 32.1).

20 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Ref.	Consolidado	
		31/12/08	31/12/07
Gastos com colocação de Debêntures	(1)	-	18.765
Encargos Financeiros		3.814	6.748
Prêmio seguro		1.981	3.790
Copergás - <i>Take or Pay</i>	(2)	6.271	4.733
Adiantamento a Fornecedores		32.573	31.105
Outros		6.106	10.588
Total		50.745	75.729
Ativo Circulante		17.499	24.275
Ativo Não Circulante		33.246	51.454

(1) Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia e suas controladas adotaram os procedimentos de contabilização e evidencição dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e financiamentos.

(2) Refere-se ao saldo remanescente das quantidades pagas e não retiradas de gás, as quais a TERMOVERNAMBUCO poderá recuperar durante a vigência do contrato, até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada.

21 OUTROS CRÉDITOS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(1)	-	-	110.867	126.636
Adiantamentos a Empregados		95	89	8.207	3.061
Adiantamentos a Fornecedores		25	159	13.035	9.495
Repasse de Empréstimos e Financiamentos		-	-	1.098	1.472
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	6.674	5.674
Encargos CBEE		-	-	1.529	2.698
RGR a compensar		-	-	6.337	1.109
Precatório - Finsocial	(2)	-	-	11.718	13.746
Entidade de previdência privada		-	-	51	1.692
Caixa Econômica Federal - FGTS não optantes	(3)	-	-	-	14.792
Desativações em Curso		-	-	12.260	4.136
Dispêndios a Reembolsar em Curso		-	-	13.334	17.109
Fundos Vinculados		-	-	2.066	-
Outros créditos a receber		49	16	36.476	53.398
Total		169	264	223.652	255.018
Ativo Circulante		155	249	201.462	222.023
Ativo Não Circulante		15	15	22.190	32.995

(1) O Governo Federal, através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas COELBA, CELPE e COSERN.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, em favor da Companhia, no valor de R\$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as cinco primeiras parcelas anuais.

(3) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelo beneficiário.

22 INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas

Investidas	Ref.	Data-base	(em milhares)		No capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Líquido no período
			Ordinárias	Preferenciais				
COELBA		31/12/07	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.500.184	647.416
		31/12/08	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.631.205	814.805
CELPE		31/12/07	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.205.484	311.526
		31/12/08	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.308.263	466.313
COSERN	(3)	31/12/07	110.782	31.153	84,45	179.787	513.013	169.114
		31/12/08	110.782	31.153	84,45	179.787	551.632	212.344
TERMOPE		31/12/07	342.594	-	100,00	294.570	420.590	78.168
		31/12/08	342.594	-	100,00	214.570	345.355	40.554
TERMOAÇU	(1)	31/12/07	290.047	-	27,90	635.948	635.948	-
		31/12/08	290.047	-	25,20	635.948	635.948	2.731
NC ENERGIA		31/12/07	7.100	-	100,00	13.600	16.320	12.921
		31/12/08	7.100	-	100,00	13.600	16.320	27.498
Neoenergia Serviços ITAPEBI	(2)	31/12/07	63.000	-	42,00	105.000	199.986	83.880
		31/12/08	44.100	-	42,00	105.000	225.124	109.328
NEOSERV		31/12/07	1	-	100,00	10	(42)	(56)
		31/12/08	1	-	100,00	726	739	229
AFLUENTE	(3)	31/12/07	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	97.239	31.467
		31/12/08	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	98.991	35.550
BAGUARI I	(4)	31/12/07	76.000	-	100,00	76.000	76.000	-
		31/12/08	76.000	-	100,00	76.000	76.000	-
GOIÁS SUL	(4)	31/12/07	35.368	-	100,00	35.368	35.368	-
		31/12/08	35.368	-	100,00	48.000	48.000	-
GERAÇÃO C III	(5)	31/12/07	70.265	-	100,00	70.265	70.265	-
		31/12/08	70.265	-	100,00	70.265	70.265	-
ÁGUAS DA PEDRA	(6)	31/12/07	145.557	-	51,00	145.557	145.557	-
		31/12/08	145.557	-	51,00	253.000	253.000	-
RIO PCH I	(7)	31/12/07	1	-	75,00	1	1	-
		31/12/08	1	-	75,00	50.514	50.514	-
BAHIA PCH I	(8)	31/12/07	-	-	100,00	1	1	-
		31/12/08	1	-	100,00	161	161	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(8)	31/12/07	-	-	100,00	1	1	-
		31/12/08	1	-	100,00	-	-	-
SE NARANDIBA	(8)	31/12/07	-	-	100,00	1	1	-
		31/12/08	1	-	100,00	-	-	-
NEOINVEST		31/12/07	-	-	100,00	1	1	-
		31/12/08	1	-	100,00	1	1	-

(1) TERMOAÇU

A TERMOAÇU é um projeto do grupo NEOENERGIA e da PETROBRAS, para a instalação de uma usina termelétrica no Estado de Rio Grande do Norte. O projeto consiste em uma planta de co-geração com uma potência instalada de 325 MW e uma produção de vapor de 610 t/h, que está sendo construída no município de Alto do Rodrigues - RN. A energia elétrica se destinará a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo NEOENERGIA e o vapor será usado pela PETROBRAS para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região. O investimento total previsto é de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 85 milhões correspondem às turbinas de gás.

Em 2004 os acionistas assinaram um Termo de Compromisso, no qual assumiram os valores vencidos e vencidos de suas partes relacionadas com a TERMOAÇU, permitindo a retomada do projeto, tendo sido firmada notificação com a construtora para retorno das obras em 01/10/2004. Tal acordo prevê que o acionista PETROBRAS será responsável pelos novos aportes para conclusão do projeto, diluindo a participação da NEOENERGIA até o limite mínimo de 20,5%.

Ainda decorrente do termo de compromisso assinado em setembro de 2004 os acionistas assumiram os valores vencidos e vencidos de suas partes relacionadas com a TERMOAÇU. Estes valores foram convertidos em aumento de capital através de subscrição de novas ações emitidas pela mesma. O montante assumido pela Neoenergia foi de R\$ 8.018.

Em 7 de março e 31 de julho de 2007 foram realizadas reuniões do Conselho de Administração da TERMOAÇU, onde foi deliberado aumento de capital de R\$ 119.030 mediante a emissão de 322.246 mil ações, integralmente subscritas pela NEOENERGIA e pela PETROBRAS, através dos aportes anteriormente realizados por estas empresas a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 30 de dezembro de 2008, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34.049, através da emissão de 111.327.997 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social da TERMOAÇU para R\$ 669.997 representado por 1.150.989.015 mil ações ordinárias, dos quais 25,2% pertencentes à NEOENERGIA e 74,8% à PETROBRAS.

Em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoçaçu, os acionistas da Termoçaçu decidiram iniciar procedimento arbitral, a ser realizado nos termos do acordo de acionista. Diante de tal impasse e para permitir o início da operação comercial da Termoçaçu, os acionistas firmaram em 8 de setembro de 2008 um Acordo de Cooperação a fim de estabelecer disposições transitórias enquanto durar o processo de arbitragem. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoçaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina enquanto durar o processo arbitral.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação. O saldo do investimento líquido (exceto adiantamento para futuros aumentos de capital) é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/08	31/12/07
Investimentos	254.346	253.583
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão para perda	(43.846)	(43.846)
Investimento líquido	242.238	241.475

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, não prevê perdas adicionais às já registradas.

(2) NEOENERGIA SERVIÇOS (Antiga TERMO NC)

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços Ltda. - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(3) COSERN e AFLUENTE - Desverticalização

Em cumprimento a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e a cláusula 12ª do contrato de concessão nº 010, que versa sobre a segregação das atividades de geração e transmissão, a COELBA aprovou e a Resolução ANEEL nº 306, de 05 de setembro de 2005, autorizou a implementação do processo de desverticalização da COELBA.

No reajuste tarifário aplicado a partir de 22 de abril de 2006 (nota explicativa nº 35), a ANEEL considerou a redução da Base de Remuneração Regulatória no valor de R\$ 154.857, ainda provisório, em decorrência do processo de desverticalização dos bens de geração e transmissão, transferidos à AFLUENTE.

CISÃO

A Companhia comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. ("Imanisse"), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente ("Protocolo de Cisão"), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta Companhia, e a incorporação desta parcela cindida pela IMANISSE.

A cisão tem por objetivo permitir a segregação das atividades de geração e transmissão de energia elétrica, atualmente exercidas pela Companhia ("Reestruturação Societária"). O processo de Cisão está sujeito a condições suspensivas, dentre elas a obtenção de prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, desta forma nenhum registro contábil foi efetuado nestas demonstrações contábeis.

(4) BAGUARI I E GOIÁS SUL

Em dezembro de 2005 a Neoenergia participou do Leilão de Geração de Energia, e foi vencedora de três empreendimentos: UHE Baguari (em parceria com Furnas e CEMIG), PCH Goiandira e PCH Nova Aurora.

Em 11 e 17 de janeiro de 2006 foram constituídas as sociedades por ações BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A, respectivamente, ambas criadas com a finalidade de desenvolver atividades de geração de energia elétrica e serviços correlatos.

Até março de 2006 a Neoenergia vinha efetuando adiantamentos para futuros aumentos de capital nas Companhias. A partir do segundo trimestre de 2006, foram realizados aportes de capital e posterior integralização de capital, com o objetivo da construção da UHE e das PCHs. A entrada em operação da UHE Baguari e das PCHs está prevista, respectivamente, para 2010 e 2009.

(5) GERAÇÃO C III

A Neoenergia, através da GERAÇÃO C III S.A., adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, geradora com capacidade instalada 93,6 Megawatts (MW), a ser construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no estado de Goiás, com investimento da ordem de R\$ 300 milhões. O empreendimento foi adquirido da Energética Corumbá III S.A., sociedade formada pelas empresas Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia Energética de Goiás (CELG), Strata Construções e Concessionárias S.A. e Energ Power Ltda., que ficará com 40% do negócio. A entrada em operação está prevista para maio de 2010.

(6) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A NEOENERGIA adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de DARDANELOS, no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso.

O novo negócio foi conquistado pelo Consórcio Aripuanã, formado pela NEOENERGIA, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), pela ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Posteriormente a NEOENERGIA assumirá a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%.

A concessão de DARDANELOS foi obtida pelo Consórcio com o preço de venda de energia de R\$ 113,09 MWh. A construção da usina exigirá um investimento de aproximadamente R\$ 700 milhões e seu cronograma de construção prevê a entrada de operação no ano de 2010.

(7) RIO PCH I

A Neoenergia adquiriu da empresa Performance participação majoritária nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Pedra do Garrafão e Pirapetinga, usinas com capacidade instalada de 15,7 MW e 16,5 MW, respectivamente, que serão construídas no Rio Itabapoana, nas divisas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A geração das PCHs foi comercializada no último Leilão de Energia Nova (002/2006) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de junho passado, ao preço de R\$ 124,99/MWh.

A PCH Pirapetinga ficará localizada entre os municípios de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e São José do Calçado (ES) e a PCH Pedra do Garrafão entre os municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Mimoso do Sul (ES). As usinas serão construídas por um consórcio liderado pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO), com investimento total da ordem de R\$ 150 milhões e início da operação comercial previsto para março de 2009.

(8) BAHIA PCH I

A Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) - Sítio Grande, atualmente denominada BAHIA PCH I, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

A BAHIA PCH I terá a capacidade de geração de 25 MW, e está orçada em R\$ 130 milhões. O projeto já tem Licença de Instalação (LI) e as obras de construção já começaram, após a aprovação da ANEEL, com entrada em operação prevista para 2009.

Demonstrações Financeiras 2008

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

Movimentação do Investimento	Saldos em				Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2008
	31 de dezembro de 2007	Aumento de capital	Redução de capital	Ajuste				
COELBA	1.886.366	-	-	(24.591)	719.434	(39.249)	(578.502)	1.963.458
CELPE	1.707.942	-	-	-	419.254	(44.979)	(325.765)	1.756.452
COSERN	687.000	-	-	-	179.327	(16.793)	(146.584)	702.950
TERMOPE	468.748	-	(80.000)	-	40.553	(6.856)	(35.645)	386.800
ITAPEBI	124.810	-	-	-	45.918	(4.178)	(34.926)	131.624
AFLUENTE	85.418	-	-	430	30.777	-	(29.793)	86.832
BAGUARI I	76.000	-	-	-	-	-	-	76.000
GOIAS SUL	35.368	12.632	-	-	-	-	-	48.000
TERMOAÇU	241.475	-	-	-	762	-	-	242.237
NEOSERV	-	-	-	-	2	-	(2)	-
GERAÇÃO CIII	70.265	-	-	-	-	-	-	70.265
RIO PCH	-	48.314	-	-	-	-	-	48.314
AGUAS DA PEDRA	71.316	57.714	-	-	-	-	-	129.030
NC ENERGIA	16.320	-	-	-	27.498	-	(27.498)	16.320
BAHIA PCH I	-	161	-	-	-	-	-	161
TOTAL	5.471.027	118.821	(80.000)	(24.161)	1.463.526	(112.056)	(1.178.715)	5.658.443

23 IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2008					31/12/2007
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada amortização	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos		44.055	-	44.055	-	44.055
Edificações, Obras						
Civis e Benfeitorias	1,89 a 10	858.932	(205.078)	653.854	-	653.854
Máquinas e Equipamentos	1,76 a 10	9.234.596	(3.154.522)	6.080.074	(1.486.509)	4.593.565
Veículos	2,91 a 20	166.694	(78.519)	88.175	-	88.175
Móveis e Utensílios	5,62 a 10	70.736	(40.865)	29.871	(190.099)	(160.228)
Outros		20.910	(3.587)	17.323	-	17.323
Subtotal		10.395.923	(3.482.572)	6.913.351	(1.676.608)	5.236.743
Em curso						
Terrenos		15.391	-	15.391	-	15.391
Edificações, Obras						
Civis e Benfeitorias		776.171	-	776.171	-	776.171
Máquinas e Equipamentos		470.875	-	470.875	(297.504)	173.371
Veículos		2.055	-	2.055	-	2.055
Móveis e Utensílios		1.741	-	1.741	-	1.741
Estoque de investimento		100.972	-	100.972	-	100.972
Outros		451.430	-	451.430	-	451.430
Subtotal		1.818.635	-	1.818.635	(297.504)	1.521.131
Total		12.214.558	(3.482.572)	8.731.987	(1.974.112)	6.757.875

Demonstrações Financeiras 2008

O imobilizado em curso consolidado refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. Por atividade, o imobilizado consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2008			31/12/2007		
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Geração 3 a 6,8	1.677.816	(315.656)	1.362.159	-	1.362.159	1.311.276
Transmissão 2,72	99.465	(26.812)	72.653	(5.440)	67.213	44.947
Distribuição 4,46 a 4,82	8.353.727	(2.982.890)	5.370.837	(1.671.168)	3.699.669	3.210.488
Comercialização 4,15 a 9,43	42.440	(27.481)	14.959	-	14.959	15.589
Administração 5,41 a 16,89	222.475	(129.731)	92.743	-	92.743	94.766
Subtotal	10.395.923	(3.482.571)	6.913.352	(1.676.608)	5.236.744	4.677.066
Em curso						
Geração	1.250.804	-	1.250.804	-	1.250.804	502.437
Transmissão	238	-	238	-	238	1.295
Distribuição	505.750	-	505.750	(297.504)	208.246	246.552
Comercialização	3.412	-	3.412	-	3.412	979
Administração	58.431	-	58.431	-	58.431	6.224
Subtotal	1.818.635	-	1.818.635	(297.504)	1.521.131	757.487
Total	12.214.558	(3.482.571)	8.731.987	(1.974.112)	6.757.875	5.434.553

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Consolidado					Saldos em 31/12/08
	Saldos em 31/12/07	Adições	Baixas	Transferências Capitalização	Estoque	
Em Serviço						
Custo						
Geração	1.544.853	-	(17.091)	150.118	(141)	1.677.739
Transmissão	93.486	-	(2.322)	8.301	-	99.465
Distribuição	7.327.360	-	(44.312)	1.070.100	579	8.353.727
Comercialização	43.788	-	(1.804)	419	(14)	42.389
Administração	214.842	-	(6.888)	14.664	(51)	222.567
Subtotal	9.224.329	-	(72.417)	1.243.602	373	10.395.887
(-) Depreciação						
Geração	(257.759)	(59.741)	1.929	-	73	(315.498)
Transmissão	(24.357)	(2.455)	-	-	-	(26.812)
Distribuição	(2.648.832)	(347.677)	29.277	(15.631)	(27)	(2.982.890)
Comercialização	(26.588)	(2.666)	1.780	(9)	-	(27.483)
Administração	(121.758)	(15.190)	5.771	1.284	-	(129.893)
Subtotal	(3.079.294)	(427.729)	38.756	(14.356)	46	(3.482.576)
Total em serviço	6.145.035	(427.729)	(33.661)	1.229.246	419	6.913.311
Em Curso						
Geração	499.238	916.993	(3.160)	(162.268)	-	1.250.802
Transmissão	4.587	599	(4.948)	-	-	238
Distribuição	565.125	983.660	(3.487)	(1.045.496)	5.950	505.752
Comercialização	979	5.648	-	(3.147)	(15)	3.465
Administração	6.224	65.258	(3)	(12.949)	(110)	58.420
Subtotal	1.076.153	1.972.158	(11.598)	(1.223.860)	5.825	1.818.677
Total Imobilizado	7.221.188	1.544.429	(45.259)	5.386	6.244	8.731.988

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/equipamentos principais

<u>Geração</u>	<u>(%)</u>	<u>Distribuição</u>	<u>(%)</u>	<u>Comercialização</u>	<u>(%)</u>
Barramento	2,5	Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0
Condensador de vapor	4,3	Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0	Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0
Edificações	4,0	Disjuntor	3,0		
Equipamento de ciclo térmico	4,5	Edificações	4,0	Administração	(%)
Equipamento geral	10,0	Estrutura do sistema	5,0	Edificações	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7	Medidor	4,0	Equipamento geral	10,0
Estrutura da tomada d'água	4,0	Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Gerador	3,3	Religador	4,3		
Grupo motor - gerador	5,9	Transformador	5,0	Transmissão	(%)
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0			Condutor do sistema	2,5
Sistema de comunicação local	6,7			Equipamento geral	10,0
Sistema de iluminação solar	5,9			Estrutura do sistema	2,5
Turbina a gás	5,0			Religadores	4,3
Turbina hidráulica	2,5				

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício 459/2001-SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures.

Encargos financeiros

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, item 4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso das controladas COELBA, CELPE e COSERN, os seguintes valores:

	<u>31/12/08</u>	<u>31/12/07</u>
Juros contabilizados no resultado	323.540	339.581
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(8.240)	(10.698)
Efeito líquido do resultado	315.300	328.883

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na COELBA e COSERN ocorreu em abril de 2008, e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado em serviço, usando-se uma taxa média a partir da revisão tarifária. Essas controladas adotaram o procedimento a partir da revisão tarifária ocorrida em 22 de abril de 2008.

A composição das obrigações especiais nas controladas COELBA, CELPE, COSERN e AFLUENTE é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Participação da União	1.019.537	525.429
Participação dos Estados	231.394	350.412
Participação dos Municípios	33.748	32.666
Participação do consumidor	422.480	405.992
Outras subvenções	266.953	472.136
Total	1.974.112	1.786.635

Comodato

As controladas COELBA, CELPE e COSERN possuem contratos de cessão de edificação em comodato, conforme demonstrados abaixo:

Bens	Razão	Consolidado			
		31/12/2008		31/12/2007	
		Valor Contábil			
		Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
COELBA					
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para serviços de conveniência	785	(785)	785	(785)
	Cessão de espaço para sede da Itapebi Geração de Energia S.A.	279	(279)	279	(279)
	Cessão de espaço para sede da Afluente S.A	20	(20)	20	(20)
Edificação - Usina Ruy Barbosa	Cessão de espaço para Sec. Meio Ambiente	5	(5)	5	(5)
Edificação Almoarifado de Bonfim	Cessão de espaço para Prefeitura de Sr. do Bonfim	24	(14)	24	(14)
Edificação Antiga Usina Morro do Chapéu	Cessão de espaço para Prefeitura de Morro do Chapéu	262	(165)	262	(154)
Edificação Antigo Escritório Itapebi	Cessão de espaço para Prefeitura de Itapebi	5	(4)	5	(4)
Edificação Escritório Palmeiras	Cessão de espaço para sede do IBAMA	117	(21)	117	(17)
Edificação Edf. Suerdick 9º e 10º andar	Cessão de espaço para Projeto Axé	790	(555)	790	(520)
Edificação Cidade Baixa	Cessão de espaço para sede do CRA	94	(23)	94	(19)
CELPE					
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para serviços de conveniência	45	(41)	45	(38)
	Cessão de espaço para agência Banco do Brasil	153	(141)	153	(130)
Almoarifado Central (Parcial)	Cessão de espaço para escritório da Amara do Brasil	82	(54)	82	(51)
Almoarifado Central	Cessão de veículos/empilhadeiras para escritório da Amara do Brasil Ltda.	63	(63)	303	(303)
	Cessão de móveis e utensílios para escritório da Amara do Brasil Ltda.	106	(104)	392	(383)
COSERN					
Almoarifado Central	Administração de almoarifado	673	(374)	673	(347)
Total		3.503	(2.648)	4.029	(3.069)

Plano nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52 de 25 de março de 2004 e 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentado o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, fixando as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KV), com carga instalada de até 50 KW.

• COELBA

Em 2008, a controlada investiu cerca de R\$ 89.665 no Programa de Universalização Urbana e Rural, (R\$ 157.918 em 2007), não abrangidos pelo Programa Luz para Todos, interligando 202.009 (*) novos consumidores (239.379 (*) em 2007) ao seu sistema de distribuição.

Até 2008 foram universalizados 57 municípios no estado da Bahia, restando 358 a serem universalizados, aguardando a definição do prazo pela ANEEL em função da prorrogação do Programa Luz para Todos. O número de novas unidades consumidoras atendidas desde o início (ano 2004) do programa de universalização foi de 1.262.574, elevando a taxa de atendimento global no Estado da Bahia para um percentual superior a 95%.

• CELPE

Em 2008, a controlada investiu cerca de R\$ 39,3 milhões no Programa de Universalização Urbana e Rural, (R\$ 48,8 milhões até 2007), não abrangidos pelo Programa Luz para Todos, interligando 71.459 (*) novos consumidores (73.980 até 2007) ao seu sistema de distribuição.

Até 2008, o número de novas unidades consumidoras atendidas foi de 374.740, equivalente a 100,0% das ligações do Programa, assegurando a universalização do serviço público de energia elétrica nos 186 municípios do Estado de Pernambuco.

• COSERN

Até 2008, a Companhia investiu cerca de R\$ 262.450 (R\$ 196.851 em 2007) no Programa de Universalização Urbana e Rural, interligando um total de 306.821 (*) novos consumidores (243.471) (*) até dezembro de 2007 ao seu sistema de distribuição.

Até 2008 foi universalizada a área urbana dos 167 municípios no estado do Rio Grande do Norte. Restam, para os próximos anos, a universalização do meio rural de 98 municípios do Estado.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Programa luz para todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

As controladas são signatárias dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

- COELBA - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 013/2004 e 11/SEINFRA/04 assinados em 30/6/04, 2ª Tranche - ECFS 095/2005 e 12/SEINFRA/04 assinados em 28/10/05, 3ª Tranche - ECFS 153/2006 assinado em 23/8/06, 4ª Tranche - ECFS 185/2007 assinado em 31/08/07 e 5ª Tranche - ECFS 239/2008 e 015/SEINFRA/08 assinado em 3/9/2008.
- CELPE - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 0018/2004 assinado em 2/6/04 e 2ª Tranche - ECFS 0115/2005 assinado em 8/11/05.
- COSERN - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 003/2004 assinado em 16/6/04, 2ª Tranche - ECFS 119/2005 assinado em 9/11/05 e 3ª Tranche - ECFS 148/2006 assinado em 27/6/06.

	Consolidado Total em 31/12/2008
PARTICIPAÇÕES (1)	
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	1.530.439
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	329.572
Parcela financiada pelo Estado	374.452
Parcela financiada (Município)	9.585
Parcela Controladas (C)	359.517
Total do Programa (A)	2.603.565
INGRESSOS DE RECURSOS (1)	
Eletrobrás (CDE)	1.137.223
Eletrobrás (RGR)	239.822
Pelo Estado	172.759
Municípios	9.585
Ingresso realizado (B)	1.559.389
GLOSAS	
Glosas Eletrobrás	(95.167)
Total Glosas (D)	(95.167)
GASTOS INCORRIDOS (1)	
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado e Controladas)	1.860.596
Pagamentos a Eletrobrás	13.087
Contrapartida	41.603
Total dos gastos	1.915.286
BALANÇO (1)	
Total a receber do programa (A-C+D)	1.972.304
Ingressos realizado (B)	1.559.389
Ingressos a realizar	412.915
NÚMERO DE LIGAÇÕES (1)	
Ligações executadas (D)	420.741
Percentual de avanço físico	81,5%
Ligações em execução (E)	69.416
Ligação a contratar (F) -	
Ligações totais do programa (D+E+ F)	490.157

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- COELBA - Contratos: 1º Tranche ECFS 013/2004 e 11/ SEINFRA/04 assinados em 30/06/2004, 2º Tranche ECFS 095/2005 e 12/SEINFRA/06 assinados em 3/10/2005, 3º Tranche ECFS 153/2006 assinado em 3/8/2006, 4º Tranche ECFS 185/2007 assinado em 6/8/2007, 5º Tranche ECFS 239/2008 e 015/ SEINFRA/08 assinados em 3/9/2008.

- CELPE - Contratos: 1º Tranche - ECFS 018/2004 assinado em 2/6/2004, 2º Tranche - ECFS 115/2005 assinado em 8/11/2005, 3º Tranche - ECFS 223/2008 assinado em 22/9/2008.

- COSERN - Contratos: 1º Tranche - ECFS 003/2004 assinado em 16/6/2004, 2º Tranche - ECFS 119/2005 assinado em 9/11/2005, 3º Tranche - ECFS 148/2006 assinado em 27/6/2006, 4º Tranche - ECFS 229/2008 assinado em 21/8/2008.

24 INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
		31/12/2008		31/12/2007	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Faixas de Serviços	-	26.332	-	26.332	25.306
Direito de Uso de Softwares	20	265.703	(219.753)	45.950	67.223
Outros		515	(106)	409	-
Subtotal		292.550	(219.859)	72.691	92.529
Em curso					
Faixas de Serviços	-	1.460	-	1.460	1.657
Direito de Uso de Softwares	20	178.297	-	178.297	56.352
Outros		-	-	-	-
Subtotal		179.757	-	179.757	58.009
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Goodwill		2.257.403	(868.878)	1.388.525	1.449.923
Total		2.729.710	(1.088.737)	1.640.973	1.600.461

Faixas de Serviço são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de Uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Demonstrações Financeiras 2008

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura e está sendo amortizado pelo período remanescente da concessão de acordo com as curvas de amortização autorizadas pela ANEEL, conforme mencionado na nota 17.

Por atividade, o intangível consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
	31/12/2008		31/12/2007		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20	849	(402)	447	321
Transmissão	20	2.529	(191)	2.338	2.323
Distribuição	4,92 a 20	122.367	(74.926)	47.441	55.811
Comercialização	19,62 a 20	55.535	(52.765)	2.770	7.381
Administração	16,99 a 20	111.270	(91.575)	19.694	26.693
Subtotal		292.550	(219.859)	72.691	92.529
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	19
Distribuição		3.017	-	3.017	6.781
Comercialização		500	-	500	215
Administração		176.240	-	176.240	50.994
Subtotal		179.757	-	179.757	58.009
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Goodwill		2.257.403	(868.878)	1.388.525	1.449.923
Total		2.729.710	(1.088.737)	1.640.973	1.600.461

25 DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Despesas pré-operacionais	12.211	5.037	106.209	172.340
Despesas gerais e administrativas	-	-	163.201	162.808
Despesas tributárias	-	-	10.577	10.577
Despesas financeiras	48.790	48.790	110.589	61.798
Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-	-	-
(-) Amortização Total	(22.769)	(17.890)	(156.446)	(76.498)
	38.232	35.937	234.130	331.025

As despesas diferidas referem-se às despesas pré-operacionais das controladas do segmento de geração e foram incorridas em períodos anteriores a entrada em operação da respectiva geradora. Tais despesas pré-operacionais são amortizadas a partir do início da operação comercial das controladas.

A controladora mantém registro no ativo diferido referente aos encargos incorridos relacionados com os recursos repassados ou aportados nos projetos de geração termoelétrica TERMOVERNAMBUCO. O montante de R\$ 30.900 (R\$ 35.779 em 31 de dezembro 2006) capitalizado foi incorporado ao ativo imobilizado quando da consolidação das informações trimestrais. A partir de maio de 2004, a NEOENERGIA começou a amortizar esse ativo em decorrência da entrada em operação da TERMOVERNAMBUCO.

26 FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Fornecedores de Energia Elétrica:		
CHESF	62.251	62.853
CCEE	75.390	115.733
CEEE	4.230	1.844
CESP	24.007	20.994
CEMIG GERAÇÃO	9.472	9.143
COPEL GERAÇÃO	13.521	11.514
DUKE	4.849	6.672
ELETRONORTE	15.435	15.181
EMAE	475	1.181
ENERGEST	486	885
ENERTRADE	2.115	-
FURNAS	56.002	58.288
LIGHT	4.142	4.217
CPFL	2.055	530
PETROBRAS	7.382	-
UNIÃO	1.089	1.316
VOTENER	1.116	-
TRACTEBEL	334	-
COLIGADAS	2.210	-
AFLUENTE	37	-
NC ENERGIA	4	-
COELBA	93	-
CELPE	1	-
COSERN	2	-
NEOENERGIA	29	-
IBERDROLA	5	-
Outros	39.594	18.680
Subtotal	326.326	329.032
Encargos de Uso da Rede	38.758	41.360
Materiais e Serviços	221.097	258.499
Total	586.181	628.891
Passivo Circulante	582.006	-
Passivo Não Circulante	4.174	-

27 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

	Ref.	Consolidado				
		Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não circulante		
		31/12/2008	31/12/2007			
Composição da dívida						
Moeda nacional						
Banco do Brasil		358	6.813	37.751	44.922	46.389
Banco do Nordeste		197	40.459	158.617	199.273	135.279
BNB		843	36.517	240.438	277.798	201.934
(-) Custos de transação		-	(426)	(2.081)	(2.507)	-
BNDES	(4)	10.916	66.114	1.119.749	1.196.779	602.115
(-) Custos de transação		-	(600)	(3.500)	(4.100)	(4.700)
BNDES Emergencial	(1)	92	4.871	-	4.963	208.150
BNDES FINEM	(2)	2.283	193.347	314.495	510.125	489.563
Eletrobrás		-	46.912	289.402	336.314	317.550
FINEP		55	6.770	7.334	14.159	20.900
Consumidores		-	-	-	-	2.347
Outros		-	61	84	145	324
Total moeda nacional		14.744	400.838	2.162.289	2.577.871	2.019.851
Moeda estrangeira						
Banco do Brasil		17	97	1.092	1.206	997
Banco Interamericano Desenvolvimento - BID		67	3.339	5.271	8.677	8.929
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW		-	1.662	11.566	13.228	11.753
Títulos Externos	(3)	28	-	332.952	332.980	265.822
(-) Custos de transação		-	(339)	(677)	(1.016)	-
Total moeda estrangeira		112	4.759	350.204	355.075	287.501
Subtotal		14.856	405.597	2.512.493	2.932.946	2.307.352
Operações com Swap		(93)	(3.444)	(5.297)	(8.834)	70.319
Total		14.763	402.153	2.507.196	2.924.112	2.377.671

(1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu financiamento no valor de R\$ 307.195, R\$ 123.101 e R\$ 180.914 para a COELBA, COSERN e CELPE respectivamente, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - "Racionamento", com destinação prioritária ao adimplimento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incide encargos à taxa SELIC acrescidos de juros de 1% a.a., sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido para a COELBA, CELPE e COSERN.

O contrato BNDES FINEM prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Estes contratos nos itens (2) e (3) preveem a manutenção de "covenants" financeiros (índices) que relacionam endividamento, LAJIDA e resultado financeiro. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a COELBA cumpriu adequadamente todos estes índices.

Condições contratuais dos empréstimos das controladoras em 31 de dezembro de 2008:

<u>Fonte</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Moeda</u>	<u>Objetivo</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>
BANCO BRASIL	30/03/94	R\$	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	30/03/94	R\$	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP+ 10,236% a.a.	2014
BB 6	29/07/05	R\$	Giro	104,3% do CDI	2008
BB REN ME	30/12/97	US\$	Acordo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.	2024
BB REN MN - BNDES	01/03/94	R\$	Pgto. BNDES	TJLP+9,16% a.a.	2014
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	R\$	Pgto. Eletrobrás	IGPM+9,16% a.a.	2014
BID	23/03/86	US\$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a.+ vc	2011
BNB	29/11/04	R\$	Programa de Investimentos em Distribuição	11,5% a.a.	2012
BNB 1	30/11/04	R\$	Eletrificação	11,50% a.a.	2013
BNB 3	29/12/05	R\$	Eletrificação	11,50% a.a.	2012
BNB 4	19/07/07	R\$	Giro	14,39% a.a.	2008
BNB I	23/12/04	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2013
BNB II	27/11/06	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2014
BNB III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP+3,21% a.a.	2022
BNDES	30/06/05	R\$	Construção da Usina	6,625% a.a. acima da TJLP	2015
BNDES	15/11/03	R\$	Construção Usina	TJLP+4,25 e 4,50% a.a.	2013
BNDES	12/09/07	R\$	Capital de Giro até liberação dos recursos do financiamento	TJLP+3,3% a.a.	2008
BNDES	20/12/07	R\$	Financiamento para construção da Usina	TJLP+2,19% a.a.	2026
BNDES 3 - RTE	08/02/02	R\$	Perdas c/ Racionamento	SELIC+1,0% a.a.	2008
BNDES/FINEM	01/06/00	R\$	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP+4,5% a.a.	2008
BNDES 5 - FINEM	09/06/05	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP+5% a.a.	2010
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP+4,3% a.a.	2011
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP+4,3% a.a.	2012
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP+4,3% a.a.	2013
BNDES EMERGENCIAL	08/02/02	R\$	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC+1% a.a.	2009
BNDES/Emergencial	14/02/02	R\$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC+1% a.a.	2010
BNDES/FINEM	23/09/05	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP+5,00% a.a.	2010
BNDES/FINEM	04/10/06	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP+4,30% a.a.	2011
BNDES/FINEM	12/12/2007	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP+3,30% a.a.	2012
BNDES/FINEM	01/06/00	R\$	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP+4,5% a.a.	2008
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR+2 a 5,5% a.a.	2014
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR+6,0% a.a.	2016
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR+6,0% a.a.	2016
ECF 1348 FINEL	03/10/95	R\$	Transmissão	FINEL+8,5% a.a.	2009
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R\$	Eletrificação Rural	UFIR+6,0% a.a.	2012
ECF 2184 UFIR	15/10/02	R\$	Iluminação Pública	UFIR+6,5% a.a.	2008
ELETROBRÁS	1994 a 2007	R\$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz para Todos	5,0% a.a. e 6,50% a.a.	2019
ELETROBRÁS	Diversos	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9% a.a.	2018
FINEP	23/12/04	R\$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP+5,00% a.a.	2011
FINEP	23/12/04	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	TJLP+4% a.a.	2011
FINEP	23/12/04	R\$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% a.a.	2011
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2,0% a.a.	2026
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	2016
TÍTULOS EXTERNOS	30/06/06	US\$	Investimentos em Distribuição	Libor+1,0 a.a.+vc	2013

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, avais dos Governos Federal e Estadual, aval da Neoenergia S.A., imóveis, fiança bancária, aplicações financeiras vinculadas (contas reservas) e no que se refere ao BNDES, vinculado a recomposição tarifária, 4,42% do faturamento mensal para a COSERN e 3,01% para a CELPE.

O total devido em moeda nacional e estrangeira do consolidado desdobra-se da seguinte forma:

Demonstrações Financeiras 2008

Moeda Nacional

Juros pré-fixados
UFIR
FINEL
IGP-M
TJLP
TR
CDI
SELIC
Total
Principal
Encargos

Consolidado			
31/12/2008		31/12/2007	
R\$	%	R\$	%
494.747	19,2%	339.562	16,8%
336.168	13,0%	316.295	15,7%
147	0,0%	1.257	0,1%
39.253	1,5%	39.947	2,0%
1.651.976	64,1%	1.114.321	55,2%
145	0,0%	319	0,0%
-	0,0%	-	0,0%
55.435	2,2%	208.150	10,3%
2.577.871		2.019.851	
2.563.127		2.004.546	
14.744		15.305	

Moeda Estrangeira

Dólar norte-americano
Euro
Total
Principal
Encargos

Consolidado					
31/12/2008			31/12/2007		
Moeda de origem	R\$	%	Moeda de origem	R\$	%
Dólar norte-americano	516	342,863	563	275.749	95,9%
Euro	4.007	13,228	4.511	11.752	4,1%
Total	356.091		287.501		
Principal	355.979		287.288		
Encargos	112		213		

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

Moeda/Indexador

EURO
Dólar norte-americano
IGP-M
FINEL
TJLP
CDI
SELIC
TR

Variação %		
31/12/2008		31/12/2007
24,13		(7,50)
31,94		(17,15)
9,80		7,75
1,96		1,51
6,25		6,37
12,37		11,82
12,48		11,88
1,63		1,45

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

2009
2010
2011
2012
2013
Após 2013
Total

Consolidado		
31/12/2008		31/12/2007
-		550.511
489.545		397.036
465.169		336.909
412.569		270.782
253.819		253.819
886.094		31.492
2.507.196		1.840.549

Mutações de empréstimos e financiamentos:

Saldos em 31 de dezembro de 2006

Ingressos
Encargos
Variação monetária e cambial
Swap
Transferências
Amortizações
Saldos em 31 de dezembro de 2007
Ingressos
Encargos
Variação monetária e cambial
Swap
Efeito cumulativo marcação a mercado 2007 e 2008
Transferências
Amortizações
(-) Custos de Transação
Saldos em 31 de dezembro de 2008

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total Líquido
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	294.233	1.440.774	9.207	357.747	2.101.961
Ingressos	122.540	503.849	-	-	626.389
Encargos	154.631	13.613	19.781	-	188.025
Variação monetária e cambial	1.730	3.675	1.202	(57.767)	(51.160)
Swap	-	-	23.348	57.033	80.381
Transferências	425.341	(425.341)	5.970	(5.970)	-
Amortizações	(468.130)	(47.064)	(52.731)	-	(567.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	530.345	1.489.506	6.777	351.043	2.377.671
Ingressos	313.088	1.046.120	-	-	1.359.208
Encargos	176.251	26.147	15.616	-	218.014
Variação monetária e cambial	1.244	6.127	2.025	89.020	98.416
Swap	(130)	-	14.254	(76.069)	(61.945)
Efeito cumulativo marcação a mercado 2007 e 2008	-	-	-	(4.702)	(4.702)
Transferências	399.249	(399.249)	13.708	(13.708)	-
Amortizações	(1.003.439)	(780)	(50.707)	-	1.054.926
(-) Custos de Transação	(1.026)	(5.581)	(339)	(677)	(7.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	415.582	2.162.290	1.334	344.907	2.924.112

28 | DEBÊNTURES E ENCARGOS

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Consolidado					
					Encargos	31/12/2008		31/12/2007		
						Circulante	Principal		Total	Total
							Circulante	Não Circulante		
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,80% a.a.	1.897	7.011	40.761	49.669	38.875	
	5ª Emissão	1ª	44.000	CDI + 1,4% a.a.	608	34.432	17.216	52.256	86.857	
	5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.	11.487	-	100.000	111.487	112.849	
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	3.929	-	353.920	357.849	356.903	
	(-) Custos de Captação				-	(1.025)	(2.965)	(3.990)	-	
CELPE	1ª Emissão	Única	4.500	Varição CDI + 1,70% a.a.	6.011	-	85.791	91.802	90.795	
	2ª Emissão	1ª	40.000	108,5% do CDI	7.693	-	342.857	350.550	348.975	
	2ª Emissão	2ª	3.000							
				Varição IGPM + 10,95% a.a.	1.660	-	36.790	38.450	34.958	
	3ª Emissão	Única	17.000	105% do CDI	540	-	170.000	170.540	170.449	
				(-) Custos de Captação	-	(2.022)	(7.448)	(9.470)	-	
COSERN	3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a.	-	-	-	-	15.990	
	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,60% a.a	1.816	-	163.600	165.416	164.978	
				(-) Custos de Captação	(278)	-	(1.392)	(1.670)	-	
TERMOPE	2ª emissão	1ª	40.000	105% CDI a.a	3.355	-	400.000	403.355	402.458	
				(-) Custos de Captação	-	-	(1.507)	(1.507)	-	
ITAPEBI	2ª Emissão	1ª	8.750	IGPM+9,5%	4.716	17.090	67.291	89.096	92.151	
	2ª Emissão	2ª	8.750	IGPM+9,5%	614	13.503	67.512	81.630	85.635	
				(-) Custos de Captação	-	(108)	(410)	(518)	-	
Subtotal					44.048	68.880	1.832.016	1.944.945	2.001.873	
Operações com Swap					-	9.571	42.008	51.579	46.302	
Total					44.048	78.451	1.874.024	1.996.523	2.048.175	

COELBA

A 3ª e 5ª emissões de debêntures, classificadas no circulante e exigível a longo prazo, prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

CELPE

As escrituras de emissões das debêntures da Companhia prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

COSERN

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

TERMOPEERNAMBUCO

A controlada emitiu em 08 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em série única no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2007/045. As debêntures terão vencimento em 8 de outubro de 2014. A destinação de recurso foi, juntamente com parte do caixa da companhia, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

ITAPEBI

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
2009	-	71.929
2010	216.502	180.237
2011	575.261	484.018
2012	466.710	354.415
Após 2012	615.551	850.448
Total	1.874.024	1.941.047

Demonstrações Financeiras 2008

Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 as controladas atingiram adequadamente todos os índices de cobertura requeridos contratualmente. A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Circulante	Passivo Não Circulante	Total Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	107.128	1.941.047	2.048.175
Ingressos	158	1.071	1.229
Encargos	234.351	4.173	238.524
Variação monetária e cambial	4.408	35.527	39.935
Swap	1.088	4.375	5.463
Efeito cumulativo marcação a mercado 2007 e 2008	-	16.398	16.398
Transferências	114.845	(114.845)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(336.046)	(1.507)	(337.553)
(-) Custos de transação	(3.433)	(12.215)	(15.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	122.499	1.874.024	1.996.524

29 TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Reserva Global de Reversão - RGR	6.615	9.308
Conta de Consumo de Combustível - CCC	27.514	14.869
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.939	3.812
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	21.415	20.277
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	8.843	8.276
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	65.677	55.066
Programa de Eficientização Energética - PEE	65.837	52.748
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	1.533	1.357
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.453	956
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	1.791	-
Total	204.617	166.669
Passivo Circulante	165.798	140.703
Passivo Não Circulante	38.819	25.966

30 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. aprovou o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação
			(Lote de mil) ON
2008			
RCA de 24 de abril de 2008	JSCP	93.790	16,0307353000
RCA de 24 de julho de 2008	JSCP	118.795	20,3046295000
RCA de 30 de outubro de 2008	JSCP	102.800	17,5707388000
RCA de 30 de dezembro de 2008	JSCP	50.624	8,6527342000
		366.009	
2007			
AGO de 30 de março de 2007	Dividendos	115.762	19,7862242945
RCA de 26 de abril de 2007	JSCP	90.000	15,3829424725
RCA de 26 de julho de 2007	JSCP	55.600	9,5032400164
RCA de 25 de outubro de 2007	JSCP	55.130	9,4229068723
RCA de 13 de dezembro de 2007	JSCP	61.230	10,4655285288
		377.722	
2006			
RCA de 25 de maio de 2006	JSCP	53.000	9,0588439005
RCA de 20 de julho de 2006	JSCP	59.100	10,1014655570
RCA de 10 de novembro de 2006	JSCP	49.000	8,3751575684
RCA de 14 de dezembro de 2006	JSCP	54.000	9,2297654835
		215.100	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação "pro rata die", da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Foi encaminhado através do Conselho de Administração da Companhia à Assembleia Geral Ordinária a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 292.627 mil, correspondente a R\$ 1,5075406 por ação ordinária e R\$ 1,5075406 por ação preferencial tipo "A", e R\$ 1,6582946 por ação preferencial tipo "B" para COELBA. Em relação a CELPE, a distribuição correspondeu ao montante de R\$ 155.366 mil, equivalente a R\$ 2,080 por ação ordinária, e R\$ 2,080 por ação preferencial A e R\$ 2,288 por ação preferencial B. Por fim, a distribuição dos dividendos da COSERN montou o valor de R\$ 68.985 mil, correspondente a R\$ 0,4012915 por ação ordinária e R\$ 0,4414206 por ação preferencial.

Demonstrações Financeiras 2008

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido do exercício	1.474.274	1.340.049
Constituição da reserva legal	(73.714)	(67.002)
Base de cálculo do dividendo	1.400.560	1.273.047
Dividendos mínimos obrigatórios	350.140	318.262
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio - R\$ 44,77 por lote de mil ações ON (2006 R\$ 36,76 por lote de mil ações ON)	366.009	261.960
Dividendos propostos - R\$ 31,38 por lote de mil ações ON (2006 R\$ 19,79 por lote de mil ações ON)	120.342	183.606
Total bruto	486.351	445.566
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%.	(37.221)	(25.830)
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.	449.130	419.736

A formação dos saldos é como segue:

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2007	220.695
Atualização Monetária	-
Declarados	486.419
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(18.053)
Pagos	(523.086)
Prescritos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	165.975

31 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Imposto de Renda	3.926	34.146
Contribuição Social	10.112	61.758
Provisões Férias	25.601	23.247
Encargos Sobre Provisões de Férias	9.133	8.860
Provisão PLR	26.923	27.789
Provisão acordo coletivo	-	5.283
Outros	994	4.988
Total	76.689	166.071

32 CONTINGÊNCIAS

32.1. Contingências Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas e líquidas dos depósitos judiciais correspondentes estão compostas como segue:

	Consolidado			
	31/12/2008		31/12/2007	
	Contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida
Trabalhistas	63.587	(39.363)	24.224	16.940
Cíveis	80.722	(13.526)	67.196	80.885
Fiscais	19.161	(5.632)	13.529	(5.087)
Ambientais	19.869	(778)	19.091	45.498
Total	183.339	(59.299)	124.039	138.236
Passivo circulante			40.986	37.909
Passivo Não Circulante			83.053	100.327

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	55.201	92.364	18.262	19.551	185.378
Constituição	22.026	16.677	2.759	-	41.462
Baixas/reversão	(20.174)	(38.020)	(4.322)	(273)	(62.789)
Remuneração	6.534	9.701	2.462	591	19.288
Saldo em 31 de dezembro de 2008	63.587	80.722	19.161	19.869	183.339

A administração da Controladora e suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/re-enquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

<u>Contingência Trabalhista</u>	<u>Valor Atualizado</u>	<u>Instância</u>	<u>Expectativa de Perda</u>	<u>Valor Provisionado</u>
Ex-empregados da Companhia	36.273	1ª, 2ª e 3ª	Provável	36.274
	85.681	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	22.577	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Ex-empregados de Empreiteiras	18.100	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.100
	50.341	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	9.361	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Empregados	9.213	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.213
	593	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	232.139			63.587

Os valores na COELBA, CELPE e COSERN, foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

<u>Contingência Cível</u>	<u>Valor Atualizado</u>	<u>Instância</u>	<u>Expectativa de Perda</u>	<u>Valor Provisionado</u>
Cientes – Plano Cruzado	34.078	1ª, 2ª e 3ª	Provável	34.078
	9.248	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	2.101	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Indenização por perdas	22.751	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22.751
	147.203	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	3.855	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Acidente terceiros/trabalho	1.496	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.496
	2.511	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	1.594	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.594
Comerc. Energia e produtos	9.196	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	1.246	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	2.462	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.462
Acidentes de terceiros/ trabalho	40,868	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	1.236	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	11	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11
Empréstimo compulsório	1.212	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	5.189	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-
Iluminação pública	-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	203	1ª, 2ª e 3ª	Provável	203
Negativação SPC e Serasa	1.310	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	10	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Societário Ações	414	1ª, 2ª e 3ª	Provável	420
	1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Racionamento de Energia Elétrica	10	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10
	1.291	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
	17.704	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.697
Outras	90.298	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	99.312	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	496.816			80.722

Na COELBA e na CELPE os valores foram atualizados monetariamente pela variação do IGPM.

Na COSERN os valores foram atualizados monetariamente pela variação dos índices divulgados na tabela da Justiça Federal.

Cientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. Não é possível prever o resultado final das ações, tendo diversas outras distribuidoras de energia obtido êxito parcial nos pleitos dos consumidores. As controladas constituíram provisões tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescidos dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por

descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras - Referem-se principalmente a litígios das controladas com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisonado
ICMS	106	1ª, 2ª e 3ª	Provável	106
	26.728	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
ISS	4.666	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.666
	48.716	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	135.604	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CPMF	3.288	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	2.741	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CSLL	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184
	66.482	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	2.260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
TLF/IPTU	5.721	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	5.460	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
REFIS	13.623	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
PIS/COFINS	35.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	16.050	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
COFINS	2.900	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.900
	13.223	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	8.560	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
IRPJ	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	491
	21.665	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	692.770	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
INSS	5.668	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.668
	22.606	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	2.435	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CIDE	3.546	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	160	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Taxas Diversas	9.137	Administrativa	Possível	-
	2.015	Administrativa	Remota	-
Incentivo Fiscal ADENE	20.592	Judicial	Possível	-
Outras	4.848	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.848
	271.263	1ª, 2ª e 3ª	Possível	298
	4.731	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	1.453.607			19.161

Os valores da COELBA, CELPE e COSERN, foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Para CELPE teve autuação que ensejou a discussão sobre valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido, e autuação sobre isenções.

ISS - Autos de infração exigindo recolhimento do imposto sobre as receitas decorrentes dos serviços taxados, uso mútuo de postes, manutenção de equipamentos, elaboração de projetos, aluguel de equipamentos, etc. Refere-se a CELPE a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços prestados por terceiros. Refere-se a COSERN autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF - Autos de infração - No caso da COELBA, a Receita Federal procedeu ao lançamento de ofício cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimento no período de 09/1998 a 08/2002 realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) mediante a compensação com os valores a receber da união.

REFIS - Diferença cobrada pela Receita Federal entre o valor do débito consolidado e o valor declarado pela COELBA, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa.

PIS/COFINS - Correspondem a Autos de Infração e a Indeferimento de créditos contra a COELBA, como segue abaixo:

- Auto de infração cobrando o recolhimento das contribuições ao PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes dos contratos de "hedge - swap", referente aos exercícios de 2000 a 2002, segundo o regime de competência contábil.
- Auto de Infração questionando o pagamento dos débitos de COFINS referente aos meses de novembro de 1998 e dezembro de 1998. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação.

- Indeferimento de Crédito - A Companhia compensou débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS ano-calendário 2002 sob o argumento que a COELBA foi autuada em decorrência da não tributação das receitas de SWAP nas bases de cálculo do PIS e COFINS.
- Indeferimento de Crédito - Notificação Fiscal - Em setembro de 2003, a Companhia efetuou o recolhimento a maior do que o devido de PIS e COFINS e utilizou esses créditos para compensar débitos fiscais federais posteriores formalizados através de Declarações de Compensações enviadas tempestivamente à Receita Federal.

COFINS - Processo judicial pela COSERN arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na COELBA os débitos de COFINS referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1999 foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação. Na CELPE os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

IRPJ - Refere-se a auto de infração contra a COSERN onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório. Refere-se a autos de infração contra a CELPE, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Refere-se a COSERN dois autos de infração lavrados pelo Ministério da Previdência Social, onde se discute a cobrança de contribuição previdenciária e incidência de multa.

ITD - Auto de infração cobrando o pagamento do imposto sobre as doações de rede elétrica, bem como sobre a participação financeira do consumidor.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento.

- **CELPE**
- Outras** - Procedimento resultante de autuação fiscal contra a CELPE, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Ambiental

Contingência Ambiental

Licença Ambiental

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Licença Ambiental	19.868	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.868
	-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	19.868			19.868

A administração da ITAPEBI firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo, compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Companhia desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

Os depósitos judiciais foram decorrentes de ação de execução de honorários advocatícios, movida por Raimundo Brito e Calzans, Advogados Associados, em 08 de maio de 2003, contratado para promover a impugnação da Lei nº 13.370, editada pelo Estado de Minas Gerais em 30 de novembro de 1990.

32.2. Contingências Ativas

Fiscais

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) - As controladas COELBA, COSERN, CELPE e ITAPEBI impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, em curso no Tribunal Regional Federal - 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos das Companhias atribuem uma probabilidade de ganho provável para a ação judicial. O montante histórico estimado do crédito pleiteado, corresponde a R\$ 79.792.

33 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Ref.	Consolidado	
		31/12/2008	31/12/2007
Consumidores		62.076	46.753
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		13	853
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(1)	22.462	27.596
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		13.827	12.632
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		884	2.560
Adiantamentos serviços técnicos		-	-
Suprimento de Energia		-	6.602
Convênios		1.670	2.052
Adiantamento Estado		-	-
Caução em Garantia		23.189	22.519
FGTS Conta Empresa		129	129
Termo acordo CHESF		-	-
Encargos CBEE		3.402	4.216
Outras		27.627	40.400
Total		155.282	166.312
Passivo circulante		107.884	132.320
Passivo Não Circulante		47.398	33.993

(1) Fundo de Reserva constituído até 31 de dezembro de 2008, por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Coelba, patrocinado pela Companhia e pelos empregados e ex-empregados (aposentados), para atender a despesas futuras com a assistência média (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação do CDI e juros de 6% a.a.

34 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas

Iberdrola Energia S.A.
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil
521 Participações S.A.
BB - Banco de Investimentos S.A.
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I
Total

Acionistas

Iberdrola Energia S.A.
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil
521 Participações S.A.
BB - Banco de Investimentos S.A.
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I
Total

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste do Brasil e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Por conta disso, as controladas COELBA, COSERN, CELPE, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO formalizaram pleito à ADENE, antiga SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa

Empresa	Lauda constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75,0%
COELBA	0039/2002	25,0%
CELPE	0155/2005	75,0%
CELPE	0039/2002	25,0%
COSERN	0148/2005	75,0%
COSERN	0038/2002	25,0%
ITAPEBI	0307/2003	75,0%
TERMOPE	0118/2005	75,0%
TERMOPE	0119/2005	75,0%

A COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2008, os valores de R\$ 159.016, R\$ 79.463, R\$ 38.619, R\$ 20.706 e R\$ 2.881 (R\$ 198.603, R\$ 61.708, R\$ 37.390, R\$ 18.107 e R\$ 11.673 em 2007 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme discutido na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros visa realização de investimentos futuros da Companhia.

Em 2005, a Neoenergia obteve a autorização para a construção das PCH's Goiandira e Nova Aurora, localizadas no estado de Goiás, e da UHE Baguari, localizada em Minas Gerais.

Em 2006, a Companhia participou do Leilão 002/2006 de Geração de Energia, e foi vencedora de dois empreendimentos: PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga.

Ainda em 2006, a Companhia adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III e a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, com participação de 46%.

Em 2007, a Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica - Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

Em 2008, a Neoenergia adquiriu a autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu, localizada no Paraná e da Subestação Narandiba, localizada no estado da Bahia.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul			Rio PCH I			Pedra do Garrafão	Dardanelos	Bahia PCH I	Baixo Iguaçu
	Goiandira	Nova Aurora	Baguari I	Corumbá III	Pirapetinga					
Participação da Neoenergia	100,00%	100,00%	51,00%	60,00%	75,00%	75,00%	46,00%	100,00%	100,00%	
Potência Instalada (MW) (*)	27,00	21,00	140,00	93,60	16,50	17,00	261,00	25,00	350,00	
Energia Assegurada (MWm) (*)	17,09	12,37	81,40	50,90	11,31	11,50	154,90	19,62	172,80	
Área do Reservatório (Km2) (*)	6,42	6,83	14,16	72,42	0,40	2,71	0,24	0,55	31,6	

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

35 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores:						
Residencial	7.170.715	6.792.036	8.795.775	8.212.451	3.358.068	3.365.019
Industrial	38.181	36.593	6.161.393	4.358.905	1.714.897	1.339.171
Comercial	539.905	523.285	5.016.587	4.704.794	2.171.981	2.152.893
Rural	411.911	401.030	1.923.707	1.898.505	353.004	366.518
Poder Público	73.304	70.394	1.210.963	1.144.468	488.810	490.204
Iluminação Pública	24.712	23.746	1.206.981	1.183.838	252.620	257.566
Serviço Público	9.772	8.882	1.469.680	1.430.098	370.748	372.335
Consumo Próprio	700	698	33.684	34.039	-	-
Suprimento	39	39	8.471.222	6.086.163	227.467	315.873
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(18.289)	(5.384)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(4.905.832)	(4.932.858)
Subtotal	8.269.239	7.856.703	34.289.992	29.053.261	4.013.474	3.721.337
Reversão da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	(68.111)	(211.950)
Receita (reversão)	-	-	-	-	(178.452)	(195.613)
Reposicionamento Tarifário	-	-	-	-	-	-
Parcela de ajuste (transmissoras)	-	-	-	-	6.745	(26.092)
Reversão Energia Livre	-	-	-	-	(35.933)	(35.971)
Receita (reversão) de ativo regulatório	-	-	-	-	(8.751)	(30.170)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para todos	-	-	-	-	5.098	(5.098)
Encargos CBEE	-	-	-	-	(1.683)	(209)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	906.546	631.186	98.200	87.946
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	-	-	-	-	443.773	406.229
Outras receitas	-	-	-	-	126.901	100.321
Total	8.269.239	7.856.703	35.196.538	29.684.447	9.498.682	9.025.294

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário

• CELPE
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 642, de 22 de abril de 2008, fixou em 15,09% o índice de reajuste tarifário para a Companhia, período de vigência de 29 de abril de 2008 a 28 de abril de 2009. Por decisão da ANEEL o reajuste de 15,09% foi diferido, tendo sido aplicado em 2008, o índice de 7,48%, sendo a diferença a ser aplicado em 2009. O reajuste citado foi diferenciado conforme o nível de tensão. Os consumidores de baixa tensão tiveram aumento de 2,87%, enquanto que aos consumidores atendidos em alta tensão coube um índice médio de reajuste de 4,27%.

Revisão Tarifária

• COELBA
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 638, de 17 de abril de 2008, fixou em -12,12% o índice de revisão tarifária para a Companhia, sendo -13,89% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros) e -8,59% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte), com vigência no período de 22 de abril de 2008 a 21 de abril de 2009.

O índice de revisão de -12,12%, adicionado os componentes financeiros passou a -10,28%.

• COSERN

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 637, de 17 de abril de 2008, fixou em -6,45% o índice de revisão tarifário para a Companhia, sendo -2,14% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros), e -11,91% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande portes), com vigência no período de 22 de abril de 2008 a 21 de abril de 2009.

O índice de revisão de -6,45%, adicionado os componentes financeiros passou a -3,82%

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores livres	202.561	290.809
Transferência entre atividades	4.894.859	5.330.362
Total	5.097.420	5.621.171
	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Renda da prestação de serviços	68.441	61.823
Arrendamentos e Aluguéis	30.241	22.512
Serviço taxado	10.188	8.986
Outras receitas	18.031	7.000
Saldo em 31 de dezembro	126.901	100.321

36 COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

	Consolidado			
	31/12/2008		31/12/2007	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Compra				
CCEE	4.021.471	251.634	4.427.603	157.644
Ajustes	17.631	1.516	-	-
Subtotal	4.039.102	253.150	4.427.603	157.644
Contratos Bilaterais	2.507.830	353.068	-	10.085
Total	6.546.931	606.218	4.427.603	167.729

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

	Consolidado			
	31/12/2008		31/12/2007	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Venda				
CCEE	902.880	97.199	627.306	84.999
Ajustes	3.665	1.001	3.880	2.947
Subtotal	906.546	98.200	631.186	87.946
Contratos Bilaterais	-	-	-	-
Total	906.546	98.200	631.186	87.946

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram referendados pelas controladas.

37 RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado			
	31/12/2008			31/12/2007
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Receita Operacional Líquida	6.290.936	-	-	6.290.936
Custos/Despesas Operacionais				5.937.291
Pessoal	(134.392)	(94.125)	(104.810)	(333.327)
Administradores	(48)	-	(9.534)	(9.582)
Entidade de previdência privada	(5.654)	(3.035)	(6.980)	(15.668)
Material	(33.138)	(2.531)	(2.050)	(37.719)
Combustível para produção de energia	(35.447)	-	-	(35.447)
Serviços de terceiros	(196.556)	(135.830)	(104.554)	(436.939)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(12.321)	(6.320)	-	(18.641)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(1.205)	-	-	(1.205)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(4.954)	-	-	(4.954)
Energia elétrica comprada CCEE	(4.039)	-	-	(4.039)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.988.645)	(235.151)	-	(2.223.796)
Encargos de uso do sistema transmissão	(430.993)	-	-	(430.993)
Depreciação e amortização	(372.313)	(7.673)	(42.232)	(422.217)
Arrendamentos e alugueis	(4.455)	(1.550)	(3.470)	(9.475)
Tributos	(2.053)	(1.117)	(3.087)	(6.257)
Provisões Líquidas - PC LD	(25.185)	(27.917)	-	(53.102)
Provisões Líquidas - Contingências	(6.437)	(2.227)	6.600	(2.064)
Provisão para perda RTE	(351)	(7.419)	-	(7.770)
Provisão para perda energia livre	8.988	4.893	-	13.881
Outros	(6.463)	(8.710)	(38.017)	(53.191)
Custo do Serviço Prestado	(15.487)	-	-	(15.487)
Total custos/despesas operacionais	(3.271.147)	(528.712)	(308.134)	(4.107.992)
Resultado do Serviço	3.019.789	(528.712)	(308.134)	2.182.944
Resultado Financeiro	(79.194)	-	30.399	(48.795)
Juros sobre capital próprio	(93.861)	-	(303.592)	(397.453)
Resultado Equivalência	-	-	(112.056)	(112.056)
Patrimonial Resultado Operacional	2.846.735	(528.712)	(693.382)	1.624.640

Demonstrações Financeiras 2008

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Pessoal				
Remunerações	13	178	195.681	188.956
Encargos sociais	-	68	89.570	85.963
Auxílio alimentação	-	3	16.575	15.327
Convênio assistencial e outros benefícios	54	3	17.179	13.082
Incentivo à aposentadoria e PDV	-	-	2.747	7.641
Provisão para férias e 13º salário	35	287	44.040	44.496
Plano de saúde	104	3	14.299	13.972
Contencioso trabalhista	-	-	8.059	12.078
Participação nos resultados	-	50	56.200	60.201
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.962	2.996
(-) Transferências para ordens	-	-	(113.978)	(102.487)
Total	206	592	333.334	342.225
	Consolidado			
	31/12/2008		31/12/2007	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Energia Elétrica Comprada para Revenda				
CHESF	548.861	7.144.324	585.013	6.691.713
CEEE	33.458	487.299	31.937	478.124
CESP	225.801	2.384.368	178.081	2.217.116
COPEL	120.531	1.745.101	110.662	1.658.110
DUKE	42.248	555.434	40.897	546.341
ELETRONORTE	138.094	1.836.002	127.814	1.740.205
EMAE	10.478	146.499	9.953	142.891
ENERGEST	13.144	158.206	3.623	55.627
TRACTEBEL	5.158	6.291	117	1.508
ENGUIA	8.345	56.099	-	-
TERMORIO	19.469	143.093	-	-
PETROBRAS	23.841	74.408	-	-
CEMIG GERAÇÃO	83.390	1.060.187	73.679	962.452
CPFL	22.128	-	-	-
FURNAS	497.434	6.664.127	472.371	6.624.082
LIGHT	36.809	608.729	35.106	597.486
CCEE	253.374	3.824.764	157.913	4.427.603
ParcelaA	54.330	-	96.912	-
Créditos PIS/COFINS	(228.569)	-	(142.116)	-
PROINFA	58.019	285.201	41.335	265.035
Outras	261.492	268.548	59.330	209.719
Total	2.227.834	27.448.679	1.882.627	26.618.012

Demonstrações Financeiras 2008

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
FURNAS	47.829	48.188
CTEEP	38.009	33.972
ELETRONORTE	25.465	22.420
CHESF	131.788	109.341
ELETROSUL	22.856	20.433
CEMIG	12.728	12.138
CEEE	10.191	9.162
ONS	7.873	2.535
NOVATRANS	6.377	10.519
TSN	12.075	9.790
COPEL	5.942	5.742
ETEO	1.837	1.628
ENTE	3.478	3.217
NTE	2.128	1.873
EXPANSION	3.210	3.046
ATE	2.016	1.840
STN	2.439	2.189
EATE	9.570	6.361
ITE	2.192	1.954
ATII	2.309	2.167
ENERGIPE	3.076	3.381
CVAncargos	12.510	(49.176)
Parcela de ajuste (transmissoras)	5.099	(13.634)
Crédito PIS/COFINS	(34.057)	(32.595)
Outros	94.051	87.112
Total	430.992	303.602

Depreciação e Amortização	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Quota de depreciação e amortização no exercício	177	163	431.020	434.847
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	-	-	(4.583)	(3.440)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	(4.219)	(3.438)
Depreciação e Amortização residual no resultado	177	163	422.218	427.969

Outras Despesas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Arrendamento e aluguéis	61	-	64	-
Seguros	10	9	6.229	6.799
Doações e contribuições	-	-	5.780	7.632
Recuperação de despesa	(1)	(186)	(21.880)	(39.121)
Transporte	20	-	21	-
Publicações e avisos de desligamentos	50	-	842	820
Órgãos de classe do Setor Elétrico	-	-	3.053	3.387
Despesas de viagem	1.073	47	8.355	7.440
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	13.761	14.413
Propaganda e publicidade	-	1.093	4.765	7.365
Processo cível	-	-	16.376	12.238
Processo fiscal	-	-	162	2.649
Alimentação	2	-	2	-
Multas ANEEL	-	-	4.545	2.443
Encerramento de ordem em curso	-	-	153	1.143
Outros	2.461	2.262	11.035	11.906
Total	3.677	3.225	53.264	39.114

38 OUTROS RESULTADOS

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	3,644	2,312
Perda na desativação/alienação de bens e direitos	(12.322)	(14,862)
Outras receitas (despesas)	1,741	(402)
Total	(6.937)	(12.952)

39 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Empresas	Ref	Natureza de Operação	Controladora					
			31/12/2008			31/12/2007		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	1.694	-	-	1.694	-	-
		Dividendos e JSCP	278.839	-	-	499.246	-	-
		Outros	11	-	-	28	-	-
		Total Coelba	280.544	-	-	500.968	-	-
CELPE	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	-	-	-
		Dividendos e JSCP	202.072	-	-	167.905	-	-
		Outros	177	-	-	178	-	-
		Total Celpe	202.249	-	-	168.083	-	-
COSERN		Dividendos e JSCP	94.971	-	-	76.456	-	-
		Outros	-	-	-	1	-	-
		Total Cosern	94.971	-	-	76.457	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	38.105	-	-	74.260	-	-
		Outros	2	1	-	191	1	-
		Total Termopernambuco	38.108	1	-	74.451	1	-
TERMOAÇU S.A. ITAPEBI	(3)	Contrato de Mútuo	19.043	-	-	62.077	-	4,463
GERAÇÃO CIII		Dividendos e JSCP	25.845	-	-	28.974	-	-
		Contrato de Mútuo	14.874	-	-	-	-	-
		Outros	11	-	-	3	-	-
		Total Geração CIII	14.885	-	-	3	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	26.990	-	-	12.136	-	-
		AFAC	-	-	-	31	-	-
		Outros	4	-	-	-	-	-
		Total NC Energia	26.994	-	-	12.167	-	-
AFLUENTE		Dividendos	12.930	-	-	13.052	-	-
		Outros	3	-	-	-	-	-
		Total Afluente	12.933	-	-	13.052	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	2	-	-	84	-	-
		AFAC	7	-	-	-	-	-
		Total Neoenergia Serviços	9	-	-	84	-	-
GARTER		AFAC	-	-	-	2	-	-
		Contrato de Mútuo	2	-	-	-	-	-
BAGUARI		Outros	4	-	-	2	3,641	-
		Total Baguari	6	-	-	2	3.641	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC	45.147	-	-	460	-	-
		Contrato de Mútuo	29.361	-	-	-	-	-
		Outros	104	-	-	2	-	-
		Total Bahia PCH I	74.612	-	-	462	-	-
RIO PCH	(1)	AFAC	75	-	-	28.501	-	-
		Contrato de Mútuo	21.244	-	-	-	-	-
		Outros	8	-	-	2,585	-	-
		Total Rio PCH	21.327	-	-	31.086	-	-
NEOINVEST	(1)	AFAC	9.656	-	-	1.606	-	-
		Outros	96	-	-	86	-	-
		Total Neoinvest	9.752	-	-	1.692	-	-
GOIÁS SUL	(1)	AFAC	13.093	-	-	-	-	-
		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total Goiás Sul	13.095	-	-	-	-	-

Empresas	Ref	Natureza de Operação	Consolidado					
			31/12/2008			31/12/2007		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amara Brasil	(4)	Adiantamento fornecedores	-	307	(786)	-	279	-
		Total Amara Brasil	-	307	(786)	-	279	-
Iberdrola Energia S.A.	(6)	JSCP	-	18.911	(7.139)	-	1.373	(5.577)
		Total Iberdrola Energia S.A.	-	18.911	(7.139)	-	1.373	(5.577)
Iberdrola Generacion	(7)	Serviços Prestados	-	117	-	-	117	(12.060)
		Total Iberdrola Generacion	-	117	-	-	117	(12.060)
Iberdrola Energia do Brasil	(5)	JSCP	-	2.400	(2.824)	-	-	-
		Serviços Prestados	-	-	-	-	8	(14.097)
		Outras	34	1.242	(32.161)	-	-	-
		Total Iberdrola Energia do B	34	1.242	(32.161)	-	8	(14.097)
Faelba		Constituição Patronal	-	-	-	162	-	(5.570)
		Total Faelba	-	-	-	162	-	(5.570)
521 Participações		Dividendos e JSCP	-	7.713	-	-	-	-
		Outras obrigações	15	-	-	-	-	-
		Total Celpos	15	7.713	-	-	-	-
Previ/Banco do Brasil		Dividendos e JSCP	-	21.262	(125)	-	-	-
		Total Previ	-	21.262	(125)	-	-	-
Celpos		Contrato de Mútuo	-	21.137	-	-	156.006	(7.906)
		Outras obrigações	-	-	-	-	36.963	(5.783)
		Total Previ	-	21.137	-	-	192.969	(13.689)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela NEOENERGIA.

(2) Refere-se à operação de mútuo efetuada em 01 de dezembro de 2004, atualizado pelo IGP-M, ao adiantamento para futuro aumento de capital e à assunção das dívidas da TERMOAÇU com empresas do Grupo conforme Termo de Compromisso assinado entre os Sócios.

(3) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) da TERMOPERNAMBUCO, com vigência até 2016.

(4) Refere-se a valores a pagar por prestação de serviços de consultoria e assistência técnica de implantação da Central Termoeletrica prestados à TERMOAÇU, conforme contrato nº 010350 de 18 de dezembro de 2000. Sobre o saldo devedor incide variação cambial. Sobre o saldo em atraso, vem sendo acrescidos juros de mora equivalentes ao índice IGPM e taxa de 12% ao ano, por cada dia de atraso.

(5) Refere-se a contratos de mútuos de Benefícios Concedidos (vigência - dezembro de 2007), de Benefícios a Conceder (vigência - dezembro de 2023) e de Indenizações de perdas com imóveis (vigência - dezembro de 2005), atualizados pelo INPC+ 6% a.a.

40 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2008, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e Títulos a Receber - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas.
- ✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.
- Instrumentos financeiros derivativos - as operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

Demonstrações Financeiras 2008

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	204.142	204.142	453.241	453.241
Aplicações financeiras	2.217.384	2.217.384	1.536.179	1.536.179
Títulos e valores mobiliários	169.635	169.635	94.085	94.085
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e títulos a receber	2.271.001	2.271.001	2.254.979	2.254.979
Fundos vinculados	134.482	134.482	69.151	69.151
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(2.579.264)	(2.581.492)	(2.019.851)	(2.027.672)
Debêntures em moeda nacional	(1.892.868)	(1.855.264)	(1.962.996)	(2.022.021)
Empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira	(405.760)	(405.760)	(326.377)	(340.728)
Instrumentos de derivativos	(42.743)	(42.743)	(116.622)	(130.558)

A Companhia e suas controladas possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M, não possuindo derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política da Companhia não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de "hedge" são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Demonstrações Financeiras 2008

Os contratos de derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor justo		Efeito acumulado 2008 Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					Moeda estrangeira		Moeda local		2008	2007	
					2008	2007	2008	2007	2008	2007	
Contratos de Swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	12/1/2001	22/3/2011	USD + 3,446% a.a.	USD 2.827	USD 4.071	R\$ 5.501	R\$ 7.922	8.677	8.966	
Passiva				CDI - 6% a.a.					10.910	15.987	
									(2.233)	(7.021)	1.427
Swap											
Ativa	Bancos ABN AMRO	11/7/2006	26/6/2013	USD 6M LIBOR + 1% a.a.	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 328.500	R\$ 328.500	340.515	265.906	
Passiva	e Citibank			106,75% e 107,25% do CDI					332.570	328.940	
									7.945	(63.034)	56.726
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/7/2004	27/1/2014	USD + 13,4853% a.a.	USD 12.434	USD 15.832	R\$ 37.575	R\$ 47.843	49.659	41.162	
Passiva				IGPM + 13,95% a.a.					101.239	87.464	
									(51.580)	(46.302)	(14.486)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/6/2008	30/6/2026	Euro + 2% a.a.	USD 414		R\$ 1.047	R\$ 0	1.329	-	311
Passiva				72,5% do CDI					1.018	-	
									2.347	-	
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/6/2008	30/6/2016	Euro + 4% a.a.	USD 3.845		R\$ 9.716	R\$ 0	11.899	-	2.786
Passiva				92% do CDI					9.113	-	
									21.012	-	
Contrato a Termo:							R\$ 1.252		R\$ 13.124	-	
NDF											
Comprada	Banco do Brasil	28/12/2007	30/6/2008	Dólar		USD 554		R\$ 1.003	-	982	
Vendida				Reais				-	-	1.003	
									-	1.985	
NDF											
Comprada	Banco Citibank	28/12/2007	30/6/2008	Euro		USD 4.559		R\$ 12.121	-	11.879	
Vendida				Reais				-	-	12.122	
								-	-	24.001	
NDF											
Comprada	Banco ItaúBBA	30/12/2008	30/6/2009	Dólar	USD 507		R\$ 1.252	R\$ 0	1.185	-	(67)
Vendida				Reais				-	1.252	-	
								-	-	2.437	
Total									(20.072)	(90.371)	46.697

Consoante facultado pela Deliberação CVM nº 566, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 14, a Companhia e suas controladas contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (**hedge accounting**). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges das controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos das controladas (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira das controladas (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros

✓ Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. As controladas COELBA, CELPE, Geração CIII e Goiás Sul, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2008, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 as controladas COELBA, CELPE, Geração CIII e Goiás Sul apuraram um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 43.667 (em 2007 R\$ 99.779), R\$ 2.886 (em 2007 R\$ 2.884), R\$ 141 e R\$ 141, respectivamente.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários.

Quadro 1 - Risco de Variação Cambial

Operação	31/12/2008			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
BID	USD	(2.523)	(4.693)	(6.862)
Swap Ponta Ativa - BID	USD	2.518	4.687	6.856
Títulos Externos	USD	(82.950)	(166.195)	(249.440)
Swap Ponta Ativa - Títulos Externos	USD	89.071	174.200	259.329
3ª Emissão Debêntures	USD	(19.651)	(32.068)	(44.486)
Swap Ponta Ativa - 3ª Emissão Debêntures	USD	17.364	29.779	42.193
BB REN ME	USD	(367)	(668)	(970)
NDF Comprada (Ativo) - BB REN ME	USD	319	615	911
KFW 1	EUR	(316)	(648)	(980)
Swap Ponta Ativa - KFW 1	EUR	335	667	999
KFW 2	EUR	(3.265)	(6.240)	(9.214)
Swap Ponta Ativa - KFW 2	EUR	3.269	6.243	9.218
NDF Ponta Ativa	USD	141	1.831	3.520
Referência para ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
		Apreciação da taxa em		
			25%	50%
	Dólar USD/R\$	2,337	2,921	3,5055
	Euro EUR/R\$	3,301	4,126	4,9516

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras das controladas. As controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 2 - Risco de Deterioração dos Encargos Financeiros

Operação	31/12/2008			
	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras	CDI	89.901	105.500	121.097
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.151	30.574	36.995
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
BNDES/FINEM	TJLP	(112.863)	(133.063)	(156.262)
BNDES Emergencial	SELIC	(17.551)	(19.128)	(20.703)
FINEP	TJLP	(1.270)	(1.479)	(1.687)
CEF COHAB		(10)	(11)	(11)
BNB	CDI	(158)	(864)	(1.570)
1ª Emissão Debêntures	CDI	(11.853)	(14.381)	(16.909)
2ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(92.976)	(113.697)	(134.419)
2ª Emissão Debêntures - 1ª série	IGPM	(16.718)	(38.992)	(61.266)
2ª Emissão Debêntures - 2ª série	IGPM	(24.812)	(46.079)	(67.345)
3ª Emissão Debêntures	CDI	(21.140)	(25.837)	(30.534)
4ª Emissão Debêntures	CDI	(20.677)	(25.220)	(29.764)
5ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(9.961)	(11.399)	(12.837)
5ª Emissão Debêntures - 2ª série	IGPM	(22.006)	(24.495)	(26.985)
6ª Emissão Debêntures	CDI	(44.732)	(54.580)	(64.429)
BB REN MN - BNDES	TJLP	(228)	(261)	(295)
BB REN MN - ELETROBRAS	IGPM	(2.087)	(2.310)	(2.532)
BB-ELETRO - Nr. 94/00045-X	IGPM	(6.406)	(7.060)	(7.714)
BB-BNDES - Nr. 94/00045-X	TJLP	(376)	(426)	(476)
Derivativos				
Swap Ponta Passiva - BID	CDI	72	(251)	(575)
Swap Ponta Passiva - Títulos Externos	CDI	(45.774)	(54.829)	(63.884)
Swap Ponta Passiva - 3ª Emissão Debêntures	IGPM	(33.520)	(35.474)	(37.429)
Swap Ponta Passiva - KFW 1	CDI	(640)	(919)	(1.198)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		
	CDI (%)	12,4	15,5	18,6
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		
	TJLP %	6,3	7,8	9,4
	TR %	1,6	2,0	2,4
	IGPM %	9,8	12,3	14,7
	CDI %	12,4	15,5	18,6
	SELIC %	12,5	15,6	18,7

Quadro 3 - Risco de Deterioração das Receitas Financeiras

Operação	Risco	31/12/2008		
		R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras	CDI	89.901	74.433	59.143
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.151	17.846	11.698
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
1ª Emissão Debêntures	CDI	(11.853)	(9.325)	(6.796)
2ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(92.976)	(72.255)	(51.533)
3ª Emissão Debêntures	CDI	(7.446)	244	5.370
4ª Emissão Debêntures	CDI	(20.677)	(17.042)	(14.619)
5ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(9.961)	(8.523)	(7.085)
6ª Emissão Debêntures	CDI	(44.732)	(34.884)	(25.035)
BNB	CDI	(158)	548	1.254
Derivativos				
Swap Ponta Passiva - BID	CDI	72	396	719
Swap Ponta Passiva - Títulos Externos	CDI	(45.774)	(36.718)	(27.663)
Swap Ponta Passiva - KFW 1	CDI	(640)	(361)	(82)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				
		Diminuição da taxa em		25%
		Depreciação da taxa em		50%
	CDI (%)	12,4	9,3	6,2
	TJLP%	6,3	1,0	1,0
	IGPM - N° Índice	411,6	329,3	274,4
	CDI (%)	12,4	9,3	6,2

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e das suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 27 e 28).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

41 | COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Contrato de compra de energia	Vigência	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013
COELBA	2009 a 2030	1.565.660	1.777.309	1.962.069	2.194.068	2.581.219	77.213.654
COSERN	2010 a 2042	-	554.545	599.148	671.815	599.494	8.407.231
CELPE	2009 a 2042	949.396	975.899	1.048.268	1.109.741	1.172.606	13.687.247

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2008, e foram homologados pela ANEEL.

42 | PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

• COELBA

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - (Plano CD - FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 - (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte e aposentadoria por invalidez), foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O FAELFLEX, por suas características de poupança individual (CD),

não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 - BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

A contribuição da Patrocinadora corresponde a:

Sobre total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano, sendo:

Contribuição Normal
Contribuição de Risco
Cobertura de despesas administrativas da Fundação

Plano BD	Modalidade	
	%	FAELFLEX %
	6,76	5,00
	-	0,51
	2,24	2,00

- CELPE
A Companhia é patrocinadora da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão em conformidade com planos de benefícios previdenciários a que estiverem vinculados.

No exercício de 2005 foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS por meio da Portaria nº 285 de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2005, o Regulamento que tem por finalidade instituir o Plano Misto I de Benefícios, doravante designado Plano CD, estabelecendo normas, pressupostos, condições e requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2005 foi aprovada a data de 31 de janeiro de 2006, para entrada em vigor do Plano CD, com prazo de 90 dias, a contar daquela data, para as adesões. Em cumprimento ao que determina a legislação vigente, o novo plano de benefícios foi oferecido aos participantes que ainda não se encontram em benefício e aos futuros. O processo de adesão, por parte dos atuais participantes foi de forma voluntária, resultando na adesão de aproximadamente 22%.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS através do Ofício nº 2716/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 30 de dezembro de 2005, o Novo Regulamento do Plano de Benefícios Definidos - Plano BD visando adequar-se às Leis Complementares nº 108 e 109 de 29 de maio de 2001. A sua vigência, nos termos do Art. nº 63 do citado Regulamento ocorreu na mesma data de entrada em vigor do Plano CD, ou seja, 31 de janeiro de 2006, ficando a partir dessa data fechado a novas adesões.

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	10.554	9.750	146.338	146.256
Subtotal	10.554	9.750	146.338	146.256
Contribuição da patrocinadora				
Obrigações atuariais	-	-	41.048	33.920
Participação ativos	2.025	2.410	-	-
Desligados PDV	113	142	421	491
Subtotal	2.138	2.552	41.469	34.411
Total	12.692	12.302	187.807	180.667

- COSERN
A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumulados desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido), eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, proporciona aos seus participantes benefícios de risco totalmente custeados pela Companhia, com cobertura para invalidez e morte. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 corresponde a 5,62% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,56% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício para as controladas foram as seguintes:

	31/12/2008			31/12/2007		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	767	205	307	576	-	387
Despesas Operacionais	7.347	1.012	5.850	5.570	1.435	5.396
Total	8.114	1.217	6.157	6.146	1.435	5.783

Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Os pareceres atuariais da FAELBA, CELPOS e FASERN, emitidos por atuários independentes, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2008 e 2007 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Plano de Benefícios Definido						
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	233.986	215.913	60.108	57.200	555.753	526.258
Valor presente das obrigações atuariais com direitos a vencer	5.476	6.331	-	-	152.329	138.754
Obrigações atuariais total com o plano	239.462	222.244	60.108	57.200	708.082	665.012
Valor justo dos ativos do plano	(329.009)	(314.752)	(83.007)	(81.149)	(389.486)	(378.519)
Valor presente das obrigações atuariais líquidas	(89.547)	(92.508)	(22.899)	(23.949)	318.596	286.493
Passivo (ativo) líquido no balanço patrimonial	84.544	75.970	22.328	20.125	(189.558)	(181.312)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	(5.003)	(16.538)	(571)	(3.824)	129.038	105.181
Passivo na adoção da Deliberação CVM nº 371 não reconhecido						
Perdas atuariais não reconhecidas	(5.003)	(16.538)	(571)	(3.824)	129.038	105.181

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido						
Custo do serviço corrente	66	74	-	-	5.230	5.336
Juros sobre as obrigações atuariais	21.025	19.624	5.301	5.046	73.975	69.560
Rendimento esperando sobre os ativos do plano	(29.262)	(28.135)	(7.407)	(7.249)	(46.505)	(44.693)
Custos de amortizações	-	-	-	-	7.020	4.502
Contribuição dos empregados	(60)	(80)	-	-	(2.764)	(2.714)
Custo esperado estimado para o ano 2007/2008	(8.231)	(8.517)	(2.106)	(2.203)	36.956	31.991

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Principais premissas atuariais						
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	10,77%	10,77%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	12,36%	12,36%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,00%	4,00%	NA	N/A	5,83%	5,83%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,50%	4,50%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-83	AT-2000	AT-83	UP-94	UP-94
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-49	AT-83	AT-49	UP-84	UP-84
Tábua de entrada de invalidez	Light-Média	Light-Média	NA	N/A	Light-Média	Light-Média

O superávit apresentado nos planos previdenciários de benefício definido da fundação FAELBA e FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para as controladas. As controladas não reuniram condições estabelecidas na legislação para reconhecimento contábil e utilização desse superávit.

Outros Benefícios

Tanto na COELBA, CELPE e COSERN, além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2008, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 20.272 (R\$ 19.806, em 2007) para COELBA, R\$ 10.417 (R\$ 11.980 em 2007) para CELPE e o montante de R\$ 6.382 (R\$ 6.488 em 2007) para COSERN.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neenergia S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2008, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.
Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2008

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social.
Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionista.
Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2009

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOILSON RODRIGUES FERREIRA
Presidente

FERNANDO BECKER ZUAZUA
LUCIANA FREITAS RODRIGUES
EDIMAR RODRIGUES ABREU
FRANCISCO CLÁUDIO DUDA
JOAQUIM AUGUSTO NUNES DE PINA MOURA

GONZALO PÉREZ FERNÁNDEZ
LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
PAULO ASSUNÇÃO

Suplentes

MÁRIO MAGALHÃES DE SOUZA
MÔNICA ROMERO MONTEIRO MARINHO
PAULINA DE MENEZES BERWANGER
RUBENS ANDRÉ DE CHAGAS BRITO
VALERIANO DURVAL GUIMARÃES GOMES

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO
MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN
ANTÔNIO MARTÍNEZ ATIENZA
MÔNICA GRAU DOMENE

CONSELHO FISCAL

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO
Presidente

LUIZ GUSTAVO BRAZ LAGE

CARLOS MAGNO JOBIM

Suplentes

ASCLÉPIUS RAMATIS LOPES SOARES
FRANCESCO GAUDIO

LUIZ ROBERTO DE ABREU DIAS

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA
Diretor-Presidente

PAULO ROBERTO DUTRA
Diretor de Planejamento e Controle
CARLOS EDUARDO GONZALEZ BALDI
Diretor de Geração
GONZALO GÓMEZ ALCÂNTARA
Diretor de Distribuição

ERIK DA COSTA BREYER
Diretor Financeiro e de Rel. c/ Investidores
ROSELI SCHILAGI
Diretora de Gestão de Pessoas
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO
Diretora de Regulação

CONTADOR

ISAQUE DE ALMEIDA CARVALHO - CRC-RJ 068195/O-0

RELATÓRIO ANUAL 2008 GRUPO NEOENERGIA

Neoenergia S/A
Praia do Flamengo 78, 4o andar
Telefone: (55 21) 3235-9800
Fax: (55 21) 3235-9884
www.neoenergia.com

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Assessoria de Relações com a Imprensa da Neoenergia

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Artepoint Arte e Multimídia Ltda.

FOTOGRAFIAS

Acervo Grupo Neoenergia Neoenergia